

Amir José de Melo

## “PADRES SUBVERSIVOS”

As representações da “Igreja Progressista” do Vale do Aço na Mira do Aparelho Repressor (1968-1972).

Vassouras, RJ  
Universidade Severino Sombra – USS  
2006

Amir José de Melo

## **“PADRES SUBVERSIVOS”**

As representações da “Igreja Progressista” do Vale do Aço na Mira do Aparelho Repressor (1968-1972).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de História – nível Mestrado – da Universidade Severino Sombra – USS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Área de concentração:** História Social

**Orientadora:** Profª Drª Eduardo Scheidt

Vassouras, RJ  
Universidade Severino Sombra – USS  
2006

Programa de Pós-Graduação de História – nível Mestrado – da Universidade Severino Sombra  
– USS

Dissertação defendida e aprovada,  
em \_\_\_\_\_ de novembro de 2006, pela  
Banca Examinadora constituída pelos  
Professores e Doutores:

Presidente e Orientador .....

Examinador .....

Examinador .....

Examinador .....

## RESUMO

O objetivo principal dessa dissertação é a investigação do crescente processo de interiorização do Regime Militar na Região Metropolitana do Vale do Aço a partir de 1968, justamente no período em que se instaurou o Ato Institucional de nº 5. Detectamos, empiricamente, numa região interiorana brasileira, dois cleros disputando representações de mundo social com vistas a legitimá-las, justificá-las, difundi-las e consolidá-las nos espaços de micro poderes, embora parecesse o clero conservador, em grande medida, favorecido pela conjuntura política nacional do Regime. Podemos por assim dizer que a ala mais progressista do clero local sofreu duras consequências conforme apontadas nos testemunhos do Processo número 39.342, que tramitou entre 1970 e 1972, na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada em Juiz de Fora. Esse Processo judicial, em seis volumes, totalizando cerca de 3000 páginas, foi movido contra oito padres e ex-padres da então Diocese de Itabira, hoje Itabira/Coronel Fabriciano, Minas Gerais. A partir desse documento judicial, das entrevistas orais e outras fontes documentais buscamos enfocar uma análise de discurso das representações tidas pelos atores envolvidos no processo: os réus, os denunciadores, a promotoria, a defesa, as testemunhas. Também discorremos as visões de mundo que embasavam a acusação, as provas, os argumentos e o veredicto, incluindo os acontecimentos nos bastidores da justiça e os pormenores negligenciados no transcorrer do processo judicial. Não se pretendeu aqui desvendar um crime, conforme se pretendia a justiça militar, mas desvendar um cotidiano, uma comunidade, as suas relações sociais. Não tivemos por fim o interesse de descobrir o que realmente aconteceu e, sim tentar compreender como eram produzidas e explicadas as versões diversas que os agentes sociais envolvidos apresentavam para cada caso. Tratamos de analisar as práticas sociais produzidas, reproduzidas e compartilhadas pelos diferentes atores - líderes da igreja e setores sociais correlacionados - que estavam em alguma medida alinhadas às visões de mundo da matriz latino-americana da Igreja Católica. Enfim, buscamos apontar quais foram as ações que os protagonistas do Processo se relacionavam com os seus discursos e de que forma essas práticas foram interpretadas por outros sujeitos histórico-sociais.

## ABSTRACT

The main purpose of this dissertation is the investigation of the crescent process of arrival of the Military Regime in the Metropolitan Area of Vale do Aço from 1968, exactly in the period in which the Institutional Act of no 5 was established. We detected, empirically, in a Brazilian interior area, two clergies competing representations of social world in order to legitimate them, justify them, diffuse them and consolidate them in the area of minor powers, although the clergy seemed conservative, in large scale, favored by the national political conjuncture of the regime. We can say the most progressive line of the local clergy suffered hard consequences, as pointed in the testimonies of the lawsuit no 39.342, which was processed between 1970 and 1972, in the *Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar*, headquartered in Juiz de Fora. This lawsuit, in six volumes, totaling about 3000 pages, was against eight priests and former priests of the Diocese of Itabira, today Itabira/Coronel Fabriciano, Minas Gerais. Being with this judicial document, oral interviews, and other sources, we focused our attention on the speech analysis of the performances acted by the actors involved in the lawsuit, such as the defendants, the Crown, the prosecutor, the lawyer and the witnesses. We also discoursed the world points of view based on accusations, proofs, arguments and the verdict, including the events behind the scene of the justice and the neglectful details throughout the elapsing of the lawsuit. It was not the intention here to unmask a crime, as the military justice intended, but unmask a day-to-day, a community and its social relations. We were not interested in finding out what it had really happened, but try to understand how the several versions were produced and explained by the social agents involved in each case. We analyzed the social practices produced, reproduced and shared by the distinct actors, leaders of the church and correlated social sections, which were in a way aligned to the points of view on the world of the Latin-American mother church of the Catholic Church. Finally, our purpose was to point up the actions the protagonists of the lawsuit related to their speeches and how those practices were interpreted by other historical-social individuals.

## **AGRADECIMENTOS**

Não foram poucos os incentivos e apoio que recebi para desenvolver este trabalho. Muito tenho a agradecer a todas as pessoas que me apoiaram nessa trajetória, que agora se conclui.

A começar pela minha família, esposa e filho, a quem me desculpo pela ausência, nos muitos momentos de aperto, onde a dedicação ao estudo foi necessária para que eu alcançasse êxito no cumprimento das metas e prazos.

Aos meus parentes: irmãos, cunhados, sobrinhos e tios com os quais também limitei os momentos de convivência, neste período de mestrado, em que tive reduzido as atividades sociais.

Aos meus pais, que apesar de não se encontrarem mais no meu convívio físico, deixaram-me um legado de educação que serve de referencia para a minha vida, seja profissional, social, e familiar.

Aos meus colegas de trabalho e meus superiores, pessoas as quais aprendi a gostar. Deles me lembrarei pelas inúmeras manifestações de apoio e compreensão, especialmente nos momentos em que precisei me licenciar do serviço, seja nas escolas nas quais trabalho ou na Secretaria Municipal de Educação de Coronel Fabriciano e da Escola Pedro Calmon: Wanderlea Mendes Guedes, Silvana Eliana, Maria da Glória Giudice, Rosa Maria Monteiro, Aganoel Gomes Cavalcante, Rosângela Mendes Alves, Célio Peixoto, Judite de Castro Moraes e José Batista de Mendonça, este último recém falecido.

Não posso esquecer-me dos outros amigos de longas datas, pessoas que sempre me demonstraram sinceridade e apreço: Maria da Conceição Monteiro, Arit de Souza Pena, José Mauro Cardoso, Renato Santos Lacerda, Rogério Pereira e Stela Moraes.

Aos professores do mestrado, pela competência e seriedade com o trabalho. Neste rol, esta de modo especial o Dr. Eduardo Scheidt, orientador desta pesquisa, que pelo rigor das exigências, aliado à sua grande paciência, muito me fez crescer no âmbito cognitivo. Aos atores sociais, que de alguma forma tiveram

alguma ligação com o processo histórico enfocado neste trabalho, e que gentilmente receberam-me para longas entrevistas: padre José Abdala Jorge, José Nazareno Ataíde, Dom Lelis Lara, José Índio do Brasil, Adolfo Martins da Costa Quintão, Lenini Ribeiro de Matos, Emilio Edstone Duarte Gallo, José Rodrigues do Amaral, Zélia Quintão Froes, Wilson Moreira, Ana Ângela Sabará e José Batista de Mendonça.

Outros que forneceram informações diversas: padre Ivo Luciano Silveira, com seus preciosos conhecimentos sobre Concílio Vaticano II e sobre a Conferência de Medellín; Penha Cassemiro, com completos dados sobre os trabalhos as Comunidades Eclesiais de Base na Diocese de Itabira; Irmã Teresa Maria Squiavenato, com informações sobre catequese e Antônio Martins Medeiros, oficial de justiça da Comarca de Coronel Fabriciano que testemunhou os fatos.

Lembro-me ainda da cordial atenção dos funcionários da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada em Juiz de Fora, onde estive para buscar uma cópia do processo jurídico contra os religiosos, principal objeto da pesquisa.

A todos os meus mais sinceros agradecimentos. Sem o apoio de vocês eu não teria chegado até aqui.

## SUMÁRIO

<i>Introdução.....</i>	9
Capítulo I - <i>A Igreja na Mira do Regime Militar .....</i>	19
A sociedade brasileira sob o Regime Militar .....	19
A Interiorização da Repressão .....	23
O Acirramento do Regime no Vale do Aço.....	26
A Igreja divergente .....	34
Capítulo II – <i>As manifestações discursivas na esfera social e política local .....</i>	48
A apuração dos fatos .....	52
Visões polêmicas .....	57
Um caso a parte .....	60
O processo jurídico .....	62
“O Fato” e o Regime .....	65
A construção da defesa .....	70
Capítulo III - <i>As manifestações práticas na esfera social e política local .....</i>	81
O caso Monção .....	86
As práticas sociais .....	88
As novas experiências no Vale do Aço.....	91
Além do altar .....	97
<i>Considerações Finais .....</i>	104
Referências Bibliográficas .....	107
Documentos .....	109
Depoimentos orais.....	109
Depoimentos no IPM.....	110
Bibliografia.....	111



*As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de diagnóstico fundada na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador e a justificar os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações tem tanta importância como as lutas económicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que não são os seus, e o seu domínio.*

(CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990, p. 17).

## INTRODUÇÃO

A tomada do poder pelas Forças Armadas, em 1964, foi anunciada como passageira e defendida como necessária, num momento de desordem institucional crescente, vivido pelo país, durante o período do governo de João Goulart. No entanto, a partir de 1967, assume o poder a ala militar denominada linha dura, quando o presidente Castelo Branco foi sucedido por Costa e Silva. Naquele momento em que se esperava a volta da normalidade democrática, ao contrário, ampliou-se a opressão. Gradativamente, o regime foi se tornando mais fechado e novas ações repressoras foram sendo adotadas, culminando, em 13 de dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional número 5, reconhecido como a maior demonstração de forças dos militares com os opositores do regime <sup>(1)</sup>.

As medidas foram justificadas como forma de conter a grande onda de protestos em que mergulhara o país naquele momento. Destaca-se o movimento estudantil, com grandes manifestações de protestos contra a ditadura. Somava-se a eles os intelectuais, artistas, líderes sindicais e outros grupos sociais, propondo radicais transformações na estrutura política e econômica do país. Em meio a essa situação, começou a despontar a ala progressista da Igreja Católica, que influenciada pelas proposições do Concílio Vaticano II, entrara no debate em busca de soluções para os muitos problemas vivenciados pela sociedade brasileira.

Em meio a esses grupos, alguns defendiam a implantação do socialismo como o sistema ideal para o Brasil. Os mais extremistas acreditavam que ele deveria se implantado a todo custo, o que significava a sua imposição pelo poder das armas, ocasionando o surgimento de inúmeros grupos guerrilheiros urbanos e rurais.

---

<sup>1</sup>*Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 60 – 68; SKIDMORE, Thomas: *Brasil: de Castelo a Tancredo*. 6 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1988, p. 45-100; FILHO, Daniel Aarão Reis e MORAES, Pedro de: *1968-A Paixão de uma Utopia*. 2 ed. Rio de Janeiro RJ: Editora FGV: 1998, p 11-32; SILVA, Hélio. *O Poder Militar*. 2 ed. Porto Alegre RS: L&PM :1984, p 411-440.

A Igreja, em muitos lugares no país, experimentou um trabalho pastoral diferente do convencional, com a implantação de grupos de reflexão e CEB's – Comunidades Eclesiais de Base. Por isso, vimos muitos religiosos de várias congregações, direcionados na luta por questões sociais, orientando os trabalhos da *Ação Católica*, com seus muitos grupos específicos: JEC – Juventude Estudantil Católica, JOC – Juventude Operária Católica e JUC - Juventude Universitária Católica <sup>(2)</sup>.

Por esse engajamento político e social, aí incluindo as lutas contra os desmandos do Regime, essa facção do clero, acabou sendo vista com reservas pelos setores tradicionais da sociedade e dentro da própria Igreja, culminando com a divisão em duas alas: conservadora e progressista.

Os conflitos foram se instalando, e como todos os setores engajados contra a Ditadura, a ala progressista também sofreu perseguições por parte do regime. Deparamos então com inúmeros relatos de ações da ditadura contra muitos religiosos: prisões, processos jurídicos e muitas torturas. Destacam-se as investidas contra membros da Ordem dos Dominicanos, que teve seu convento em São Paulo, invadido pela polícia, quando foi preso o frei Tito de Alencar Lima. Na prisão, esse religioso enfrentou os horrores da tortura física e psicológica, culminando tempo depois com o seu suicídio em sete de agosto de 1974, quando se encontrava exilado na França <sup>(3)</sup>. Alguns nomes da hierarquia católica, especialmente pelas atuações na área dos Direitos Humanos, acabaram se tornando verdadeiros símbolos da resistência à Ditadura, exemplificados nas figuras de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, e Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de São Paulo.

---

<sup>2</sup> Com a instalação do regime de 1964, cresceram os conflitos entre Igreja e Estado. A partir de 1968, com o Ato Institucional nº 5, diante da violenta repressão: prisões, torturas e assassinatos de opositores ao Regime, inclusive religiosos. A Igreja assumiu uma forma de atuação junto aos setores populares da sociedade, consolidando o trabalho que desde os anos cinquenta já se delineava, com a criação dos grupos da ação Católica, entre eles a JOC e JUC. Cf. BERNAL, Sergio: *CNBB - Da Cristandade à Igreja dos Pobres*. 1 ed São Paulo SP: Loyola, 1989.

<sup>3</sup> BETO, Frei: *Batismo de Sangue*. 13 ed. São Paulo SP: Casa Amarela, 2004, p 257-289.

No processo de expansão, o regime fechou o cerco sobre as mais longínquas regiões do país, chegando também ao Vale do Aço <sup>(4)</sup>. Aí se concentrou a ala do clero da Diocese de Itabira, que melhor absorveu as idéias do Concílio. Pela atuação dentro do novo contexto, esse grupo foi visto também como subversivo e seus componentes processados com base na Lei de Segurança Nacional.

Foram réus oito membros e ex-membros do clero local: Wilson Moreira, Geraldo Ferreira Monção, Petrus Martinus Johannes Van Rossum, José Nazareno Ataíde, Joseph Cornelius Marie De Man, José Valentim Bertollo, Cícero de Castro.

Nesse trabalho, pretendemos realizar uma análise das questões político-ideológico relacionadas ao processo e seus envolvidos, inseridos no contexto nacional e local da luta por democracia e justiça e contra a repressão do Regime Militar.

Embora haja fartas discussões acadêmicas acerca da Ditadura Militar, não encontramos sequer investigação científica sobre a atuação do aparato repressivo do Regime na região de abrangência da Diocese de Itabira. Nem mesmo a imprensa escrita atual cita tal episódio. As pessoas que remontam a própria sociedade da época, não foram esclarecidas sobre o que de fato teria acontecido naquele momento. Somente alguns poucos cidadãos, justamente aqueles que de alguma forma, tiveram uma ligação com o acontecido, seriam capazes de recordar e falar sobre o assunto, tais como: os próprios réus, seus familiares e amigos, antigos professores da extinta Universidade do Trabalho e algum aluno mais atento. Certamente por motivos da repressão a que todos os setores da sociedade estavam expostos, os envolvidos na questão, preferiram o silêncio.

Portanto, um trabalho de análise desses acontecimentos, servirá para analisar o processo de interiorização do Regime Militar. Aproveita-se especialmente o fato de a maioria dos personagens ainda estarem vivos e lúcidos, com fácil acessibilidade aos seus depoimentos e aos documentos originais,

---

<sup>4</sup> Região localizada no Centro Leste de Minas Geral, inicialmente formada pelos Municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo. Os dois últimos são sedes de duas grandes empresas siderúrgicas, respectivamente a USIMINAS e a ACESITA, o que justifica a denominação “Vale do Aço”. Desde 1998, tornou-se Região Metropolitana, incluindo o Município de Santana do Paraíso.

relativos ao todo. Soma-se a tudo isso o fato de que, a sociedade da época, por não ter uma visão clara e consciente do assunto, deixava-se influenciar pelas propagandas favoráveis à Ditadura, vendo em grande parte, os acusados como criminosos.

Como objetivo central, pretendemos analisar o confronto entre o discurso e a prática da repressão e as idéias e práticas da Igreja da época, especialmente da ala progressista, na qual estão inseridos os religiosos aqui enfocados.

Nos propusemos, analisar aspectos do referido processo jurídico ainda não esclarecidos: acusação formal e delatores; defensores, argumentação e desfecho. Entrever em plena época da vigência do AI-5, a relação entre o Estado, governado pelos militares, cujo objetivo era de preservar as estruturas políticas, econômicas e sociais conservadoras e a Igreja no Vale do Aço, cuja visão evangelizadora inspirada na “Teologia da Libertação”, apregoava idéias divergentes. Pretendemos ainda focar o referido processo como um episódio local que expressa uma luta nacional mais ampla, pela democratização e pela participação política no Brasil da época. Analisaremos a participação dos setores mais progressistas da Igreja nas lutas democráticas do Vale do Aço.

Temos como hipótese, que a interiorização do Regime, na região do Vale do Aço, ocorreu em 1964 e quatro anos depois houve o seu acirramento. Então supomos que disputas de visão de mundo já estavam iminentemente polarizadas nesses espaços de micropoderes, ou seja, um forte embate entre as representações sociais de duas alas da Igreja Católica na jurisdição da Diocese de Itabira. Assim a simples luta por justiça de uma forma geral, dentro da visão progressista, era vista como ato de “transgressão” pelos setores conservadores da sociedade e logicamente pelos militares. Supomos uma dissonância entre Igreja tradicional e progressista.

Sobre a fundamentação teórica, esse projeto se enquadra na linha de pesquisa de História Política. Busca desvendar na história local um fato que se insere na História Nacional, constituindo-se como uma abordagem na forma de

Micro-História <sup>(5)</sup>. Concentramos a pesquisa em um recorte temático específico: a atuação da Igreja Progressista no contexto do Regime de 1964. Neste sentido, buscaremos enfocar, no contexto político e social brasileiro da época, as explicações para o comportamento dos religiosos. Pretendemos discutir os interesses de mundo de cada grupo social enfocado: religiosos progressistas versus religiosos tradicionalistas e outros setores, defensores e opositores do Regime. Tencionamos no âmbito contextualizado do período mais duro da Ditadura, discutir as funções, o comportamento e o modo como operaram cada um desses grupos.

Numa ampliação das possibilidades de enfoque, o trabalho buscará discutir as relações de poder: Regime Militar *versus* Igreja Progressista. Buscaremos o conceito de poder em Foucault, com seu livro *Vigiar e Punir*, o qual orientou o *Projeto Brasil Nunca Mais* <sup>(6)</sup>, obra de inspiração para este trabalho.

“Vigiar e Punir” é uma síntese retrospectiva da história da transformação da legislação penal, desde meados da Idade Moderna até os nossos dias. Em meio aos estudos dos métodos e meios punitivos adotados pelo poder público para coibir a criminalidade, o autor expõe uma variedade de exemplos de formas de controle, destacando-se os institucionais: militares, prisionais, escolares, religiosos, médicos e outros. Neles estão contidos os claros objetivos disciplinadores do comportamento de indivíduos eleitos como padrões corretos. São demonstrativos de modelos que visam impor verdades diversas: morais, políticas, econômicas, etc. Entende-se assim que: “O poder é um conjunto de formas e estratégias usadas para se atingir a submissão de pessoas por outras”. Está este poder acima de tudo, nas ações e nas relações entre pessoas, grupos ou instituições.

---

<sup>5</sup> BARROS, José D’Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis, RJ: 2004, p. 152-179; REVEL, Revel (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998; GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia da Letras, 2001; LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 133-162.

<sup>6</sup> Projeto de Pesquisa jornalística que reuniu cópias de quase que a totalidade dos processos que ao longo do Regime de 1964, tramitaram pela Justiça Militar brasileira. Elaboraram um minucioso estudo, que culminou na edição do livro: *Brasil Nunca Mais*, editado em 1985. Cf. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 21-27

[...] O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica que se chama disciplina. [...] Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção <sup>(7)</sup>.

No caso específico, os militares, uma vez instalados no governo, criaram todo um aparato de controle da sociedade: censura à imprensa, ao pensamento político e à produção cultural, suspensão de direitos mais elementares dos cidadãos, prisões, torturas e mortes. Instalou-se então um rigoroso sistema de vigilância sobre todos os cidadãos, punindo com severidade aqueles que ousassem transgredir os ideais do sistema.

Em interface com a História Cultural, buscamos em Roger Chartier, especificamente em sua obra *História Cultural: entre Práticas e Representações* <sup>(8)</sup>, os pressupostos para construir este trabalho. Propomos, dentro do contexto da época, entender as idéias reinantes na sociedade de então, o que o autor chama de “visões de mundo”. Para tal, elegemos as fontes de pesquisa: o Processo Jurídico, os jornais da época e os depoimentos orais. Dessas, extrairemos as utensilhagens mentais e conceituais, que seriam o conjunto de instrumentos: símbolos, conceitos, crenças e valores presentes nos extremos do documento, que levaram a divergências entre uma ala da Igreja e Governo Militar. Completam os estudos dos métodos e meios, os discursos e ideologias apresentadas nos outros documentos produzidos na época tais como: homilias, aulas, artigos que os implicados escreviam em jornais e outros documentos.

Estudaremos a representação, que seria a reconstrução do pensamento vivido à época. Propomos decodificar os valores, intenções e objetivos presentes nas atitudes e discursos de ambos os lados do objeto estudado: Igreja Progressista *versus* Regime Militar.

Quais práticas do cotidiano dos acusados foram vistas como caráter dita subversivo?

---

<sup>7</sup> FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p. 161.

<sup>8</sup> CHARTIER, Roger: *A História Cultural, Entre práticas e Representações*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1990, p. 13-67

Com o trabalho pretendemos mostrar o choque de ideologias causado a partir de uma igreja renovada pelos princípios do Concílio Vaticano II. Aqueles que se engajaram numa visão evangelizadora moderna foram combatidos e intimidados pelos que defendiam a Igreja tradicional. O próprio Regime Militar tinha a intenção de evitar qualquer mudança nos padrões que entendia como corretos.

Quanto às fontes, pesquisamos o Processo Jurídico, número 39.342, instituído com base na Lei de Segurança Nacional, que tramitou entre 1970 e 1972, na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, com sede em Juiz de Fora, MG, tendo como réus, oito padres da Diocese de Itabira, acusados de subversão. Documentos diversos, deixados por Dom Marcos Noronha, cedidos a este trabalho pela sua viúva, Dona Zélia Quintão Fróis: Textos e cartas expedidas e recebidas.

Ampliando as possibilidades de informações, procuramos explorar ao máximo os depoimentos orais diversos, colhidos em entrevistas gravadas com os atores indiciados ainda vivos: Padre Abdala, Nazareno e Wilson Moreira. Paralelamente, entrevistamos os atores sociais que acompanharam o desenrolar dos fatos: Dom Lelis Lara, atual bispo Emérito da Diocese de Itabira, à época, vigário da Paróquia São Sebastião, em Coronel Fabriciano; José Rodrigues do Amaral (carioca), jornalista, proprietário do jornal *O Flan*; Dr. Emilio Edstone Duarte Gallo, advogado de defesa dos padres; Ana Ângela Sabará, viúva do jornalista Euclides Diogo Sabará, jornalista do Vale do Aço, preso à época inicial do Regime Militar; Adolfo Martins da Costa Quintão, comerciante de Coronel Fabriciano, também preso pelo Regime; Zélia Quintão Fróis, viúva de Dom Marcos Noronha, primeiro bispo da Diocese de Itabira; Ademir Horta, professora universitária que conviveu com os padres processados; José Índio do Brasil, ex-padre diocesano à época e João Vicente Weitzel, ex-padre redentorista que também conviveu com os processados, além de professores diversos, que atuavam em escolas católicas.

Quanto às questões metodológicas, utilizamos orientações de literatura especializada, especialmente, em Marieta de Moraes Ferreira, em seu livro, *Usos e*



*abusos da História Oral* <sup>(9)</sup>. Nessa obra, buscamos, conforme exposto no capítulo II, orientação para técnicas de pesquisa oral. A proposta é a construção uma história oral como suporte complementar às fontes eleitas como principais: O Processo, e as provas anexadas ao mesmo.

Buscamos extrair da memória dos acusados, agora passado longo período do fim do processo, possíveis fatos ocultados e não expostos no mesmo, como os interesses de grupos e pessoas isoladas na condenação dos acusados. Conforme citado no capítulo III, (*O handcapedo a posteriori*).

Seguimos um roteiro pré-estabelecido para as entrevistas, com base em informações sobre a vida do depoente, sua atuação profissional e seu envolvimento com o episódio em questão ou proximidade com o assunto.

Para o trabalho com a imprensa, buscamos orientações na obra de Maria Helena Capelato, *Imprensa e História do Brasil* <sup>(10)</sup>. Nesta obra ela enfoca a trajetória da imprensa brasileira desde a época do Império até a atualidade. Expõe os vários tipos de imprensa, seus objetivos, interesses, a sua atuação dentro do contexto de cada época, e a censura sofrida nos períodos de ditaduras.

No contexto do Regime Militar, assim como em outras épocas, é preciso estar atento aos interesses que envolviam a imprensa de uma forma geral. Principalmente os grandes jornais que sempre somaram força com o poder, veiculando informações que interessavam as classes dominantes. Com isto muitas vezes, nem havia necessidade de censura, apenas um acordo entre eles. Neste aspecto, direcionaremos a pesquisa no sentido de buscar antes de tudo, as informações sobre os jornais, seus proprietários e quem neles escreviam.

Com base especialmente na parte em que enfoca a censura no período do Regime Militar, trabalhando com jornais *Canaã*, *A Verdade Imprensa* e *O FLAN* <sup>(11)</sup>, disponíveis no arquivo digitalizado do Museu Padre De Man, instituição mantida pelo UNILESTE. Nestes jornais, o padre Abdala, um dos réus do processo judicial, que é tema central deste trabalho, escreveu inúmeros artigos.

<sup>9</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e Abusos da História Oral*. 6 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005.

<sup>10</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*: 1ed. São Paulo, SP: Contexto, 1988.

<sup>11</sup> Jornais que circularam na região do Vale do Aço em diferentes épocas: *O Canaã*, de 1959 a 1963; *A Verdade Imprensa*, em 1963 e 1964; *O Flan*, de 1964 a 1969.

Analisaremos o conteúdo político e social dos mesmos e que foram inclusive usados como possível prova de atividade subversiva do religioso.

O jornal considerado como mais importante para a pesquisa é *O Fato*. Semanário litúrgico, editado pela Diocese de Itabira, entre 1967 e 1974. Tinha como objetivo facilitar o acompanhamento dos atos litúrgicos pelos fieis. Trazia na primeira página um editorial, sempre explorando um tema social ou político, este misturava liturgia das missas dominicais com discussões sobre um fato regional ou nacional em voga na data de sua publicação e circulação. Demonstrativo de forte preocupação da Igreja da região, com as questões políticas e sociais, numa linha da chamada Igreja Moderna. Devido às dificuldades em obtê-los, uma vez que, nem mesmo o arquivo da Cúria Diocesana de Itabira o possui, a pesquisa com esse se limitará à aqueles anexados ao processo, Números: 54, ano 2, de 07 de Setembro de 1969; numero 94, ano 2, de 14 de junho de 1970 e numero 95, ano 2, de 21 de junho de 1970.

Dividimos o trabalho em três capítulos: O primeiro, intitulado, A Igreja na mira do Regime militar, onde abordamos o processo de interiorização do Regime Militar e sua chegada à região do Vale do Aço e, a partir de 1968, com a instauração do AI 5, o acirramento das ações repressoras tendo como foco o clero local. Uma ligeira retomada das orientações da Diocese de Itabira (criada em 1965), inspiradas no Concílio Vaticano II e na Conferência de Medellín, assistimos visões de mundo divergentes no interior da Instituição, culminando em várias denúncias com objetivos últimos de derrubar a ala progressista. Desse modo, detectamos, empiricamente, numa região interiorana brasileira, dois cleros disputando representações de mundo social com vistas a legitimá-las, justificá-las, difundi-las e consolidá-las nos espaços de micro poderes, embora fosse o clero conservador, em grande medida, favorecido pela conjuntura política nacional do Regime.

No segundo, focamos uma análise de discurso das representações tidas pelos atores envolvidos no processo: os réus, os denunciadores, a promotoria, a defesa, as testemunhas. Também discurremos as visões de mundo que embasavam: a acusação, as provas, os argumentos e o veredicto, incluindo os

acontecimentos nos bastidores da justiça e os pormenores negligenciados no transcorrer do processo judicial. Não se pretende desvendar um crime, conforme se pretendia a justiça militar, mas desvendar um cotidiano, uma comunidade, as suas relações sociais. Não temos por fim descobrir o que realmente aconteceu e sim tentar compreender como eram produzidos e explicados as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentavam para cada caso.

No terceiro, tratamos de analisar as práticas sociais reproduzidas e compartilhadas pelos diferentes atores - líderes da Igreja e setores sociais correlacionados - que estavam em alguma medida alinhadas às visões de mundo da matriz latino-americana da Igreja Católica. Visamos apontar quais ações que os protagonistas do processo se relacionavam com os discursos e de que forma essas práticas foram interpretadas.

Finalmente, esperamos através deste trabalho mostrar o choque de ideologias causado a partir de uma Igreja renovada pelos princípios do Concílio Vaticano II. Aqueles que se engajaram na visão evangelizadora moderna foram combatidos e intimidados pelos que queriam a Igreja tradicional. O próprio Regime Militar tinha a intenção de evitar qualquer mudança nos padrões que entendiam como corretos.

## A IGREJA NA MIRA DO REGIME MILITAR

### A sociedade brasileira sob o Regime Militar

Na noite de 31 de março de 1964, finalmente os militares dominam poder, consolidando o que há muito já postulavam através de inúmeros ensaios golpistas: 1954<sup>(12)</sup>, quando pretenderam a deposição de Getúlio Vargas; 1955<sup>(13)</sup>, quando tentariam impedir a posse do Presidente Juscelino Kubitschek e em 1961<sup>(14)</sup>, quando das articulações para impedir o poder de governo do presidente João Goulart. Citam-se, ainda, os levantes de menor importância que aconteceram no Governo Juscelino Kubitschek: Jacareacanga<sup>(15)</sup> e Aragarças<sup>(16)</sup>.

O Golpe 1964 destituiu do comando da nação, o presidente João Belchior Marques Goulart e instalou uma ditadura que perdurou até 1985. O movimento fora iniciado pelo Comando da Quarta Região Militar, sediada em Juiz de Fora, sob as ordens do General Olympio Mourão Filho. As tropas dessa guarnição

---

<sup>12</sup> Em 1954, um movimento político-militar conservador, tendo a frente a UDN – União Democrática Nacional, fora organizado para pressionar o presidente Getúlio Vargas à renúncia. Entre outros motivos, eram contrários à política nacionalista adotada por esse governo. O acontecimento culminou com o suicídio do presidente. Cf. SKIDMORE, Thomas: *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976, p.110 - 180

<sup>13</sup> O mesmo grupo que em 1954, que atuou na tentativa de derrubada de Vargas da presidência da República, articulava um golpe para impedir a posse do Presidente Juscelino Kubitschek. A manobra foi impedida pela ação do marechal Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, que em um golpe preventivo, executado a partir de 11 de novembro de 1955, garantiu o cumprimento da constituição e deu posse ao presidente eleito. Cf. SKIDMORE, Thomas: *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976, p.181 – 202.

<sup>14</sup> Novamente, setores políticos e militares conservadores articularam em 1961 no sentido de evitar o poder ao presidente que consideravam como inimigo. Após um acordo político aceitou o estabelecimento do regime parlamentarista no país e assumiu como Chefe de Estado, sem poder de governo. Em 1962, num plebiscito, o povo escolheu a volta do presidencialismo. Cf. SKIDMORE, Thomas: *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976, p.252-268.

<sup>15</sup> Levante militar, precipitado em 11 de fevereiro de 1956, poucos dias depois da posse de Presidente Juscelino Kubitschek. Os oficiais da Aeronáutica, o major Haroldo Veloso e o capitão José Chaves Lameirão, tomaram posse de um avião da FAB - Força Aérea Brasileira e voaram para a base de Jacareacanga, no Pará onde se juntaram a outros oficiais. O movimento A rebelião se opunha ao governo de Juscelino Kubitschek. Cf. [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/O\\_Brasil\\_de\\_JK/Revolta\\_de\\_jacareacanga.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/Revolta_de_jacareacanga.asp). Acesso em 06 de novembro de 2006.

<sup>16</sup> Conspiração Militar de 2 de dezembro de 1959, liderada pelo tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier. O objetivo do movimento seria para afastar os corruptos e comunistas que controlavam o poder da nação. Tomaram a base de Aragarças em Goiás, de onde pretendiam partir para dominar a Capital Federal. Cf. [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/O\\_Brasil\\_de\\_JK/Revolta\\_de\\_aragarcas.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/Revolta_de_aragarcas.asp). Acesso em 06 de novembro de 2006.

partiram para o Rio de Janeiro. Ao meio do caminho, encontraram com o efetivo do Primeiro Exército, até então legalista. Este, ao em vez de combater o comando de mineiro, aderiu ao golpe. Finalmente, com adesão de outras unidades, incluindo São Paulo e Rio Grande do Sul, o grupo de Mourão ocupou o Rio de Janeiro. Com apoio fragilizado e temendo uma possível guerra civil, João Goulart refugia no Uruguai.

O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazilli, assumiu interinamente o comando do país, até que em 11 de abril o Congresso Nacional aceitou a indicação do Comando Militar Revolucionário <sup>(17)</sup> e elegeu como novo presidente, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

A princípio, Castelo Branco teria a missão de completar o tempo de mandato de Goulart, para, então, retornar a normalidade democrática. Porém, diante das imposições da linha dura <sup>(18)</sup> e da UDN, muda-se o curso da história, quando uma emenda constitucional prorrogou o mandato de Castelo até 1967. Pode-se dizer que, a partir de então, estava instalada a Ditadura Militar que duraria até 1985, um longo período em que a população foi cerceada dos seus direitos mais elementares: liberdade de expressão, liberdade de reivindicações e, especialmente a liberdade de escolher os governantes da nação. Os órgãos de segurança passaram a vigiar os passos de todos os brasileiros, e sem respeitar os limites de dignidade da pessoa humana, conseguiam impor os ideais do regime sobre a nação <sup>(19)</sup>.

Entre os muitos motivos para a realização do golpe, os militares justificaram a defesa da democracia, o controle da inflação e o combate à corrupção. Especialmente se propunham a “salvar” o Brasil da “ameaça comunista”. As circunstanciais à época, pareciam fazer crer aos militares que havia no país os

---

<sup>17</sup> Junta Militar, criada à 1 de abril de 1964, composta por representantes das três armas,: general Artur da Costa e Silva, do Exército, almirante Augusto Rademaker, da Marinha e o brigadeiro Francisco Correia de Melo, da aeronáutica. Teve papel fundamental na implantação do regime, subordinando o poder de governo do país.

<sup>18</sup> Termo político, usado para designar uma corrente ou facção, dentro de um movimento, partido ou governo, que adota posições mais radicais, menos moderadas e mais intolerantes, especialmente no contexto de regimes ditatoriais.No caso do Regime Militar de 1964, distingue o grupo que assumiu o poder em 1967, quando da saída do presidente Castelo Branco. Cf. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 60-68.

<sup>19</sup> Idem.

inimigos internos, grupos que lutavam para implantar o socialismo no Brasil, pela via revolucionária. Esses estariam infiltrados nos muitos seguimentos sociais, inclusive nas Forças Armadas, chamados subversivos <sup>(20)</sup>. Reforçava-se a polarização ideológica estabelecida pela Doutrina de Segurança Nacional <sup>(21)</sup>, que por sua vez, se constituiu no contexto da Guerra Fria <sup>(22)</sup>.

No entanto, a Ditadura não pode ser reconhecida como um ato exclusivo dos militares. Ela fora fruto de muito bem arquitetado plano que envolveu todas as classes sociais. O comício de 13 de abril de 1964, no qual o presidente Goulart anunciou as reformas de base <sup>(23)</sup>, estimulou as reações de oposição ao seu governo, acelerando o processo que culminou no golpe de 31 de março. Somaram forças os setores sociais conservadores, os quais se sentiriam prejudicados com a efetivação das propostas: a grande imprensa, os grandes empresários nacionais, as empresas multinacionais, os banqueiros, os oficiais militares superiores, os latifundiários e os políticos da UDN. Mobilizaram a opinião pública, semeando a idéia de que era preciso “salvar” o Brasil, que corria o risco de ver destruído os seus valores mais importantes, entre eles a família e a religião <sup>(24)</sup>. Praticamente toda a classe média, além das classes trabalhadoras do campo

---

<sup>20</sup> Eram considerados subversivos aqueles que lutavam contra o Regime Militar, usando como método a subversão da ordem vigente, ou seja, qualquer tentativa de ir contra os princípios apregoados pelos militares no poder.

<sup>21</sup> Concepção ideológica de Segurança Nacional, difundida pelas forças armadas brasileiras, embasada em verdades do mundo pró Estado Unidos, do período da Guerra Fria. Foi elaborada, pelos militares que tomaram o poder em 1964, destacando-se: o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e o General Golbery do Couto e Silva. Estes, assim como outros grandes nomes das altas patentes da época, já possuíam um histórico de entrelaçamento com as Forças Armadas norte-americanas desde a Segunda Guerra Mundial, ao lado de quem o Brasil lutou nesse conflito. Depois de 1945, o Brasil continuou a manter contatos com as instituições militares norte-americanas, enviando regularmente, oficiais para treinamentos e cursos. De lá voltaram com um modelo copiado de uma concepção de Defesa Nacional que culminou com a criação da ESG em 1949 e a sedimentação da *Lei de Segurança Nacional*, que teve seu auge na consolidação da Ditadura Militar, através do Decreto-lei 314 de 1968. Cf. artigo: *A Doutrina de Segurança Nacional e o Manto dos Atos Institucionais durante a Ditadura Militar Brasileira*, publicado na *Revista Espaço Acadêmico*, n.35 – abril de 2004. [www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm](http://www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm), acesso em 08 de maio de 2006.

<sup>22</sup> SILVA, Hélio. *1964 - Golpe ou Contragolpe?* 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1975, p. 33.

<sup>23</sup> Entre as várias reformas propostas por João Goulart, consta a reforma agrária, que pretendia acabar com a concentração fundiária através da redistribuição da terra. A reforma urbana previa a compra dos imóveis pelos inquilinos, com a avaliação e acompanhamento do governo. Propunha ainda o controle sobre as remessas ao exterior, dos lucros das empresas multinacionais.

<sup>24</sup> Semeava-se a idéia de que os comunistas iriam dominar o país e que esses acabariam com a propriedade privada, perseguiriam a religião e desmantelariam a família. Cf. SILVA, Hélio. *1964 - Golpe ou Contragolpe?* 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1975, p. 335 -340.

e da cidade, deixou-se seduzir pela propaganda anticomunista. Estavam amparados pelos conhecidos grupos de ações direitistas: IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática; IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais<sup>(25)</sup>, UDN – União Democrática Nacional e o PSD - Partido Social Democrático, além da Igreja Católica, e da grande imprensa. Uma grande demonstração de força de oposição ao governo foi a realização da *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*<sup>(26)</sup>, realizado em São Paulo.

Para dar sustentabilidade legal, às suas ações, à frente do governo, os militares reestruturaram juridicamente o país, fortalecendo o Estado com a edição de Atos Adicionais. O primeiro deles, o AI -1, foi editado a nove de abril de 1964, antes mesmo de o Congresso Nacional referendar o nome de Castelo Branco para a presidência. Esse determinava a eleição indireta do presidente da República; a autorização para o presidente caçar mandatos, suspender direitos políticos por dez anos e decretar estado de sítio. Assim, logo ao assumir a presidência em quinze de abril, o general Castelo Branco fez uso das prerrogativas que lhes eram atribuídas pelo AI -1: Caçou o mandato de dezenas de membros do Congresso Nacional, deputados estaduais e vereadores. Demitiu outras centenas de funcionários públicos, entre juizes, civis e militares. Foi instituído o bipartidarismo, quando foram criados: a ARENA – Aliança Renovadora Nacional, como partido do governo e o MDB - Movimento Democrático Brasileiro, como partido de oposição.

Entre 1964 e 1969, foram editados dezessete atos Institucionais e cento e quatro Atos complementares. Entre os primeiros, Considera-se o AI -5, de treze de dezembro de 1968 como o mais autoritário documento da História do Brasil. Ele dava excessivos poderes ao presidente que poderia a qualquer momento, fechar o

---

<sup>25</sup> Organizações anticomunistas, fundadas respectivamente em 1959 e 1962. Eram financiadas por empresários brasileiros e estrangeiros e se propunham a influenciar nos com suas idéias no direcionamento dos destinos políticos, sociais e econômicos do país. A primeira tinha entre outras ações, o financiamento de campanhas de candidatos políticos concordantes com os ideais apregoados pela instituição. A segunda, se propunha a controlar o pensamento político da população tendo por base a propaganda. Cf. PENNA, Lincoln de Abreu. *República Brasileira*. 3 Ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999, p. 241 -265.

<sup>26</sup> Ato público realizado em São Paulo, a 19 de março de 1964, que funcionou como desagravo ao comício presidencial, realizado no dia 13, o qual reuniu cento e cinquenta mil pessoas. O movimento organizado inicialmente por católicos teve a adesão de outras religiões, reunindo segundo estimativas, entre quinhentas e oitocentas mil pessoas. Cf. SILVA, Hélio. *1964 - Golpe ou Contragolpe?*. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1975, p.335 -340.

Congresso Nacional, as assembléias legislativas e as câmaras municipais; decretar intervenções nos estados, territórios e municípios; caçar mandatos eletivos, suspender direitos políticos e decretar confisco de bens. Consolida-se o caráter ditatorial do governo através da edição em 1967, da nova Constituição Federal <sup>(27)</sup>.

A soma dessas, respaldaram os governos dos generais ao longo de toda a existência da ditadura, garantindo todos os desmandos, da política autoritária, baseada na censura aos meios de comunicação, a violência das torturas e até as mortes dos inimigos do regime. Completavam-se mazelas, com maciços investimentos em propaganda, para parecer à população que tudo ia muito bem. Concluí que esta foi a forma que encontraram para impor ao país, o modelo econômico concentrador, expresso no arrocho salarial, na concentração fundiária, facilitação aos investimentos estrangeiros e nas remessas de lucro das empresas multinacionais <sup>(28)</sup>.

A Ditadura terminou em 1985, com eleição de Tancredo Neves para presidente da República, deixando para trás um saldo econômico negativo, demonstrado pela dívida externa, que em 1984 atingira a cifra de noventa e cinco bilhões de dólares. A inflação na mesma época chegara ao patamar dos 240% ao ano. Tudo isso, sem contar os traumas das famílias que tiveram seus entes queridos assassinados nos porões das instituições militares, incluindo os muitos desaparecidos.

### **A interiorização da Repressão**

Logo à instalação do Regime de 1964, muitos dos setores da sociedade brasileira, em todos os cantos do país passaram a ser rigorosamente vigiados. Os

---

<sup>27</sup> PENNA, Lincoln de Abreu. *Republica Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999, p. 241-299.

<sup>28</sup> *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 60 – 68.



militares no poder criaram um aparato que foi se consolidando no decorrer dos anos, alojados em siglas conhecidas: DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social, DOE – Departamento de Operações Internas, CIE – Centro de Informações do Exército e OBAN – Operação Bandeirantes. Destaca-se como principal entre todas, o SNI – Serviço Nacional de Informações, criada pelo General Golbery, logo nos primeiros dias após o golpe. Era um órgão diretamente subordinado à Presidência da República e tinha a missão de vigiar os passos dos cidadãos e detectar os “inimigos” do Regime. Estavam na mira da repressão: os próprios militares das diversas patentes e instituições, sindicalistas, políticos, jornalistas, estudantes, bem como religiosos de tendências progressistas <sup>(29)</sup>.

Em paralelo, surgiram grupos clandestinos radicais, de extrema direita que ajudaram a sustentar o regime utilizando metodologias escusas para impor os ideais reacionários, entre eles o CCC – Comando de Caça aos Comunistas, grupo paramilitar com um vasto currículo de ações violentas: Invasão de teatros, de shows e confrontos de ruas com estudantes.

Discute-se que o aparelho repressor se valeu de muitas instituições da sociedade para realizar o controle social. Essas vigilâncias múltiplas encetadas pelo “super-poder”, constituído de generais governantes, eram também reproduzidas e compartilhadas em escalas menores, tais como escolas, igrejas, hospitais, delegacias, fábricas, sindicatos, oficinas de imprensa e famílias <sup>(30)</sup>. Essas atitudes de macro vigilância em escalas micro espaciais eram reproduzidas por diversos atores sociais que se aliaram ao Regime. No caso da Igreja, diversos clérigos foram vigiados pelos próprios fiéis. Em algumas situações, as divergências de idéias (confronto entre progressistas e tradicionalistas) dentro da própria instituição eram tantas que levaram muitos sacerdotes a serem denunciados como subversivos.

A Ditadura, num processo de interiorização em todo o país, chegou ao Vale do Aço, onde também se instalaram as diversas formas de controle social:

---

<sup>29</sup> *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986, p. 117-154.

<sup>30</sup> Sobre a questão do poder e controle social em pequenas escalas conferir FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: 1998. Também em *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

censura aos meios de comunicação, detenções e prisões diversas, com notícias inclusive de torturas, como é o caso do jornalista Euclides Diogo Sabará. Simplesmente Sabará, como era conhecido o proprietário do jornal *A Verdade Impressa* <sup>(31)</sup>, no qual escrevia abertamente contra os militares no poder. Acusado de incitar a conspiração contra o Regime foi preso numa operação que tinha à frente o temido Tenente Xavier, então comandante do destacamento militar da região, à época sob as ordens do 6º Batalhão da PMMG, sediado em Governador Valadares. Sabará recebeu voz de prisão numa manhã, num momento em que fazia compras num mercado em Timóteo.

Foi levado para a cadeia pública de Ipatinga, onde permaneceu alguns dias. Desde o princípio fora posto incomunicável e, para desespero de seus familiares, foi transferido para outra cidade sem que a família fosse sequer avisada. Custaram obter informações de que ele estava no Presídio Estadual de Ribeirão das Neves, município da grande Belo Horizonte. Consta, então, que nessa prisão teria recebido os maus tratos, comuns aos presos políticos da época. Foi libertado cerca de quarenta dias depois <sup>(32)</sup>.

Entre outros casos notórios, registra-se o da prisão de Adolfo Martins da Costa Quintão, proprietário de bancas de Jornal, que fora preso sob acusação de vender literatura subversiva, tal como o jornal *Classe Operária* <sup>(33)</sup>. Adolfo as vendia, segundo ele próprio afirma, por não entendê-las como veículo de propaganda contra o Regime, mesmo porque, viu tais literaturas em outras bancas em muitos lugares por onde andou. A polícia chegou até ele ao prender em Belo Horizonte o responsável pela distribuição clandestina dos periódicos. Junto a este, encontrou um caderno de anotações onde o nome do jornaleiro e seu endereço figurava na relação de clientes. A partir disso foi intimado a comparecer na delegacia de polícia, a 27 de abril de 1964. Chegando lá, foi imediatamente preso

---

<sup>31</sup> O jornal *A Verdade Impressa* circulou no Vale do Aço entre os anos 1963 e 1964. Em formato tablóide, com variação de quatro a doze páginas e de circulação semanal, possuía seções de esportes, colunas sociais, anúncios comerciais, matérias políticas e outros, os quais eram redigidos pelo próprio Sabará sob os pseudônimos Fantenoso, Milquíades e Madame Abgaiu.

<sup>32</sup> SABARÁ, Ana Ângela Godoy: depoimento [06 de maio de 2006], Timóteo.

<sup>33</sup> O jornal *Classe Operária* era editado pelo Partido Comunista, desde 1925. Ao longo do Regime de 1964, assim como em outras épocas, circulou na clandestinidade.

e levado para Belo Horizonte. Na capital, permaneceu uma noite inteira na sede da Secretaria Estadual de Segurança Pública. No dia seguinte foi levado para depor no DOPS e sendo transferido em seguida para o presídio de Ribeirão das Neves, onde adoeceu. Com crise respiratória aguda, foi internado no Hospital Militar no Bairro Santa Efigênia. Teve como colega de enfermaria, um assumido comunista, médico com quem não pôde aprofundar conhecimentos, pois eram vigiados, por uma guarda que revezava 24 horas à porta do quarto. Só sabia que ele se chamava Geraldo e que fora preso porque fazia campanhas contra o Regime. Ficou vinte dois dias sob detenção militar <sup>(34)</sup>.

Um dos fatos de repressão mais lembrados na região do Vale do Aço é o que envolve Durval Ribeiro Matos, conhecido comerciante em Coronel Fabriciano, preso numa manhã, em sua própria casa. A polícia fechou o quarteirão da rua Coronel Silvino Pereira, onde Durval residia e mantinha um ativo comércio de bar. Foi acusado de comunista porque dera o nome de “Lenini” a seu filho, que por sinal, nessa época, já adulto, cursava a faculdade de Farmácia em Ouro Preto. Entendia os militares que o nome do rapaz era uma homenagem a Lênin, o líder da Revolução Russa <sup>(35)</sup>.

Levado para Belo Horizonte foi interrogado e mantido em cárcere privado, sob a custódia da família do senhor Chiquito Quintão, antigo comerciante de Coronel Fabriciano, na época residindo na capital. Por interferência do então Deputado Estadual e advogado, Geraldo Quintão, foi liberado das acusações, retornando a Coronel Fabriciano.

### **O Acirramento do Regime no *Vale do Aço***

A partir de 1968, o regime sofreu uma intensificação da política repressiva. O Ato Institucional nº 5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, como uma verdadeira emenda constitucional, recrudesce a repressão. O Regime do qual se esperava uma distensão se torna mais repressor e mais fechado. O acirramento

---

<sup>34</sup> QUINTÃO, Adolfo Martins da Costa: depoimento [16 mar. 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>35</sup> MATOS, Lenini Ribeiro: depoimento [8 mar. 2006], Coronel Fabriciano.

do Regime vai resultar de uma mudança de conjuntura política desencadeada a partir da enfermidade do Presidente da República, General Artur da Costa e Silva - que impossibilitado de continuar à frente do governo, devido seu derrame cerebral - foi substituído por uma Junta Militar que renegava a posse do Vice-presidente civil, Pedro Aleixo. Esse fato acabou por precipitar uma “Revolução dentro da Revolução” <sup>(36)</sup>. Justificavam-se com essa postura a necessidade de conter uma onda de protestos que se avolumavam. Incluíam neste momento histórico o movimento estudantil, os grupos clandestinos revolucionários, como o MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro e a ALN - Aliança Nacional Libertadora, VPR – Vanguarda Popular Revolucionária e a chamada ala progressista da Igreja, incluindo as atividades das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base, as quais colocavam em risco os interesses dos grupos que desejavam manter o Regime Militar.

Naquele momento, setores progressistas da Igreja, ao se manifestarem, sobretudo, contra as injustiças sociais e contra a diminuição das liberdades políticas, corriam o risco de serem vistos como subversivos bem como conspiradores da queda do Regime. Entrementes, confundiam suas reivindicações com as de quaisquer grupos políticos de oposição, fossem eles comunistas revolucionários ou não. Ao que tudo indica, o Regime pós-68 polarizou as ideologias. O slogan proposto pela Ditadura Militar “Brasil, Ame-o ou Deixe-o” é uma imagem representativa das tensões entre o joio e trigo. Nele, os militares se identificavam com a Nação e associavam aqueles que se opusessem ao Regime como inimigos que deveriam ser extirpados do corpo nacional. Polarizaram a discussão de tal modo que quem fizesse oposição era freqüentemente perseguido, processado e até mesmo exilado; não raro taxado como subversivo ou comunista.

---

<sup>36</sup> O conceito *Revolução*, era de uso dos militares, numa alusão ao momento em que impunham sobre a sociedade brasileira, o regime fechado. Queriam fazer a todos, acreditarem que o país não vivia uma ditadura e que realizaram uma revolução contra o caos e a desordem social e política. Acima de tudo, alegavam que estavam salvando o país do comunismo.

Nesse contexto, qualquer manifestação de descontentamento político-social-econômico, ou tentativa de reivindicação de democracia, no limite de ideologias de cunho progressista, passou a ser visto como ato subversivo.

As duras imposições do AI-5, também tiveram no Vale do Aço, um acirramento ainda maior de ações de intolerância, tal como no restante do Brasil, em que nem mesmo a Igreja Católica escapou.

A ala mais progressista do clero local sofreu as consequências conforme aponta o testemunho do Processo número 39.342, que tramitou entre 1970 e 1972, na Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada em Juiz de Fora. O documento judicial, contendo seis volumes e novecentas e trinta folhas, foi movido contra alguns padres e ex-padres da então Diocese de Itabira, hoje Itabira/Coronel Fabriciano, tendo sido iniciado no Quartel General da 4ª Divisão de Infantaria, em Belo Horizonte. Figuraram como réus oito membros e ex-membros do clero local: Wilson Moreira, então diretor da Escola Estadual Alberto Giovannini em Coronel Fabriciano e padre Vigário da Paróquia Nossa Senhora da Esperança, no Bairro Horto em Ipatinga; Geraldo Ferreira Monção, padre e professor, à época da denúncia residente em Belo Horizonte; José Jorge Abdala, padre secular, Vigário da Paróquia de São José em Timóteo; Petrus Martinus Johannes Van Rossum, ex-irmão da Congregação dos Irmãos de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia, que residia em Ipatinga; José Nazareno Ataíde, recém saído da vida sacerdotal, quando atuava como vigário da Paróquia de Santo Antônio do bairro Melo Viana em Coronel Fabriciano; Joseph Cornelius Maria De Man, Padre de origem holandesa, da Congregação dos Padres do Trabalho <sup>(37)</sup> que atuava como diretor e fundador da Universidade do Trabalho <sup>(38)</sup> em Coronel Fabriciano; José

---

<sup>37</sup> Congregação religiosa católica masculina, fundada pelo padre Théophile Reyn, em 1894, na Bélgica. Tem como principal objetivo assistir as necessidades materiais e espirituais dos operários nas grandes cidades.

<sup>38</sup> A Universidade do Trabalho é o atual Centro Universitário do Leste de Minas – UNILESTE, primeira instituição de ensino superior da região do Vale do Aço, criada em 1969, pelos Padres do Trabalho, chefiados pelo Padre Joseph Cornelius Marie De Man, um dos réus do processo jurídico, objeto de estudo desse trabalho. Os religiosos buscaram apoio financeiro para a implementação do empreendimento, nas empresas locais, especialmente USIMINAS, ACESITA, Belgo Mineira e CVRD, além de entidades européias católicas, destacando a Misericórdia.

Valentim Bertollo, padre jesuíta, servia como vigário do Bairro Cariru em Ipatinga; Cícero de Castro, padre secular, trabalhava na Paróquia Cristo Rei, em Ipatinga.

O Pivô da questão foi, sem dúvida, o militar do Exército, Capitão Reformado Carlos Frederico de Castro e Silva Fassheber, que residia no bairro Horto em Ipatinga, nas vizinhanças da Igreja de Nossa Senhora da Esperança, sede da Paróquia do mesmo nome. Em muitas ocasiões, ele demonstrou incompatibilidade com o Pároco, Padre Wilson Moreira, e as suas atividades pastorais. Foi então, Fassheber quem encaminhou, juntamente com outros dois cidadãos, Marcelo Lemos Monte Santo e o professor de Ciências do Ensino Básico, Ângelo Lemos Duarte, a formalização das denúncias contra os religiosos, conforme depoimento dado a 8 de setembro de 1969, ao Coronel Euclides de Oliveira Figueiredo, encarregado de abrir e acompanhar o inquérito. O depoimento, no qual atuou como escrivão, o Segundo Tenente, Humberto de Moraes Rego, é considerado o documento detonador do processo jurídico e foi colhido nas dependências do Colégio Militar de Belo Horizonte. Os testemunhos estavam recheados de acusações de todo tipo, onde não faltaram nem mesmo insinuações de corrupção administrativa em relação a um dos acusados e sua atuação à frente da Universidade do Trabalho.

Segundo consta, o Capitão mantinha contato com inúmeras pessoas nas diversas comunidades paroquiais e nas escolas do Vale do Aço. Com elas formava uma rede de articulações em busca de informações que acumulava no sentido de incriminar os religiosos como um verdadeiro aparato de vigilância. De fato, no depoimento ele demonstra estar muito bem informado de tudo que se passava em todas as paróquias. Tanto é que Nazareno afirma que muitas vezes foi aconselhado por fiéis mais próximos para conter os excessos nos discursos e práticas cotidianas, pois pessoas lhes vigiavam. Fassheber declarou que no bairro Melo Viana, em Coronel Fabriciano, a Paróquia de Santo Antônio, sob a direção do padre Nazareno, mantinha um sítio onde aconteciam reuniões secretas, nas quais só eram admitidas pessoas previamente convidadas. E que a paróquia mantinha um clube recreativo, freqüentado por pessoas humildes, onde se realizavam reuniões, nas quais, se discutia a necessidade de derrubar o governo.

Afirma ainda Fassheber que em todas as paróquias os padres se diziam membros da Igreja Católica Apostólica Diocesana e não Igreja Católica Apostólica Romana, numa manifestação contra o Papa e enaltecimento do bispo local <sup>(39)</sup>.

Fassheber relata ainda nesse depoimento, inúmeros acontecimentos registrados dentro das escolas onde atuavam esses religiosos. Não só nas aulas de Educação Moral e Cívica, mas também de outras matérias, sempre desviavam para assuntos de política. Cita exemplos de fatos ocorridos no Colégio São Francisco Xavier, localizado na cidade de Ipatinga, e por ele pessoalmente verificados. Ele afirma que por ocasião da Semana da Pátria, em 1968, nas aulas de religião dadas pelo Irmão Pedro <sup>(40)</sup>, em todas as turmas de quinta série, foi feita aos alunos a seguinte pergunta: "Por que comemorar a Independência, se o país não o é?" <sup>(41)</sup>. Além disso, o mesmo religioso teria chegado a comentar nas mesmas turmas que os militares deram um novo golpe, ao impedir a posse do Vice-presidente, instalando uma Junta Militar no controle da nação a partir do adoecimento do Presidente da República, General Costa e Silva.

Com relação às mesmas aulas, denuncia também:

[...] na segunda feira, 1º de setembro, tendo em vista o feriado bancário, foi perguntado às crianças, de repente, porque os bancos estavam fechados. É interessante lembrar aqui que esta pergunta foi feita a inopinalmente (sic), numa classe de primeira série ginasial. Como as crianças não puderam responder, foi lhes então explicado que o governo temia uma corrida aos bancos <sup>(42)</sup>.

Até mesmo algum conteúdo das falas dos padres em reuniões foram citados na denúncia:

[...] no dia 31 de agosto, numa reunião realizada pela liga de esportes no recinto da Câmara Municipal. Estava sendo organizado o programa das festividades da Semana da Pátria, quando o padre Carvalho do Colégio São Francisco Xavier perguntou que independência iriam comemorar, de vez que o país

---

<sup>39</sup> FASSHEBER, Carlos Frederico de Castro e Silva. Denúncia [8 set. 1969] encontrada no *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972, fls. 24-25.

<sup>40</sup> Pedro era o nome usado para se referir ao Irmão Petrus Martinus Johannes Van Rossum, de origem holandesa e professor no Vale do Aço.

<sup>41</sup> FASSHEBER, op. cit., p. 25.

<sup>42</sup> Idem, p. 26.

não era independente e que as festividades eram uma palhaçada<sup>(43)</sup>.

Contou que por ocasião da Semana da Pátria de 1969, os padres se recusaram a colaborar com as programações, inclusive negando a celebrar missa alusiva à data. E ainda, que apesar de constar no programa do dia Sete de Setembro, o repique de sinos nas igrejas, eles não só se negaram a fazê-lo, como ainda retiraram as cordas que os acionavam<sup>(44)</sup>.

Citou os nomes dos padres que mais se destacavam com trabalhos de subversão: Nazareno, Wilson Moreira, Guido, Resende, Carvalho, Francisco, José Maria De Man, Abdala, Constantino, além do Irmão Pedro e o diácono Guido Laroy. Denuncia também que muitas moças, a maioria ex-irmãs de caridade<sup>(45)</sup> e professoras, também estariam tendo comportamento subversivo<sup>(46)</sup>.

O militar chamou a atenção para o que considerava muito grave: a grande presença destes religiosos nas instituições de ensino na região. Destaca principalmente o caso da Universidade do Trabalho, dirigida pelo Padre holandês, José Maria De Man, que considerou um foco de agitação, especialmente após a criação da Faculdade de Filosofia, onde as aulas de muitos professores eram por muitos da época, consideradas como instrumento de doutrinação comunista. Acrescentou ainda que a Universidade do Trabalho era mantida por capital estrangeiro, citando inclusive, altos valores em dinheiro proveniente de entidades européias, que apesar de tudo, a escola não possuía nenhum laboratório<sup>(47)</sup>. Fassheber finalizou seu depoimento acusando o padre Nazareno de pertencer a um suposto “Grupo dos Onze”<sup>(48)</sup>.

Há fortes sinais de ser o próprio Fassheber o agente vigilante da Paróquia do Horto. É dito que o ato de vigiar sabia fazer muito bem, uma vez que era o

---

<sup>43</sup> Idem.

<sup>44</sup> Idem, p. 25.

<sup>45</sup> *Irmã de caridade* é uma forma muito comum de se referir a freiras no Brasil.

<sup>46</sup> FASSHEBER, op. cit., p. 26.

<sup>47</sup> Idem, p. 26-27.

<sup>48</sup> O “Grupo dos Onze”. Eram Grupos nacionalistas criados a partir de outubro de 1963, sob orientação de Leonel Brizola. É muito discutida a atuação destes grupos, que de forma muito desorganizados tinham o objetivo de tomar o poder de forma revolucionária. Foram implantados por todo o país, mas foram sufocados pelo golpe que colocou os militares no poder.



Chefe da Divisão de Segurança da Usina Intendente Câmara, o parque siderúrgico da Usiminas <sup>(49)</sup>, sediado em Ipatinga. Conta-se que nesta empresa ele atuava também como um agente a serviço do Regime. Lembremos que a USIMINAS, naquela época era uma das maiores empresas estatais brasileiras, assim como o Vale do Aço era considerado um centro estratégico para a economia do país. E assim, até hoje remanescentes discutem o papel de Fassheber naquele momento histórico da empresa e da região. Ao que tudo indica, provavelmente a vinda dele para Ipatinga, em janeiro de 1964, com a missão de organizar o serviço de segurança da USIMINAS, tinha por objetivo maior lançar as bases locais que sustentassem o iminente Golpe Militar. Referem-se a ele como os olhos e os ouvidos do governo, não só em Ipatinga, mas por toda a redondeza. Seu nome seria então uma forma de intimidação do operariado e conseqüentemente a imposição dos ideais de 64, na empresa e na sociedade. Outros a ele se referem como um araponga <sup>(50)</sup>, atento a tudo o que se passava.

Comum eram alguns indivíduos verem-no entrar na igreja do Horto, especificamente nos momentos de homilias, justamente no espaço da missa em que o padre dirigia sua pregação e, logicamente expressava suas idéias como sacerdote. Podemos deduzir com essa atitude, uma intenção para além do compromisso devocional, isto é, queria mesmo era se inteirar do conteúdo da fala do pregador com objetivos últimos de munir-se de informações que fundamentassem suas denúncias. Seu rigoroso cumprimento do dever para com o Regime na região lhe valeu a nomeação para Interventor no Município de Timóteo, entre agosto de 1970 a janeiro de 1971, em substituição ao então prefeito Jaimar de Castro Coura, afastado do poder em decorrência de acusação de corrupção administrativa <sup>(51)</sup>.

Entre os muitos problemas de relacionamento com o Vigário da Paróquia

---

<sup>49</sup> A USIMINAS é a companhia siderúrgica criada com financiamento japonês, à época do governo do Presidente Juscelino Kubitschek e instalada no município de Ipatinga a partir de 1958. Consolidou-se como a grande fornecedora de aço para a indústria automobilística brasileira.

<sup>50</sup> Provavelmente o vocábulo *araponga* figurava a imagem de uma pessoa que provoca grandes problemas a partir de mínimas coisas. Segundo o dicionário *Aurélio*, trata-se de uma ave de canto estridente. Fig. Pessoa que fala aos gritos.

<sup>51</sup> ABDALA, José Jorge: depoimento [2 fev. 2006], Timóteo.

do Horto, Wilson Moreira, está o caso de uma reunião de pais de crianças catequizandas, em meados de outubro de 1969. Nessa reunião preparatória para a primeira comunhão das crianças, o diácono e o padre Wilson teriam se desviados totalmente dos objetivos, pregando, entre outras, “abertamente a subversão da ordem e a luta armada para derrubar o governo” <sup>(52)</sup>. O momento teria culminado com exaltados protestos de Fassheber contra as palavras dos religiosos, fato também relatado no depoimento.

Segundo outro documento integrante do processo jurídico, este é o conteúdo da fala de Guido Laroy que teria motivado a discussão:

[...] estamos vivendo num país sem liberdade e que, agora mesmo, venho de um bairro da cidade denominado Vila Celeste onde a miséria existente é um contraste gritante com o fausto da riqueza da USIMINAS; que a miséria existe em toda a periferia de uma riqueza supérflua, representada pela USIMINAS; que para que tal miséria deixe de existir, a Igreja admite quaisquer meios, até mesmo processos violentos com a luta armada, desde que isso fosse a solução de tais problemas. <sup>(53)</sup>

No rebate às palavras de Guido, assim teria pronunciado Fassheber:

[...] que achava estranho o fato de ter o orador dito que não havia liberdade no país, quando o próprio orador tinha inteira liberdade de expor suas idéias, como o fez na conferência; que o declarante ao rebater o que foi dito, pelo pregador, alertou a este que lançar pobres contra ricos como havia sido por ele feito, não conduzia a qualquer resultado prático, mas sim a discórdia entre irmãos. [...] que se admira o fato de estar sendo exposto como pensamento da Igreja, idéias de ódio e lutas de classe <sup>(54)</sup>.

Padre Wilson interveio favoravelmente ao diácono, endossando suas palavras. Então foi rebatido por Fassheber que os advertiu “que tais declarações constituíam delito contra a Segurança Nacional e que ele não admitiria que se continuassem a fazer tais pregações” <sup>(55)</sup>.

---

<sup>52</sup> FASSHEBER, op. cit., p. 24.

<sup>53</sup> Idem, p. 29

<sup>54</sup> Idem.

<sup>55</sup> Idem, p. 30.

Seguindo-se o depoimento, entram as falas das outras testemunhas: Marcelo Lemos Monte Santo e o professor Ângelo. O primeiro endossa as palavras de Fassheber, afirmando que os fatos por ele citados são de total conhecimento público. E o segundo perguntado se concordava com as palavras das testemunhas anteriores afirmou que ambos são pessoas idôneas e gozam do mais alto conceito do meio social da região além de serem profundos conhecedores do que foi narrado. Ângelo relatou ainda que à época em que Brizola lançou a idéia de criação do “Grupo dos Onze”, o padre Nazareno foi o responsável pela organização deste no bairro Melo Viana, em Coronel Fabriciano. O padre teria ainda pedido apoio financeiro aos comerciantes do mesmo bairro para a criação de um “jornal mural” e, que em suas explicações, dizia que na China o êxito da revolução, em grande parte, se devia a este método de comunicação <sup>(56)</sup>.

### **Igreja divergente**

No que tange à Igreja Católica, havia pelo menos duas alas do clero que disputavam diferentes orientações: conservadora e progressista. A primeira dizia que a Igreja não poderia e nem deveria tomar partido na política e nem ir além de sua missão de buscar os valores celestiais. Pois essa era a representação ou visão de mundo predominante na instituição até a época do Concílio Vaticano II. Em alguma medida esta visão era absorvida pela sociedade <sup>(57)</sup>.

Uma situação conflituosa começou então a se instalar em meados dos anos sessenta, quando desponta uma Nova Igreja que já se delineava desde o século

---

<sup>56</sup> Idem.

<sup>57</sup> SEDOC - *Serviço de Documentação*, Revista de publicação do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis. Em seu numero 102, de 09 de julho de 1977, estão publicados documentos diversos que expõem algumas divergências internas da Igreja no Brasil à época da Ditadura Militar. Trata-se das acusações de Dom Sigaud, Arcebispo de Diamantina, contra Dom Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso e Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás Velho. Dom Sigaud era um grande expoente da ala tradicionalista do clero brasileiro, ligado a TFP – Tradição Família e Propriedade. Entre outras, acusou seu colegas de defender idéias marxistas.

XIX, quando da Edição da *Rerum Novarum* <sup>(58)</sup>. Depois veio a instituição da *Ação Católica* <sup>(59)</sup> nos anos vinte pelo Papa Pio XI. É a chamada Igreja Progressista, que não se contentava com essa visão religiosa “apolítica”. Pelo contrário, desejavam e incentivam o engajamento dos cristãos na busca de soluções dos problemas vivenciados pela sociedade.

Essas idéias de renovação chegaram à região de abrangência da Diocese de Itabira, logo à sua instalação, ocorrida à 29 de dezembro de 1965. Diga-se de passagem, esta nova Diocese foi criada pelo Papa Paulo VI, através da Bula *Audi Inani (não foi em vão)*, em pleno andamento dos trabalhos do Concílio do Vaticano II, tendo inclusive o seu primeiro bispo, Dom Marcos Noronha, sido nomeado à mesma época. A nova Igreja Particular <sup>(60)</sup>, constituiu-se então de vinte e oito municípios, dos quais, vinte e dois desmembrados da Arquidiocese de Mariana <sup>(61)</sup> e seis da Arquidiocese de Diamantina. <sup>(62)</sup>

O novo bispado teria como sede a cidade de Itabira, a cem quilômetros de Belo Horizonte, localizada na área do Quadrilátero Ferrífero <sup>(63)</sup>. Por sinal, a cidade abriga até hoje, a Mina do Cauê <sup>(64)</sup> importante jazida de minério de ferro,

---

<sup>58</sup> Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, em 1891, cujo teor é um debate sobre as condições em que se encontravam as classes trabalhadoras. O documento apoiava aos trabalhadores em organizações sindicais, mas rejeitava o socialismo, além de defender o direito à propriedade privada. Propõe o diálogo entre a Igreja, governo, empresária e proletariado, na busca das soluções para os problemas da sociedade.

<sup>59</sup> Movimento Católico criado nos anos Vinte pelo Papa Pio XI. Propunha a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja, com objetivo de difusão e atuação dos princípios católicos na sociedade.

<sup>60</sup> Referencia usada para designar as áreas administrativas da Igreja, entregues a um bispo ou arcebispo., respectivamente, as chamadas dioceses e arquidioceses.

<sup>61</sup> O mais antigo bispado de Minas Gerais, criado em 1745 e elevado ao Arcebispado em 1906. De sua área de jurisdição nasceram outros bispados, destacando-se: Diamantina, Belo Horizonte, Caratinga e Itabira.

<sup>62</sup> A Diocese de Diamantina foi criada em 1854, desmembrada da então Diocese de Mariana elevada à Arquidiocese em 1917

<sup>63</sup> Área de aproximadamente 7000 Km<sup>2</sup>, situada na porção central do estado de Minas Gerais, considerado o maior depósito mineral natural do Brasil. A uma região de grande exploração de minério de ferro, ouro e outros minerais. Já nos tempos coloniais foi palco da exploração aurífera pelos portugueses, época em que surgiram na área, as cidades hoje consideradas históricas: Ouro preto, Congonhas do Campo, Mariana e outras.

<sup>64</sup> Denominação dada à mina de extração de minério de ferro, na área onde existia o pico o mesmo nome, no município de Itabira. O monte Cauê foi demolido em virtude dessa exploração mineral. A mina de propriedade da Cia Vale do Rio Doce, considerada uma das maiores jazidas de minério de ferro do mundo, iniciou-se a atividade extrativa em 1940, pela então Itabira Iron Ore Company, empresa à época, controlada pelo empresário norte-americano Percival Farquhar.

explorada pela Cia Vale do Rio Doce <sup>(65)</sup>.

Dom Marcos retornou da Europa cheio de inspirações e aspirações para assumir a nova trajetória missionária. Sonhou com as possibilidades de construção de uma Igreja renovada pelas idéias com as quais havia tido contato em Roma. Como ele próprio dissera um dia, uma Igreja realidade viva, aberta as alegrias, sofrimentos, angústias e esperanças dos homens e mulheres, visando uma vida melhor para todos. Desde o princípio, adotou um discurso progressista, incentivando esta visão na Diocese. Tornou-se comum em todas as suas publicações, palestras e atos religiosos da instituição, chamadas à reflexão para os problemas brasileiros, como a má distribuição de renda, a concentração de terras, e outros males, vistos como responsáveis pela grande miséria material de boa parte da população <sup>(66)</sup>.

Esta nova forma de evangelização teria que ser consolidada oficialmente no “Plano Pastoral da Diocese de Itabira”, o qual para sua elaboração, foi preparada toda uma discussão prévia. A primeira iniciativa foi organizar administrativamente a Diocese, a formação da Cúria, do secretariado, divisão em zonas geográficas de atuação, reuniões e apresentação de propostas. Seguiu-se uma fase de preparação para a elaboração do plano, que culminou num documento base, intitulado “Tempo de Reflexão”. Este, contendo quarenta e quatro páginas, estava munido de subsídios essenciais, num entendimento que seria os anseios da Igreja local. O Plano Pastoral deveria conter objetivos, princípios, opções e diretrizes para orientar as ações desta Igreja particular, no quadriênio 1967/1970. Seguiria a orientação da CNBB - Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil, para um Plano

---

<sup>65</sup>A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi criada pelo Governo Federal em 1942, em plena vigência do Estado Novo, com objetivo de explorar e comercializar entre outros, o minério de ferro. Foi privatizada em 1997, quando o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), venceu o leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Atualmente a empresa se consolidou como a maior mineradora do mundo, fornecendo para todo o planeta, produtos minerais que são transformados na indústria, em materiais de consumo de todo tipo, desde simples aparelhos refrigeradores, passando pelos automóveis, aos grandes aviões e navios, além de outros, utilizados nas áreas de construção civil, comunicação e informática.

<sup>66</sup> ABDALA, José Jorge: depoimento [2 fev. 2006], Timóteo; ATAÍDE, [6 jun. 2006], Coronel Fabriciano; MOREIRA, Wilson [3 jul. 2006], Juiz de Fora; apontam que realmente havia uma orientação de cunho progressista, dada diretamente pelo Bispo Dom Marcos Noronha, nas reuniões do clero local. Cf. documento intitulado *Tempo de Reflexão* anexado no *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972.

Pastoral Conjunto, que embasado nas aspirações do Concílio, conclamava cada bispo do país a elaboração do seu plano de ação, buscado nas realidades e peculiaridades culturais da sua região de atuação.

No âmbito geral, o Plano Pastoral da Diocese de Itabira deveria ter como objetivo, a busca de uma Igreja diferenciada, participativa em todas as dimensões, que incluía o despertar para militância dos leigos. Era forma de atuação dos religiosos que Dom Marcos Noronha incentivava e queria implantar a qualquer custo. Sua meta era a construção de uma religião democrática, menos hierarquizada, centrada numa forma de atuação conjunta do clero, que por sua vez, deveria ouvir a opinião geral dos leigos, estes organizados em “Grupos de Reflexão” que um dos componentes das CEBs – Comunidades Eclesiais de Base.

Assim, todos os setores da sociedade deveriam ter vez e voz. Por isso tais grupos foram organizados em todas as cidades da Diocese. Estes em detrimento das agremiações tradicionais: Apostolado da Oração, Congregação Mariana e Pia União das Filhas de Maria. Os grupos de reflexão deveriam discutir os problemas sociais, econômicos e políticos, locais e nacionais sempre embasados em textos bíblicos, onde tiravam exemplos de histórias de luta do povo. Neste contexto o livro *Êxodo* é um dos fortes exemplos, ao demonstrar a luta do povo hebreu pela libertação do cativo no Egito.

Com isto, solidificavam grupos politicamente engajados na luta por um Brasil mais justo, tendo por base a própria comunidade de atuação dos mesmos. Era muito comum dizer que o verdadeiro cristão deveria acima de tudo, lutar pela “construção do Reino de Deus na Terra”.

O clero deveria ser o exemplo encorajador dos leigos. Logicamente que uns atuavam mais firmemente dentro deste propósito, correndo os riscos impostos pelo regime em vigor no país. A partir de então, a forte proposição destes era suficiente para que fossem vistos com desconfiança. Os processados foram vistos como subversivos, por setores da sociedade e da própria Igreja. O que indicava a existência de uma forte dissonância entre Igreja tradicional e progressista. Os denunciadores eram da facção tradicional, somados a setores sociais de direita. As lutas dentro da própria Igreja estavam assim, polarizadas pelas lutas

ideológicas do período. Mas o que teria influenciado uma vontade de renovação pastoral tão forte na Diocese de Itabira?

Dom Marcos Noronha participou da última sessão do Concílio Vaticano II e voltou muito entusiasmado com as novas possibilidades das novas idéias. Assim, o trabalho de uma Igreja renovada, teve inicialmente como pilar central de inspiração o Concílio, posteriormente consolidado no encontro de Medellín.

Inspirada no exemplo dos primeiros Cristãos, a Igreja reconheceu a necessidade de mudanças. O papa João XXIII ao assumir a direção do catolicismo idealizou no final dos anos cinquenta, uma Igreja totalmente renovada, aberta para um mundo novo, que desde o fim da Primeira Guerra Mundial já prenunciava grandes mudanças <sup>(67)</sup>. “[...] A Igreja deverá escancarar as portas e janelas para o mundo e colocar-se em dia com as mudanças <sup>68</sup>”. Por isto tomou a iniciativa de convocar os Bispos de todo o mundo para o Concílio Ecumênico Vaticano II. Foi neste encontro que a Igreja, mudou sua trajetória, para uma “Igreja-sociedade”, “Igreja-comunidade <sup>(69)</sup>”. O documento intitulado *Lumen Gentium*, número VIII do Concílio diz: “Cristo estabeleceu sua Igreja como comunidade de fé, esperança e caridade”. Nele estão expressos os papéis de todos os componentes hierárquicos da igreja, coloca aos leigos a missão especial de construtores do Reino de Deus pela vivência e pelo testemunho.

Considera-se entre tantos documentos, o de número III o mais decisivo. Trata-se da Constituição Pastoral, intitulada *Gaudium et Spes* (Alegria e Esperança). Este documento analisa a situação geral do mundo contemporâneo, cada vez mais agredido pelas distâncias econômicas, sociais, tecnológicas e culturais, não só entre as classes sociais, mas também entre as nações. A

---

<sup>67</sup> O Papa Pio XII percebeu as grandes mudanças mundiais ao longo de seu pontificado (1939-1958). Concluiu, nos últimos anos de sua vida, a necessidade de convocar um concílio, visando inserir a Igreja no contexto das grandes transformações políticas, econômicas e sociais que se projetavam. Faleceu em 1958 sem poder realizá-lo. O concílio foi então convocado por João XXIII, em 25 de janeiro de 1959. Anotações de Dom Lelis Lara, bispo Emérito da Diocese de Itabira-Coronel Fabriciano.

<sup>68</sup> Frase extraída do pronunciamento de João XXIII, realizado no Vaticano, em 25 de janeiro de 1959, em solenidade de convocação do Concílio Vaticano II.

<sup>69</sup> SJ, Francisco Ivern. *Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação*. In. Maria Clara L. Bingemer (org.) 1 ed. São Paulo SP: Loyola, 1994, p. 275-294

concentração de riquezas e o poder de dominação dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos são demonstrados como um dos mais gritantes contrastes, vistos como um desafio para a Igreja na sua nova tarefa evangelizadora <sup>(70)</sup>.

[...] É preciso que se tornem acessíveis todas aquelas coisas que lhe são necessárias para levar uma vida verdadeiramente humana. Tais são: alimentos, roupas, habitação direito de escolher livremente o estado de via e de constituir família, direito à educação, ao trabalho, à boa fama, ao respeito, à conveniente informação, direito de agir segundo a norma reta, de sua consciência, direito a proteção da vida particular e à justa liberdade, também em matéria religiosa <sup>(71)</sup>.

O documento ressalta que, à luz das Escrituras, Deus não quer uma humanidade tão dividida em privilegiados e espoliados dos bens e dos direitos essenciais. Conclama, então, toda a Igreja para o engajamento na busca da construção de um mundo novo, assentado, acima de tudo, na fraternidade entre os homens, conforme teria difundido o próprio Jesus Cristo em sua passagem pela vida terrena. Reclama o compromisso do cristão à verdadeira conversão que o levaria ao desprendimento, à entrega ao serviço e uma atuação dentro do contexto político e social do momento, comprometida com os reais valores do Evangelho.

O livro *Êxodo* é considerado peça chave na consolidação de tais idéias, pois preanuncia as posições de Jesus, desse espírito de solidariedade, que levaria à libertação do “Povo de Deus”, escravizados no Egito.

A Conferencia de Medellín, que aconteceu em 1968 <sup>(72)</sup> reuniu os bispos para a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino Americano. No encontro, as lideranças religiosas discutiram os problemas gerais da América Latina à luz do Concílio, o que culminou com a elaboração de um documento final, como um verdadeiro guia para as ações pastorais da Igreja dessa parte do continente.

---

<sup>70</sup> IVO, Luciano Silveira: depoimento [11 mai. 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>71</sup> *A Igreja no mundo de hoje: Concílio vaticano II – constituição pastoral Gaudium et Spes* [Documentos Pontifícios]. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970, p. 31.

<sup>72</sup> 26 de agosto a 6 de setembro de 1968.



Formaram-se dezesseis comissões, que por sua vez, trabalharam cada uma centrada num eixo temático específico. Os trabalhos culminaram com a elaboração de um documento final que deveria, a partir de então, permear os trabalhos de evangelização nesta parte do continente.

Observa-se de uma forma geral, nos textos conclusivos, uma forte predominância das preocupações com as questões sociais. Especialmente o de número I, que trata da Promoção Humana, onde se discute o subdesenvolvimento da América Latina como consequência de um passado de exploração colonial pelas metrópoles européias, mantidos nos tempos atuais pela exploração capitalista moderna. A sociedade de uma forma geral sente-se oprimida.

[...] os esforços feitos não têm sido capazes, em geral, de assegurar que a justiça seja respeitada e realizada em todos os setores das respectivas comunidades nacionais. Muitas vezes as famílias não encontram possibilidades concretas de educação, para seus filhos; a juventude reclama seu direito de ingressar na universidade ou em centros superiores de aperfeiçoamento intelectual ou técnico-profissional; a mulher reivindica sua igualdade de direito e de fato, com o homem; os camponeses pedem melhores condições de vida, ou, se são produtores, melhores preços e segurança na comercialização; a crescente classe média sente-se afetada por falta de expectativa. Iniciou-se um êxodo de profissionais e técnicos para países mais desenvolvidos; os pequenos artesãos e industriais são pressionados pelos interesses maiores e não poucos grandes industriais da América Latina vão passando progressivamente a depender de empresas mundiais. Não podemos ignorar o fenômeno desta quase universal frustração de legítimas aspirações que cria o clima de angústia coletivas que já estamos vivendo <sup>(73)</sup>.

Para solucionar tais problemas, ou pelo menos amenizá-los, só uma igreja politicamente engajada. A oportunidade é a consolidação das CEBs que foram criadas na Diocese de Itabira, logo à sua instalação e cuja estrutura está assentada quatro pilares:

---

<sup>73</sup> *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do concílio: conclusões de Medellín*, Conselho Episcopal latino-americano. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973, p. 47.

Primeiro a Bíblia, que deveria ser lida e refletida semanalmente em grupo, considerada o sustentáculo do grupo; segundo é a realidade onde a comunidade, devendo seus membros ficar atentos às necessidades de vida do bairro, da cidade ou área rural onde está inserida; terceiro é a espiritualidade, sustentada na oração e na celebração, com liturgias enriquecidas com os símbolos que lembram as lutas, as vitórias e derrotas do povo. Por último, a organização. Nas CEBs todo o trabalho deve ser planejado com base em discussões democráticas, e as tarefas distribuídas de forma a envolver a todos do grupo e valorizar a participação de cada um <sup>(74)</sup>.

Percebe-se, que a pastoral implantada na Igreja de Itabira, procurou avançar em aspectos considerados ousados, mesmo para o hoje, apesar dos quarenta anos passados. As idéias eram muito diferentes daquela que até então predominavam na Igreja: O clero fechado no mundo interno da instituição, tomando as decisões e as impondo sobre os fiéis e esses apenas obedientes. Somava-se a estes, a resignação e a aceitação das condições de vida como conseqüências dos desígnios de Deus. A luta para mudar as condições de opressão ou marginalização estavam descartadas.

O Regime Militar de 1964, por sua vez, foi instituído justamente com base numa visão conservadora da sociedade, tudo faziam seus defensores e simpatizantes para preservar os valores tradicionais enraizados. Por isso, somaram forças todas aquelas pessoas, citadas como denunciadoras dos religiosos, de quem discordavam das novas práticas. O simples fato de alguém encarar qualquer idéia de forma diferente deles era suficiente para que tentassem reprimi-los. A “Igreja Nova” politicamente engajada e preocupada com as questões sociais, muito os incomodava, afinal esta forma de atuação clerical praticamente não fora vista antes <sup>(75)</sup>. A sociedade de uma forma geral estava muito acostumada com uma igreja mais voltada pela “Construção do Reino de Deus só no Céu”, reagiu dividida, contra ou a favor das novas orientações: “[...] Religião é outra coisa; religião fora de tudo; política é uma coisa, religião é outra; fé é outra.

---

<sup>74</sup> Documento de orientação aos participantes do *Décimo Primeiro Intereclesial*, (encontro nacional de participantes das CEBs), realizado em Ipatinga, em julho de 2005.

<sup>75</sup> ATAÍDE, José Nazareno: depoimento [3 jun. 2006], Coronel Fabriciano.

Outros, pelo contrário, afirmavam, a fé tem que se revelar pela política, pela ação e pelo trabalho” <sup>(76)</sup>.

Os mais tradicionais concluíram que os padres não foram formados para uma atuação revolucionária, visto ser incompatível com o sacerdócio. As técnicas de evangelização desta “Nova Igreja” estavam espantando os fiéis mais fervorosos. “A verdadeira Igreja, que se impôs através dos séculos, não admite processos covardes para conseguir qualquer objetivo, pois eles nunca serão atingidos se não estiverem apoiados em princípios sadios” <sup>(77)</sup>. O próprio modelo de atuação das CEBs, era então, motivo de discussões polêmicas. Para alguns, um perigoso meio que poderia levar a Igreja à secularização, a partir do momento em que conjugava fé e política, corria o risco de prevalecer as idéias da segunda. No delicado momento da época da Ditadura, alguns a viram até mesmo como um protótipo dos *Soviets* e, conseqüentemente perigoso, ao prenunciar a implantação do comunismo no Brasil e na América Latina.

O documento conclusivo do Inquérito Policial Militar expõe como perigoso exemplo a secularização, além do discurso agressivo <sup>(78)</sup>, o comportamento dos padres concentrados na Zona III. “[...] Os padres passaram a celebrar missa de calça e blusão, sem ao menos trajarem os paramentos próprios” <sup>(79)</sup>.

O relatório os compara com membros dos chamados “Grupos Proféticos”, comunistas infiltrados na Igreja, conforme denunciara um artigo publicado na edição número 1243 da revista *Eclésia*, editada pela Ação Católica Espanhola, em janeiro de 1969. Afirma a revista que tais grupos tinham a intenção de usar a Igreja como meio de propagar a revolução comunista.

A grande divergência estava então nas diferentes visões de cada setor social, inclusive como já visto, dentro da própria hierarquia da Igreja. Concorriam

---

<sup>76</sup> ATAÍDE, José Nazareno: depoimento [6 jun. 2006], Coronel Fabriciano. O depoimento oral desse entrevistado reportam a fala de fiéis contrários à “Igreja Nova”. Diga-se de passagem, que o depoente fora vigário da Paróquia Santo Antônio no bairro Melo Viana em Coronel Fabriciano, nos anos sessenta.

<sup>77</sup> Declarações contidas no relatório final do Inquérito Policial Militar. Vol. 1, fl. 129 do processo jurídico contra os religiosos. In: In: *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972.

<sup>78</sup> A expressão é de uso de pessoas em debates sobre atuação moderna da Igreja. Exemplifica-se os discursos eclesiais que querem chamar a atenção para os fatos políticos ou sociais.

<sup>79</sup> Inquérito Policial Militar. Vol. 1, fl. 123. In: *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972.

então às diferentes culturas políticas: a autoritária do Regime, com sua visão conservadora e a da “Igreja Nova”, de tendência mais progressista.

O maior demonstrativo das diferentes visões de mundo social no seio do clero são explicitados na aceitação ou não das idéias discutidas para a elaboração do Plano Pastoral. As divergências geraram tantas polêmicas que os trabalhos foram sendo adiados e nunca concluídos. A Diocese ficou dividida, quando as novas idéias foram fortemente abraçadas pelos padres da Zona III da Diocese, que é a chamada região do Vale do Aço, onde se localizam as cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo, para onde recorriam os padres de linha mais avançada. Enquanto isso, encontrou grande resistência em outros locais, especialmente na região da Zona II, onde se localizam as cidades de João Monlevade, Nova Era, São Gonçalo do Rio Abaixo, etc. Até mesmo os jornais litúrgicos de cada uma das regiões eram diferentes: o jornal *O Fato* <sup>(80)</sup>, era em todas as paróquias da Zona III, o guia das missas e reuniões diversas. Enquanto isto, a maioria dos padres da zona II, relutavam em adotá-lo, improvisando outros meios.

No Zona II um trabalho de recusa das novas formas de atuação, foi liderado pelo padre João Batista Neto, vigário da Paróquia do bairro Carneirinhos em João Monlevade. Entre as muitas de suas ações, relata-se a campanha que fizera contra a atuação do Padre Monção. As diferenças nas maneiras de encarar a religião eram visíveis e o confronto impossível de conter. Padre João Batista não se conformava com a atuação do padre Monção, que a frente da Paróquia de Loanda, em João Monlevade, entre os anos 1967 e 1968, adotara à risca as orientações da nova filosofia difundida. O padre Monção, fora então, acusado de se aliar às irmãs da Congregação do Espírito Santo para fazer uma “revolução pastoral”, junto à recém criada paróquia. Foi acusado de suspender sacramentos, fazer pregações deturpadas do Evangelho, aconselhar casais ao concubinato e até mesmo de se aliar aos protestantes, absorvendo e defendendo idéias deste grupo. Atitudes que segundo afirmou o Padre João Batista, revoltou a população.

---

<sup>80</sup> *Semanário litúrgico*, editado pela Diocese de Itabira, entre 1967 e 1974. Tinha como objetivo facilitar o acompanhamento dos atos litúrgicos pelos fieis, especialmente as missas dos finais de semana. Trazia na primeira página um editorial, sempre explorando um tema social ou político.

Por sua vez, o padre Monção desmentiu as acusações e as colocou como uma campanha realizada pelo Padre João Batista em detrimento à atuação pastoral renovada.

Por toda a Diocese surgiram confrontos entre seguimentos defensores e contrários as novas orientações. Merece comentário, o fato de pessoas da sociedade se colocarem como vigilantes das ações dos religiosos ao ponto de denunciarem tantas coisas consideradas banais <sup>(81)</sup>. Cita-se como exemplo, o fato denunciado pelo Major Manuel Gonçalves em seu depoimento, sobre um cartaz afixado pelo padre Wilson Moreira na porta da igreja do Horto, onde o enfoque era uma reflexão sobre as diferenças sociais gritantes existentes no Brasil <sup>(82)</sup>. Até mesmo os escritos do Padre Abdala, tendo ou não o objetivo de difundir idéias socialistas, nenhuma repressão caberia a ele por isto, numa sociedade verdadeiramente democrática. Estava ele exercendo o seu livre direito de manifestação, mesmo através da imprensa que ele utilizava como veículo difusor de suas idéias.

Não estaria o discurso da acusação influenciado pelo momento político o qual vivia o país e às vezes exagerando em algumas declarações ou em insinuações muitas vezes ingênuas? Podemos examinar até que ponto o padre tem que responder as expectativas de discursos e práticas esperadas pelos fiéis? Da mesma forma, o professor não teria o direito de discordar do poder então vigente no país e discutir este desacordo com seus alunos em sala? No caso de ser um professor de religião, qual o limite de assuntos que poderiam ser por esse abordado em sua aula? A esse deveria ser vedado assunto de política? E quanto a um diretor de escola? Conseguiria ele trabalhar sem opiniões e conceitos próprios de educação, sendo estes de tendência esquerda ou direita?

---

<sup>81</sup> Os motivos de indiciamento dos padres foram considerados, ainda naquele período, de “banais”. Assim não estamos emitindo juízo de valor ao expressarmos isso nos dias de hoje, já que, mesmo nos anos setenta, muitos padres consideraram banais as razões de acusação dos processados.

<sup>82</sup> Em data não registrada, Padre Wilson Moreira afixou na entrada da igreja do Horto, um cartaz contendo duas imagens: de um lado, uma pessoa bem vestida com seu carro de luxo, do outro, um casebre com uma família pobre. Abaixo das figuras, estava escrito: Enquanto a chuva lava o carro do rico, destrói o barraco do pobre. Segundo padre Wilson, seu objetivo era provocar solidariedade. Cf. MOREIRA Wilson: depoimento [6 de julho de 1970]. Inquérito Policial Militar. Vol. 1, fl 65-67. In: *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972.

Até que ponto um simples jornal litúrgico tinha que passar pelo crivo da censura antes de ser usado como guia nas missas? Um padre, assim como qualquer outra pessoa não poderia escrever artigos num jornal, que expressassem sua opinião sobre qualquer tema? Em que medida, os interesses e as ideologias do Regime Militar, impostos ao Brasil naquela época, não poderiam ser questionados e desobedecidos? Em que proporção, a Igreja do Brasil e particularmente a Igreja da Diocese de Itabira teriam que abdicar da sua visão teológica particular em detrimento da forma de pensar daqueles que controlavam o poder político do país durante a Ditadura? Por que a Igreja teria que participar das comemorações do Sete de Setembro, dentro de uma visão das autoridades que governavam o país naquele momento, inclusive repicando os sinos dos templos em acato à uma proposição oficial?

As respostas a estas indagações estão certamente nas relações de poder entre os que queriam manter a estrutura vigente e as instituições tradicionais, e aqueles que delas discordavam e defendiam uma outra forma de organização política e social. Ganharam, no entanto, os setores ligados à primeira opção, que impuseram ao país a Doutrina de Segurança Nacional <sup>(83)</sup>, a qual teve seu auge na publicação do Decreto-lei 314/68 <sup>(84)</sup>, uma bem montada estrutura de controle social. Era o minimização das liberdades democráticas instituindo a repressão como política de Estado. Assim, reforçou-se a possibilidade de existência de inimigos internos da pátria, predispondo a inserção do aparato repressor nos setores onde até então não se poderia legalmente considerar áreas de Segurança Nacional. Nesse aspecto, a suspensão das garantias individuais é o mais explícito dos exemplos de tamanhas mazelas da Ditadura.

---

<sup>83</sup> A Doutrina de Segurança Nacional seguia orientações do mundo pró Estados Unidos, do período da Guerra Fria. Da sua elaboração, fizeram parte os militares que tomaram o poder em 1964, destacando-se o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco e o General Goubery do Couto e Silva. Esses, assim como outros grandes nomes das altas patentes da época, já possuíam um histórico de entrelaçamento com as Forças Armadas norte-americanas desde a Segunda Guerra Mundial, ao lado de quem o Brasil lutou nesse conflito. Depois de 1945, o Brasil não só continuou a manter relação de maior proximidade com os Estados Unidos, como também manteve o envio regular de oficiais àquele país para treinamentos e cursos militares. Voltavam apropriados das concepções de Defesa Nacional que culminaram com a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949. Os militares desta grande instituição desenvolveram embasamentos para a sedimentação da Doutrina de Segurança Nacional, que teve seu auge na consolidação da Ditadura Militar.

<sup>84</sup> Embasada na Doutrina de Segurança Nacional, este decreto editou a Lei de Segurança Nacional que tinha como objetivo consolidar as ações da Ditadura Militar e fazer valer os interesses dos grupos que a sustava.

A Igreja também era uma instituição poderosa, especialmente no que concerne a sua capacidade de persuasão. O catolicismo estava em todo o Brasil, com forte penetração em todas as camadas e setores da sociedade. Se as idéias progressistas difundissem em todo o solo brasileiro elas levariam à derrubada do governo. Os militares não subestimavam o poder da Igreja de encetar transformações na ordem vigente. Era preciso, então, desarraigar as potencialidades pela raiz. O Regime instalou uma verdadeira caça às bruxas, com uma vigilância sobre os passos dos religiosos de uma forma geral.

Sendo assim, o regime de exceção, imposto pelas Forças Armadas, foi fruto de um bem arquitetado plano que visava impedir mudanças estruturais na economia, na política e na sociedade. Armaram-se os militares, articulados com os setores tradicionais no sentido de evitar as mudanças consideradas indesejáveis. Destas, a mais temível, era que o Brasil caísse nas “garras do comunismo” e se tornasse uma nova e grande Cuba.

No caso da atuação do aparelho repressor no Vale do Aço, mesmo sabendo que nenhum dos religiosos em questão sofrera violência física, como apontam tantos relatos por este Brasil afora, não podemos deixar de entender os acontecimentos locais como violentos, enfocado, como absurda transgressão aos direitos pessoais dos acusados. Explicitamente sofreram outras formas de violência: moral, psicológica, simbólica, humilhação, constrangimento, cerceamento de liberdade e invasão de privacidade. Contrários aos princípios mais elementares dos Direitos Humanos:

(...)Todo o homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras <sup>(85)</sup>.

Relata José Nazareno Ataíde que no dia do seu depoimento ao Departamento de Ordem Política e Social – DOPs, em Belo Horizonte, depois de detido durante todo o dia sem alimentação, ficou tão amedrontado e abalado

---

<sup>85</sup> *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Art. 19.

psicologicamente que esquecera onde estacionara seu carro (fusquinha), só vindo a encontrá-lo no dia seguinte, com ajuda de um amigo <sup>(86)</sup> .

Informa-se que Petrus Martinius teve sua república invadida e vasculhada pela polícia, sem nenhum mandato judicial, bem como arbitrariamente preso e só liberado dias depois <sup>(87)</sup>.

José Nazareno e Wilson Moreira foram aprovados em concurso público, em 1971, para o cargo de direção das Escolas Estaduais Polivalentes e tiveram seus nomes excluídos das publicações oficiais de resultados. Tiveram uma luta desgastante para reaver seus direitos de assumir o cargo <sup>(88)</sup>.

Conforme pudemos ver nesse capítulo, houve, no final dos anos sessenta, em todo território nacional, o acirramento do Regime Militar. Essa intensificação da Repressão também se manifestou na interiorização “de caça às bruxas”. Especificamente, no Vale do Aço, os ouvidos militares estiveram presentes, principalmente na esfera eclesiástica. Visto surgir uma ala da Igreja que se potencializava em termos de politização social e um grupo de padres se alinharem a essa nova manifestação religiosa, detectamos, ao nosso ver, representações de mundo social do Regime que não se coadunava com a nova visão de mundo social da Igreja, o que acabou por levar a cabo um processo jurídico contra os protagonistas do progressismo religioso no Vale do Aço.

No capítulo seguinte, trataremos de enfocar as manifestações discursivas dos padres indiciados pelos agentes do Regime Militar e ao mesmo tempo tentar compreender como eram produzidos e explicados as diferentes versões dos diversos agentes sociais envolvidos.

---

<sup>86</sup> ATAÍDE, [6 jun. 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>87</sup> MOREIRA, Wilson [3 jul. 2006], Juiz de Fora.

<sup>88</sup> Idem.



## AS MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DA IGREJA PROGRESSISTA NA ESFERA SOCIAL E POLÍTICA LOCAL

Analisando a conjuntura econômica do Brasil no período inicial da ditadura, não há dúvida de que o país havia alcançado um crescimento econômico considerável, graças à política de industrialização adotada a partir dos anos quarenta e incrementada nos anos cinquenta com a política do *Nacional Desenvolvimentismo* do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek. Nesse período, que compreendeu os anos de 1956 a 1960, a produção industrial do país cresceu à cifra de 80,0% <sup>(89)</sup>. No entanto, tal desenvolvimento econômico não teve resposta proporcional ao desenvolvimento social. A maioria da população continuou à mercê de direitos essenciais básicos, como alimentação <sup>(90)</sup>, saúde <sup>(91)</sup> e educação <sup>(92)</sup>. O ambiente estava propício para discussões e buscas de explicações para as causas de tamanhos contrastes.

O diagnóstico feito no início da década de sessenta identificou um significativo crescimento econômico pela via da industrialização e, inversamente proporcional, uma elevada disparidade social. Diante dessa constatação, debates foram travados em busca de alternativas. Dúvidas surgiram sobre o sistema capitalista acerca de sua capacidade de promover equidade social e, pensou-se na possível adoção do socialismo em território brasileiro como meio de solução dos gritantes problemas sociais.

Fazendo um retrospecto da história do Brasil, imediatamente anterior a 1964, perceberemos como estavam avançando as muitas formas de

---

<sup>89</sup> ROSSI, Waldemar; GERAB, Willian Jorge. *Industria e Trabalho no Brasil*. 1 Ed. São Paulo, SP: Atual, 1997, p. 48.

<sup>90</sup> Segundo dados do IBGE, havia 27 milhões de brasileiros subnutridos entre 1961 e 1963, perfazendo 38% do total da população do país à época. Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). *História geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990, p. 330.

<sup>91</sup> Em 1960, o índice de mortalidade infantil situava-se em 124 ‰. Já a expectativa de vida da população, segundo o Ministério da Saúde, estava em torno dos 58 anos. Dados fornecidos pelo escritório regional do IBGE, no Vale do Aço. Rua Belo Horizonte. 103, sala 189, centro – Ipatinga, MG.

<sup>92</sup> A taxa de analfabetismo no Brasil, em 1960, era de 39,35 % (para população acima de 15 anos). Cf. ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930-1973)* 27. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 75.

representação popular que questionavam os problemas brasileiros, desde a concentração de terras <sup>(93)</sup>, renda <sup>(94)</sup> e a dependência econômica externa do país <sup>(95)</sup>. Dentre estas, a CGT – Comando Geral dos Trabalhadores, UNE - União Nacional dos Estudantes e Ligas Camponesas. Ao mesmo tempo essas instituições propunham alternativas que pudessem favorecer a inclusão social. Muitos desses grupos estavam dispostos à radicalização e tinham intenções bastante revolucionárias.

Diretamente envolvidos nessas discussões estavam os mais diversos setores da sociedade brasileira, que se faziam representar por esses grupos. Aí se incluía a Igreja, notadamente os setores mais progressistas. Nesse contexto, incrementaram pelo país afora as muitas organizações pastorais de tendência à esquerda <sup>(96)</sup>, como é o caso da variedade de agremiações jovens, exemplificados pela JAC – Juventude Agrária Católica, JEC – Juventude Estudantil Católica e JOC - Juventude Operária Católica.

---

<sup>93</sup> Desde o início da Colonização, o Brasil vivenciou um histórico de injustiças no que concerne à questão agrária. Ainda em 1960, o país era apontado como um dos campeões em concentração de terras. Nessa época, as 3 milhões e 350 mil propriedades agrícolas que ocupavam 31% de toda área do país, estavam assim divididas: Pequenas propriedades, menos (cem hectares): aproximadamente setecentas mil propriedades eram minifúndios; as granjas, de dez a cinquenta hectares e os sítios, de cinquenta a cem hectares, representavam 44,6% das propriedades, somando 44,7% da área cultivada. As médias propriedades (de cem a 1000 hectares): representavam 9,5% das propriedades, somando 32,5% da área cadastrada. O latifúndio, (com mais de mil hectares): representava 0,9% das propriedades, dominando 47,3% das terras, cultivadas somente 2,3%, dessa área. Dados fornecidos pelo escritório regional Vale do Aço do IBGE no Vale do Aço. Rua Belo Horizonte, 103, sala 189, centro – Ipatinga, MG.

<sup>6</sup> Em 1960, a parcela do 1% mais rico da população brasileira usufruía 11,9% da renda nacional; os 9% considerados classe média alta, detinham 27,7% da renda; os 30% considerados classe média baixa, detinham 35,3% da renda; os 60% de menor renda no meio da população detinham 25,1% da renda nacional. Cf. PORTELA, Fernando e VESENTINI, W. José. *Êxodo Rural e Urbanização*. São Paulo, SP: Ática, p.39-43

<sup>7</sup> Entre os muitos fatores que indicam a dependência externa nos anos sessenta, consta o controle do capital estrangeiro nas muitas atividades produtivas da economia brasileira, destacando-se os seguintes ramos: tratores, 99,8%; automóveis, 98,2%; medicamentos, 88,0%; cigarros, 85,0%; energia elétrica, 82,0%; produtos químicos, 76,0; máquinas, 70,0%. Cf. ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. *Indústria e Trabalho no Brasil*. São Paulo, SP: Atual, 1997, p. 49.

<sup>8</sup> O termo *esquerda* é usado para indicar os rumos pastorais da ala progressista do clero, que contrapondo a Igreja tradicional, se mostravam preocupados com a promoção social da população marginalizada. Entre tantas idéias, defendem reforma agrária, melhor distribuição de renda e educação pública de qualidade. No entanto, esta facção do clero não aceita que, o uso da expressão “esquerda”, presente na ideologia da Igreja progressista, seja associado às idéias do socialismo ou comunismo, como quiseram fazer acreditar os militares ligados ao Regime de 1964.

A efervescência dos debates, que conjugavam política com os problemas brasileiros, penetrou na Igreja do Vale do Aço, onde a sociedade, desde muito, já discutia as conseqüências do poder das siderúrgicas instaladas na região. Cita-se o amargo episódio conhecido como “Massacre de Ipatinga” <sup>(97)</sup>.

Analizando todo o processo jurídico contra os religiosos, distinguem-se como nos já discutidos documentos do Concílio Vaticano II e Medellín, a preocupação dos réus com a justiça social, tanto diretamente na parte acusatória como na defesa.

Lembra-se, no entanto que é impossível discutir as questões sociais sem aprofundar em questões econômicas, que por sua vez, são conseqüências do direcionamento político adotado no país. Concomitantemente devemos examinar o discurso dos processados, levando-se em consideração o contexto social e político da época já descrito. O conteúdo explícito na fala de todos eles, acima de tudo, esta diretamente ligado à visão do mundo religioso do grupo aqui enfocado. Então, é justamente aí que está o perigo do confronto, no momento de exceção, com uma rigorosa censura imposta a todos os setores da sociedade. Tal como Foucault, no seu livro a “Ordem do Discurso”, temas como sexo e política são perigosos, difíceis de administrar: “[...] sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar qualquer coisa” <sup>(98)</sup>.

Em seu objetivo catequético, esperava a Igreja de Itabira ser uma voz da conscientização das massas, com um discurso revolucionário, totalmente diferenciado em relação àquele que até então o povo estava acostumado. De um extremo das missas, num ritual medievalesco, celebradas em latim, a uma religião que rompe com toda uma visão de mundo tradicional, “apolítica” e fechada no seu mundo institucional e passa repentinamente para uma igreja renovada em suas posições de uma forma geral, além de mais engajada e participante na vida da comunidade. Chegaram os religiosos em questão a acreditavam na eficácia das

---

<sup>9</sup> Episódio ocorrido em 7 de outubro de 1963, na cidade de Ipatinga. Um confronto entre operários da USIMINAS e a polícia que culminou com a morte de oito pessoas, sendo este o número oficial. No entanto a sociedade discute a possibilidade de um número maior.

<sup>98</sup> FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 10 ed. São Paulo, SP: Loyola, 2004.

palavras de um discurso politizado. Confiavam que ele seria amplamente correspondido pela sociedade, então predominantemente católica. Segundo o IBGE, em 1970, somados as populações dos municípios de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timóteo, havia um total de 121.913 habitantes. Em meio a esse numero, havia 108.014 católicos e apenas 11.635 protestantes <sup>(99)</sup>.

Sendo assim, a Igreja ocupava inúmeros espaços para divulgar suas idéias, além do altar, onde as missas e outros ritos eram acompanhados através do jornal *O Fato*.

A Congregação Redentorista era proprietária, desde 1968, da única emissora de transmissão radiofônica do Vale do Aço, a AM, Rádio Educadora de Coronel Fabriciano, que transmitia programas diversos de conteúdo religioso reflexivo, dentre os quais, *Momentos de Reflexão*, sempre às dezoito horas, seguindo ao canto da Ave Maria. Nesse programa, vários padres se revezavam na apresentação a cada dia. Exploravam conteúdos políticos, sociais e morais, em lugar do espiritualismo e do marianismo tradicional <sup>(100)</sup>.

O clero ocupava também, espaços na Imprensa escrita. O padre Abdala, por exemplo, sempre escrevera nos jornais da região, entre eles, o *Canaã* e o *Flan*.

A influencia da Igreja queria se fazer desde a infância dos fiéis. A catequese para crianças sempre fora uma das prioridades do trabalho de evangelização. Já nos anos sessenta, apresentou um caráter renovado, objetivando, tal como era a visão de mundo social da Diocese de Itabira, construir um cristianismo renovado. Segundo Maria Teresa Squiavenato esse trabalho deveria buscar a vivência e a aplicação prática dos mandamentos e sacramentos com base na realidade social de cada lugar. Antes de tudo, objetivava-se a construção da consciência de justiça, paz e solidariedade. Constantes encontros de formação eram realizados, para a preparação das catequistas, no sentido de inseri-las no novo contexto. Anteriormente, o trabalho catequético centrava-se apenas na memorização dos mandamentos e sacramentos. Se a criança soubesse repetir as orações tidas

---

<sup>99</sup> Dados fornecidos pelo escritório regional Vale do Aço do IBGE no Vale do Aço. Rua Belo Horizonte. 103, sala 189, centro – Ipatinga, MG.

<sup>100</sup> WEITZEL, João Vicente: [06 de julho de 2006], Coronel Fabriciano.

como essenciais, entre elas, o Ato de Contrição <sup>(101)</sup>, além de responder a perguntas básicas, previamente preparadas, tais como: Quem é Deus? Onde está Deus, quais são os mandamentos? Conluía-se que ela estava preparada para a primeira comunhão ou a crisma <sup>(102)</sup>.

Até mesmo as principais escolas daquela época, localizadas no Vale do Aço eram católicas. Em Coronel Fabriciano havia o Colégio Imaculada, mantida pela Congregação Redentorista; o Colégio Angélica, mantido pelas Irmãs Carmelitas da Divina Providência e a Universidade do Trabalho, mantida pelos Congregação Padres do Trabalho. Em Timóteo, havia o Colégio Macedo Soares, mantido pelos padres Salesianos e o Colégio Monsenhor Rafael, mantido pelas Irmãs da Beneficência Popular. Em Ipatinga, o Colégio São Francisco Xavier, de propriedade da Usiminas era orientado pelos padres Jesuítas.

Todos estes espaços eram visados e vigiados como locais potenciais de difusão de idéias subversivas. Nas escolas, os alunos vigiavam os professores <sup>(103)</sup> e os professores vigiavam alunos <sup>(104)</sup>. Os alunos vigiavam os colegas e os professores agiam da mesma forma entre seus pares <sup>(105)</sup>. A Rádio Educadora era motivo de polêmicas entre os ouvintes que achavam estranhos os assuntos abordados nos programas religiosos. Os setores sociais que se identificavam com o Regime, colecionaram informações, como já visto, foram utilizadas pelo Capitão Fassheber contra os religiosos.

## A apuração dos fatos

A partir da denúncia formal, seguiu-se uma verdadeira maratona burocrática no sentido de reunir as provas que pudessem incriminar os padres. O Coronel Euclides Figueiredo encaminhou relatório e recomendação ao Senhor General

---

<sup>101</sup> Oração de pedido de perdão pelos pecados, na qual o fiel assume o propósito de não mais incorrer neles.

<sup>102</sup> SQUIAVENATO, Teresa Maria: depoimento [02 de setembro de 2006], Coronel Fabriciano. Freira da Congregação, Filhas do Sagrado Coração de Jesus.

<sup>103</sup> BROMONSHENKEL, Luiz Carlos. Depoimento [30 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 40-41.

<sup>104</sup> Pessoas diversas citam sem provas, nomes de diversos professores tidos como delatores de alunos. Por estarem em livre trânsito no meio da sociedade, preferimos não expor nomes.

<sup>105</sup> Idem.

Comandante do I Exército, que por sua vez remeteu ordem à Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar de Juiz de Fora, para que fosse instaurado o Inquérito Policial Militar <sup>(106)</sup> para a apuração dos fatos. Determinou-se então como encarregado do IPM, o Major Antônio Gomes Ribeiro.

Começaram a ser, ouvidos um a um, os acusados, intercalados às testemunhas contra eles, em datas esparsas ao longo do ano de 1970. O Major encarregado, acompanhado do 2º Tenente Marcelo da Paixão Araújo, servindo como escrivão, em muitas excursões ao Vale do Aço, tomaram os depoimentos em sala reservada no Contingente da Polícia Militar, em Ipatinga. Dos delatores, uns faziam acusações mais diretas, outros a meio termo. Afirmam os réus, ainda vivos, que o esquema acusatório fora construído por Fassheber. Ele teria somado forças com simpatizantes do Regime, residentes no Vale do Aço: Luiz Policarpo Moreira, funcionário da USIMINAS, que atuava como voluntário na Paróquia do Horto; Manuel Gonçalves Costa, major reformado, trabalhando no serviço de segurança da mesma empresa, residente no bairro Horto; Luiz Carlos Bromonschenkel, à época, aluno do Curso Técnico em Eletrônica do Colégio Técnico de Coronel Fabriciano, vinculado a Universidade do Trabalho; Antonius Cornelius Marie Beijers, integrante da Congregação dos Irmãos de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia, residente em Belo Horizonte; Onofre Silva, desenhista projetista da ACESITA, residente em Timóteo e estudante da Universidade do Trabalho em Coronel Fabriciano, somados ao padre João Batista Neto, Vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, localizado no bairro Carneirinhos em João Monlevade.

Cada um deles relatou o que sabia sobre os padres. Entre tantas denúncias, expuseram até conteúdos de discursos que ouviram nas missas.

[...] padre Wilson Moreira impunha um discurso muito diferente do que eu estava acostumado a ouvir na religião. Suas pregações eram sempre direcionadas para as questões de justiça social; apresentava os patrões como espoliadores dos operários; Fazia referência a deveres dos patrões e nunca ao dos empregados <sup>(107)</sup>.

---

<sup>106</sup> Utilizaremos a partir de agora a sigla IPM para designar Inquérito Policial Militar.

<sup>107</sup> MOREIRA, Luiz Policarpo. Depoimento [29 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl.. 33-34'

[...] padre Wilson sempre se referia às injustiças praticadas em nosso país. Falava ainda da falta de liberdade e jogava pobres contra ricos e empregados contra patrões <sup>(108)</sup>.

O Major Manuel Gonçalves denunciou atitudes dos religiosos as quais foram consideradas por ele antipatrióticas. Citou como exemplo o boicote dos colégios no cortejo que levou o Fogo Simbólico da Pátria quando de sua passagem por Ipatinga em 1969. Conclui que o reduzido número de alunos na condução do mesmo fora fruto de obra conjunta dos padres. Citou ainda a reunião preparatória das festividades de comemoração do Dia da Pátria de 1969, quando diante de diversas entidades que ali se faziam representar, um religioso teria afirmado que tais comemorações eram pré-fabricadas uma vez que o país não é livre.

Outros depoentes foram requisitados para ajudar a esclarecer os fatos, por terem de alguma forma, ligação com os acusados, entre eles, José Francisco, diretor do Instituto Inácio de Loyola, em Ipatinga, destinado a preparar alunos para exames de madureza <sup>(109)</sup> e que tinha no seu quadro de professores o Irmão Petrus, um dos acusados.

Analizando cada um dos depoimentos do Inquérito Policial Militar, concluímos que justamente aos religiosos processados foram feitas perguntas específicas sobre o artigo intitulado Independência ou Morte??? (com três interrogações) publicado no semanário litúrgico (jornal O Fato), destacada nos depoimentos por grifos: [...] Você participou da reunião de elaboração do artigo? [...] Quais foram os outros participantes? [...] Quais os períodos especificamente de sua autoria? <sup>(110)</sup>.

---

<sup>108</sup> COSTA, Manuel Gonçalves. Depoimento [29 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 35-36.

<sup>109</sup> Nomenclatura que designava os cursos fundamental e médio aplicados em tempo reduzido, atualmente conhecido como supletivo. Foi criado para dar oportunidade de complementação dos estudos, às pessoas que em idade escolar apropriadas não puderam fazê-los.

<sup>110</sup> BERTOLLO, José Valentim. Depoimento [05 de agosto de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 35-36.

Com isso, concluímos que, dos onze denunciados, escaparam das acusações formais, o ex-padre Guido Gonçalves Vieira, o padre Severino Eloi de Rezende e o diácono Guido Laroy. Foram levados a termo, apenas os religiosos que assinaram como co-autores o artigo do jornal *O Fato*, intitulado “Independência ou Morte???”, considerado a prova cabal de insubordinação dos padres ao regime. Um exemplar do jornal com esse conteúdo fora então, entregue ao Coronel Euclides por Fassheber, no ato da formalização da denúncia. Os outros religiosos ouvidos eram suspeitos de algum envolvimento em ações subversivas, também porque mantinham relações como os processados, mas que não foram formalmente incluídos entre os processados por faltas de provas.

Analisando ainda cada um dos depoimentos das testemunhas arroladas para o Inquérito Policial Militar, percebe-se que em todos eles, salvo as declarações do Próprio Fassheber, irmão Antonius Cornelius Marie Beijers e o Padre João Batista Neto, existe uma certa insegurança nas palavras dos depoentes, com uso de expressões que denotam incertezas das acusações. Inúmeras vezes se utilizam as frases: “por ouvir dizer”, “soube por intermédio de fulano”, “que ouviu de cicrano”, “no meu parecer”.

[...] ouviu dizer que a Universidade do Trabalho deve ao INPS <sup>(111)</sup> mais de duzentos mil Cruzeiros Novos; que o padre <sup>(112)</sup> declarara “que não paga mesmo” a referida quantia; que quanto ao recente decreto da obrigatoriedade do ensino de “Educação Moral e Cívica”, o declarante, por ouvir dizer afirma que o padre em questão dissera que não iria oficializar a referida matéria na Universidade, pois achava que era perder tempo <sup>(113)</sup>.

[...] Por ouvir dizer, que o padre Nazareno de Tal, diretor do Ginásio Estadual de Timóteo e o padre Wilson Moreira, diretor do Ginásio Estadual de Coronel Fabriciano, faziam freqüentemente pregações em

---

<sup>111</sup>INPS - Instituto Nacional de Previdência e Assistência Social, como era chamado o atual INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social. À aquela época o órgão cuidava da assistência médica dos segurados, além de pagar aposentadorias e pensões. Atualmente a assistência médica é um serviço separado, responsabilidade do SUS – Sistema único de Saúde.

<sup>112</sup> Referencia ao padre José Maria De Man, então diretor da Universidade do Trabalho.

<sup>113</sup> COSTA, Manuel Gonçalves. Depoimento [29 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 35-36.



sala de aula, indispondo os seus jovens alunos contra as autoridades  
(114).

Um dos depoimentos acusatórios de grande peso foi o do padre João Batista Neto. Por se tratar de alguém do seio da própria Igreja de Itabira, considerado o mais incriminador, até mesmo mais ameaçador que o depoimento do Capitão Fassheber. Padre João Batista não poupou nem mesmo o Bispo Diocesano, acusando-o indiretamente de liderar a igreja subversiva.

Contou que, desde que Dom Marcos Noronha assumiu a Diocese de Itabira, começaram a chegar padres de muitos lugares, verdadeiros mercenários, como a eles se referiam os padres veteranos locais. Afirmou que esses religiosos trouxeram com eles, idéias perigosas e subversivas, através de folhetos, pregações no púlpito e nos encontros dos grupos de reflexão. Afirmou que houve resistência a estas idéias em João Monlevade e cidades próximas, que compõem a Zona Pastoral II. Referindo-se a esses membros do clero como subversivos, informando que este se concentrava na região de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo. Acusa diretamente o padre Geraldo Ferreira Monção, de atos de subversão, dizendo que quando vigário de Loanda, um bairro de João Monlevade, pregava claramente o comunismo. E que em um retiro de clérigos e leigos em Belo Horizonte, Monção entrou em confronto com outros padres ao fazer declarações favoráveis ao comunismo. “[...] O comunismo é que tem valor real, porque tem dialética e realiza realmente” (115).

Esse fato aumentou as angústias do clero local, o que motivou o depoente procurar em janeiro de 1969, o Comandante da 4ª Região Militar, General Itiberê Gouveia do Amaral para expor o perigo em que se encontrava a região do Rio Doce (116). Contou-lhe em detalhes, a sua versão de acontecimentos que envolveram a criação da Paróquia de Loanda, desmembrada da Paróquia de Carneirinhos:

---

<sup>114</sup> BROMONSHENKEL, Luiz Carlos. Depoimento [30 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, p. 40-41.

<sup>115</sup> NETO, João Batista. Depoimento [08 de agosto de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl.100 -1102. 40-41.

<sup>116</sup> Zona fisiográfica de Minas Gerais que abrange a região banhada pelo Rio Doce.

Expôs que o primeiro vigário da nova entidade, padre Carlos Pimenta, não atendeu aos pressupostos da filosofia do bispo e por isto foi transferido. Para o seu lugar, fora nomeado o Padre Monção que aliado às Irmãs da Congregação do Espírito Santo, implantaram uma pastoral revolucionária, suspendendo todas os sacramentos, inclusive as missas, com deturpadas pregações do Evangelho, que incluía doutrinas sociais avançadíssimas, de cunho subversivo. Somando-se ainda o incentivo ao concubinato, desaconselhando os casamentos; Acusou-o de fazer pregações de cunho protestante, se reunindo com seguidores deste ramo. Tais atitudes, totalmente desaprovadas em reunião do clero da Zona II, por 14 votos, contra dois. Completou dizendo que a população revoltada estava articulando para expulsá-lo da paróquia.

Completa seu depoimento falando da insatisfação do povo com o trabalho do padre Monção, e dos movimentos que partiram do próprio povo no sentido de afastá-lo da paróquia de Loanda. Colocou-se como vítima de perseguição por parte do bispo que o acusara de ser responsável pelas articulações do movimento contra Monção. Padre João alega ainda que em reunião do presbitério do dia 16 de setembro de 1968, resistiu a pressão moral do bispo para forçá-lo a renúncia, na qual não lhe foi dada oportunidade de se defender. Comparou essa reunião com um tribunal chinês, onde inclusive foi proposto por Dom Marcos que se pregasse contra o AI-5, o que foi ponderado como perigoso pelo Padre José Maria de Man.

### **Visões polêmicas**

Dentro do processo, merece ser estudado, com grande atenção, a atuação do padre Abdala, discutido como o mais polêmico de todos os acusados, especialmente por assumir com muita franqueza suas posições em relação a qualquer assunto. Seu depoimento no IPM aconteceu em 5 de agosto de 1970 e foi, o mais extenso entre os dos acusados. Ele afirmou hoje, que queria ter sido condenado nesse processo, achando que o erro de uma condenação simplesmente política, só engrandeceria a Igreja. Um erro desse levantaria o ódio

da sociedade consciente, um ódio benéfico, que animaria as pessoas a lutar contra as injustiças, o que culminaria na união da sociedade para a derrubada da Ditadura <sup>(117)</sup>. [...] É o ódio é que liberta <sup>(118)</sup>. Assim, lembramos os muitos artigos que escrevera e publicara na “Coluna Folha” <sup>(119)</sup> do jornal *FLAN*, dos quais quatro foram selecionados, como de cunho subversivos, juntamente com uma entrevista dada ao jornalista Sabará, cujas cópias integraram o processo jurídico. Percebe-se em todos estes escritos, a preocupação dele com a pobreza material da sociedade, incluindo-o numa posição política, discutível como revolucionária de tendência socialista.

Para exemplificar, citamos aqui o artigo intitulado *Chê Guevara*. Nesse, ele lembra nas próprias palavras do guerrilheiro, seu desprendimento e idealismo, enaltecendo sua entrega à causa da libertação dos povos latinos da América:

[...] Quando for necessário, estarei disposto a oferecer minha vida.[...] nada pedirei, nada exigirei de ninguém. [...] Não deixo nada material para meus filhos nem à mulher. Alegro-me que assim seja. Não peço nada para eles, pois o Estado lhes dá o suficiente para viver e educar-se <sup>(120)</sup>.

Neste mesmo artigo, Padre Abdala expõe o que pensa sobre o verdadeiro papel do religioso, comparando que, tal como Chê, ele deve se entregar totalmente ao serviço dos outros: “[...] Sem mística ou ideal não se explicam as renúncias. Guerrilheiros comunistas, extremistas da violência, deixam tudo” <sup>(121)</sup>.

Num outro artigo, sem título, publicado na Coluna Folha do jornal *FLAN* exposto no depoimento do IPM, ele lembra a Doutrina Social da Igreja, citando as famosas encíclicas, desde a *Rerum Novarum* <sup>(122)</sup>. Em seguida, ele comenta os males dos sistemas predominantes na época, incluindo ditaduras que se

<sup>117</sup> ABDALA José Jorge [02 de fevereiro de 2006], Timóteo.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> Coluna do jornal *Flan* assinada pelo padre Abdala, onde ele costumava entrar direto no assunto do texto sem um título. Nesta coluna escrevera inúmeros artigos sobre temas diversos, especialmente de cunho social.

<sup>120</sup> Trecho do artigo, Che Guevara, publicado no jornal *O Flan*, em 21 de outubro de 1967. Relatório final do IPM, encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, f. 151-153.

<sup>121</sup> Idem

<sup>122</sup> Encíclica promulgada em 1891, pelo Papa Leão XIII, que trata das relações entre capital e trabalho. Constitui como documento básico para Doutrina Social da Igreja até os dias de hoje.

alastravam nos quatro cantos do mundo. Percebe-se acima de tudo nas suas palavras a preocupação com a valorização do homem para que ele não seja instrumento dos interesses de outros:

[...] da ditadura de direita, do liberalismo ou capitalismo, que escraviza o homem pelo dinheiro; e faz que o capital seja o dono de tudo, dono do homem, de sua inteligência, de sua técnica, de sua capacidade e seus músculos. [...] da ditadura radical comunista que escraviza o homem pelo trabalho [...] <sup>(123)</sup>.

[...] Se somos vítimas da estrutura, cabe-nos atenuar as conseqüências, cabe-nos denunciar, cabe-nos a todos nos dar os passos da caminhada do desenvolvimento - que tem por único objetivo valorizar o homem, tornando-o indispensável <sup>(124)</sup>.

Num outro artigo, “*Férias, por que? Para quem?*”, o padre Abdala comenta da necessidade das férias como um momento de descanso físico e mental, para restaurar as forças e continuar a vida. Mas a coloca como um privilégio de poucos na sociedade. Comparando com o homem, ele expõe que até a máquina precisa de férias: “[...] Param a máquina, desmontam, limpam, ajustam as engrenagens, parafusam, trocam as peças gastas [...]” <sup>(125)</sup>.

No entanto, há muitas pessoas, que por motivos de aperto financeiro não podem tirar férias, precisando vendê-las para pagar dívidas, sendo então comum ouvir:

eu nunca tirei férias; tomara que o patrão deixe eu trabalhar nas férias. Há até aqueles que estão de férias por força das circunstâncias: [...] Há tempos que eu tenho férias obrigatórias, pois não consigo emprego; [...] Esta é a nossa realidade. Uns gastando dinheiro nas praias e outros gastando as férias para conseguir dinheiro e pagar dívidas <sup>(126)</sup>.

Além do conteúdo social dos artigos aqui exemplificados, distinguimos uma fala essencialmente religiosa nos mesmos textos. No artigo “Chê Guevara”, Por

<sup>123</sup> Trecho de artigo sem título, publicado na *Coluna Folha*, do jornal *O Flan*, em 7 de novembro de 1969. Relatório final do IPM, encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, f. 153-155.

<sup>124</sup> Idem.

<sup>125</sup> Trecho de artigo, *Férias Para por que?*, publicado no jornal *O Flan*, em 18 de janeiro de 1970. Relatório final do IPM, encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, f. 158-160.

<sup>126</sup> idem

exemplo, ele fala da necessidade do compromisso do religioso na entrega a serviço do Evangelho. Queria dizer que assim como Chê se entregou à causa política, os religiosos deveriam se entregar totalmente à causa do cristianismo;

No analisado artigo sem título, ele compara o setor econômico com a religião, cotejando a autoridade do patrão com a autoridade do padre: “[...] Os leigos batizados ainda se sentem alheios, sem direito, sujeito às ordens dos religiosos?” <sup>(127)</sup>. Conclui o mesmo artigo da necessidade da verdadeira conversão, como forma de sair do medo de enfrentar a esquerda ou a direita radical.

Ainda no artigo “Férias para que? Férias para quem?”, ele fala que somos todos irmãos e que temos a mesma fé e esperança na mesma ressurreição.

### **Um caso a parte**

O depoimento do padre Abdala no IPM, para a apuração dos fatos, aconteceu num clima de tranqüilidade. Num determinado momento, o interrogador mandou trazer um rapaz, já conhecido do religioso para acareação. Era Rodolfo Troiane, estudante de Juiz de Fora, que viera a Timóteo, em 1969, a serviço do PCdoB, então na clandestinidade.

O encontro entre os dois serviu para que o padre refletisse o quanto era possível a manipulação das informações num depoimento policial. Na acareação, o interrogador disse ao padre que o estudante (Rodolfo) afirmava ter procurado o Abdala em nome do PCdoB. Mas o padre não o recebera em razão de supor que poderia ser um agente disfarçado do DOPS. Nem tampouco o encaminharia para trabalhar na companhia ACESITA, visto Abdala não ter boas relações com a direção dessa empresa, ou melhor, sempre teve conflitos abertos com ela por causa das injustiças diversas que vira praticar, especialmente contra empregados.

---

<sup>127</sup> Trecho de artigo sem título, publicado na *Coluna Folha*, do jornal *O Flan*, em 7 de novembro de 1969. Relatório final do IPM, encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, f. 153-155.

Mas o padre afirma que o recebera sim. Ele não se apresentou como elemento do PCdoB, conforme exposto no depoimento, e sim como um elemento idealista, que acima de tudo se mostrava preocupado com os rumos que o país poderia tomar com uma ditadura militar de extrema direita. Em nenhum momento o religioso desconfiou que o mesmo, nem de longe poderia ser, um agente do DOPS.

Quando posto, frente a frente, Abdala e Troiane, aquele ficou visivelmente emocionado, ao ver este. Cumprimentando-o, o religioso passou a ouvi-lo. Troiane ao ler o depoimento, afirmou: “[...] eu não disse que fui a Timóteo para fazer trabalhos. Eu disse que fui trabalhar. Também não disse que fui a serviço do PCdoB” <sup>(128)</sup>.

Troiane, em Timóteo, se hospedava na pensão da dona Garfe. A última vez que ele procurou o padre contou-lhe que ficou conhecendo um tal Roberto Corcino, com quem trocara muitas idéias. O padre Abdala lhe chamou duramente a atenção: “[...] Você foi conversar justamente com este elemento. Ele é muito perigoso. Temos provas quase certas que ele é um informante do DOPS” <sup>(129)</sup>.

Roberto Corcino morava na Vila dos Técnicos (Timóteo). Ele atuava nos movimentos estudantis, nos grupos de Jovens da Igreja e na JOC - Juventude Operária Católica. Concluíram os que com ele conviveram, que ele se infiltrara nesses grupos como espião. Outros até achavam que ele era de fato católico atuante, mas simpático aos militares. Tornou-se um dissidente da religião devido as idéias contra o Regime, discutidas nos grupos <sup>(130)</sup>.

Para o padre, as peças então se juntam. Foi Corcino quem denunciara o estudante. Não tenho menor dúvida disso, afirma o padre. Preocupado com o desaparecimento repentino do rapaz que nunca mais o procurou, o padre ao encontrar-se com a dona Garfe, perguntou-lhe por ele. Ela respondeu: “ele sumiu, não está lá mais não. Ninguém o viu sair. Foi um mistério”. Dois dias depois, Dona Garfe procurou o padre após a missa das seis da manhã e lhe contou em sussurro: “Sabe aquele rapaz? Ele é comunista! Ele está preso lá em Fabriciano”

---

<sup>128</sup> ABDALA, José Jorge: depoimento [5 fev. 2006], Timóteo.

<sup>129</sup> Idem.

<sup>130</sup> Idem.

<sup>(131)</sup>. Timóteo não tinha cadeia e Fabriciano era a sede da comarca. O religioso afirma que ficou inferiorizado ao saber da notícia. Sentiu-se culpado, enfraquecido diante dos fatos. Ao se lembrar do episódio, percebe-se a emoção do religioso. Afirma que procurou notícias dele. Estava incomunicável por ordens superiores.

Ao vê-lo no momento da acareação, o religioso relata que suspirou aliviado ao vê-lo vivo <sup>(132)</sup>, apesar de seu deplorável estado físico – provavelmente vítima de tortura. Após o depoimento, despediram-se e nunca mais o viu. Esperava o religioso, que no julgamento, em Juiz de Fora, o fato viria a tona. Nem sequer uma mínima citação foi feita no tribunal a respeito de Troiane. Conversou o padre com Emílio Gallo, para preveni-lo e sabre montar um estratégia. Mas o fato não apareceu na denúncia. A princípio, o religioso chegou a pensar que o capitão responsável por colher seu depoimento queria colaborar com ele. Mas depois de algum tempo, concluiu que ele poderia ter sido assassinado pela polícia. Provavelmente, excluíram o nome do estudante do processo, como forma de silenciar o assunto. Conclui-se assim, o padre, que os militares poderiam manipular os processo de acordo com seus interesses e maldades <sup>(133)</sup>. Até os dias de hoje, o desfecho do caso é uma incógnita na cabeça de Abdala. Afirma esse religioso ter tentado de tudo para descobrir seu paradeiro. Procurou-o até em listas dos desaparecidos e nada encontrou. Conta ainda que certo dia veio a Timóteo, um pastor protestante de Juiz de Fora fazer um casamento de um membro de uma conhecida família da cidade. Falou com ele, pediu-lhe para verificar quem era este Roberto Troiane. Pediu que tentasse contato com a família dele. Esperou pela resposta que nunca veio <sup>(134)</sup>.

## **O processo jurídico**

Terminado o Inquérito Policial Militar, os altos foram entregues para serem apreciados e examinados pelo General Gentil Marcondes Filho, Comandante da

---

<sup>131</sup> Idem.

<sup>132</sup> Padre Abdala supunha que Rodolfo Troine tivesse sido assassinado pelos agentes a serviço do Regime.

<sup>133</sup> Idem.

<sup>134</sup> Idem

ID/4 – Infantaria Divisionária da 4ª Região Militar, em Belo Horizonte. Constataram-se fortes indicações de crime contra a Segurança Nacional. Encaminharam-se, então, os altos para a Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar, sediada em Juiz de Fora, onde o Ministério Público Militar, representado por Joaquim Semião de Faria Filho que acatou denuncia contra os religiosos, em 12 de março de 1971, tendo sido o processo instaurado pelo Juiz Auditor, Mauro Seixas Telles.

Na formalização do processo jurídico, somaram entre tantas as acusações, de atividades subversivas que incluía: O doutrinamento sobre tudo e de forma desvirtuada dos valores apregoados pela Santa e Madre Igreja Católica; destruição das instituições civis; destruição do princípio de autoridade; destruição do organismo familiar; acirramento do ódio entre as classes sociais e dessas contra as autoridades constituídas; a animosidade entre as classes e as Forças Armadas.

A principal acusação, no entanto, foi a de propaganda subversiva, tendo como centro o artigo publicado no Jornal Litúrgico “O FATO”, numero 54, ano 02, de 07 de setembro de 1969: “INDEPENDÊNCIA OU MORTE???”, que assim se transcreve:

7 de setembro!

O desfile, as balizas, o palco, as bandeiras. E as palestras.

A juventude desfilando, o povo olhando.

Os soldados marchando em ritmo de um Brasil Grande, sob o sol da liberdade, que brilha no céu, com raios fúlgidos, nesse instante.

É 7 de setembro. Festa da independência. Celebramos o grito do Ipiranga, que trouxe a liberdade para o povo. Pois um país independente é um país livre.

Num país livre, pode-se expressar pensamentos, pode-se falar e não é preciso cochichar.

Num país livre, não há censura nos jornais, não há medo, nem desconfiança.

Num país livre, todos trabalham, tem saúde e todos pagam impostos para receber de volta os benefícios do bem comum.

Num país livre, vive-se da riqueza do solo, não da riqueza do povo.

Num país livre, todos são iguais: padres e leigos, civis e militares.

Num país livre, os sentimentos patrióticos podem ser vida, e os outros não encontram a morte.



Num país livre, o povo é adulto, não fica eternamente “deitado em berço esplendido”  
Festejemos esta liberdade. É 7 de setembro. O desfile, as balizas, o palco, as bandeiras. E as palestras <sup>(135)</sup>.

Analisando cada um dos depoimentos do Inquérito Policial Militar, concluímos que, a todos os religiosos processados, foram feitas perguntas específicas sobre o artigo *Independência ou Morte???*, destacada nos depoimentos por grifos. Dentre as principais inquirições acerca do mencionado artigo, foi: você participou da reunião de elaboração do artigo? Quais foram os outros participantes? Quais os períodos especificamente de sua autoria?

Ao que tudo indica, foi texto sob a rubrica *Independência ou Morte???* a prova fundamental da atividade subversiva dos religiosos, figurando o artigo como o principal documento incriminador. Outros religiosos denunciados à época saíram ilesos, sendo processados apenas aqueles que assinaram como co-autores a página impressa <sup>(136)</sup>. Salvo o padre Geraldo Ferreira Monção, este não participou da elaboração do famoso artigo, mas fora mantido entre os réus, por ter sido o responsável como redator chefe do jornal, *O Alfinete*, edição número um, datado de setembro de 1969. Nesse jornal, de responsabilidade do Diretório Acadêmico da Universidade do Trabalho, dois textos foram considerados de cunho subversivos: *Independência e Escolaridade*, uma reedição do texto “*Independência ou Morte???*”, com comentários do padre Abdala e “*Um dia no Mundo*”. Tal a polêmica gerada em torno desses artigos, o jornal não passou da sua primeira edição. Considerou-se, no entanto, o segundo uma novidade provocadora ao Regime, uma vez que o primeiro já era conhecido do público. Este foi entendido como um enaltecimento da figura de Ho Chi Minh (Aquele que recebeu a luz) e ao comunismo. Na íntegra, este assim se transcreve:

<sup>135</sup> Artigo publicada na primeira página do Jornal *O Fato*, número 54, ano 2, editado em 07 de setembro de 1969, anexado ao *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972, vol. De anexos, fl.11.

<sup>136</sup> *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora. 28 jun. 1972 - Relatório final do IPM, fl. 126-128.

Ontem foi o golpe militar na Líbia, a rebeldia do General Antônio Flores em Caracas, o sensacional rapto do Embaixador Americano no Brasil, terra pacata e sem pretensões...

Mas ontem é hoje, quando se trata da morte de Ho Chi Minh, Presidente do Vietnam do Norte.

Com efeito, a morte daquele ardoroso combatente, cujo nome significa “o que recebeu a luz”, causou formidável impacto no mundo, talvez porque ele tenha silenciado uma singular voz na luta comum pela independência e liberdade. Pena que tenha desaparecido sem ver a “Vitória” que tanto desejava! Bombas lançadas contra Hanói e Haifong mexeram com seus brios pátrios e o determinaram a “combater até a vitória”.

Infelizmente, a vitória não chegou. Ainda não. Pois Ho Chi Minh é o Vietnam do Mundo <sup>(137)</sup>.

Padre Monção não negou que tinha a intenção de exaltar a figura de Ho Chi Minh. Afirmou que tal exaltação estava diretamente ligada a causa por ele defendida, que seria a justiça social. Negou ainda que tinha a intenção de incitar a sociedade contra o Regime e difundir a ideologia comunista, uma vez que acreditava, que o fim último, de paz e justiça social, só seria de fato alcançado através da aplicação dos princípios do Evangelho.

Sobre o mesmo artigo, Padre De Man relatou em seu depoimento no IPM, que o considerava sim uma provocação, típica da juventude estudantil <sup>(138)</sup>.

### **“O Fato” e o Regime**

Conforme conclusão do IPM – Inquérito Policial Militar, trata-se de um folheto subversivo, onde foi empregada uma técnica especial, que exigia a reflexão e que enganava as pessoas mais simples, uma vez que a intenção estava nas entrelinhas e na consciência de quem o lia. As conclusões das afirmativas teriam que ser deduzidas, tornando-se negativa a proposição enunciada <sup>(139)</sup>.

<sup>137</sup> Texto integral de autoria de Geraldo Ferreira Monção, publicado no jornal, *O Alfinete*, em setembro de 1969. Relatório final do IPM, encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 149-150.

<sup>138</sup> MAN, José Maria De. [07 de agosto de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 98-99.

<sup>139</sup> Idem.

Diziam que havia no artigo, ditos tendenciosos, fatos verdadeiros deturpados ou truncados com a finalidade de indispor os fieis contra as comemorações do Dia da Pátria <sup>(140)</sup>.

No título, “*Independência ou Morte???*”, as três interrogações foram entendidas como uma referencia maliciosa aos três Ministros Militares que compunha a Junta de Governo que substituíu o Presidente Costa e Silva. Que o teor geral não passava de uma paródia ofensiva ao Hino Nacional <sup>(141)</sup>.

O trecho que diz: “7 de Setembro! O desfile, as balizas, o palco, as bandeiras. E as palestras [...]” foram interpretadas pelos militares de que os autores assinantes da matéria estavam rebaixando as programações oficiais, ou melhor, a população estava sendo induzida se inserir em eventos orientados e cansativos. Os Militares do Inquérito entenderam, a partir do uso da exclamação, vírgulas e ponto final seguido da palavra “palestras” contido na frase, que os padres estavam vilipendiando as festas oficiais.

O período: “A juventude desfilando, o povo olhando”. Queriam dizer que o povo assistia, mas não participava.

Conclui finalmente que o texto fora escrito por revoltados e acima de tudo foi visto como desrespeito e pouco caso com as tradições do país.

Para os réus ainda vivos hoje: Nazareno, Wilson Moreira, e Abdala, não havia nenhuma intenção de ofensa aos militares nem tampouco desrespeito ao Hino Nacional. Sua elaboração foi fruto da consciência coletiva dos religiosos que o assinaram. Apenas o padre De Man se opôs à manutenção de alguns trechos por temer a existência de uma legislação que proibisse, mas ao final também assinara por decisão da maioria.

As três interrogações não eram nada mais nada menos que uma forma de chamar a atenção dos fieis e leitores para o conteúdo do texto, que propunha uma reflexão sobre a situação política opressora da Ditadura ao lado da situação social reinante: [...] Isto que o país estava vivendo é realmente independência? Ou isto era a morte? <sup>(142)</sup>

---

<sup>140</sup> Idem.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> ATAÍDE,: depoimento [3 de jun. 2006]. Coronel Fabriciano.

Quanto às tradições, havia sim o objetivo de levantar uma discussão em torno de todo aquele fausto das comemorações da Semana da Pátria e de todo o conteúdo do discurso da época.

Por que gastar tanto dinheiro com ricos desfiles? Qual o valor de todas aquela alegorias, balizas, o colorido, as bandeiras tremulantes, o rufar de tambores e outros atrativos?

Conforme já discutido, a situação social do país era de gritantes contrastes: pobreza e miséria de um lado e concentração de riquezas do outro, formando um grupo de privilegiados, em detrimento de uma maioria de brasileiros despossuídos dos bens necessários a uma digna sobrevivência.

Com isto, os desfiles mereciam no mínimo uma reflexão sobre seu valor para aquele momento. Para muitos eram manifestações do irreal. Somente hoje, olhando-se para aquela época que alguns se referem aos escolares como alienados “[...] coitados eram envolvidos num clima de ufanismo inconsciente, até então sem precedentes na história do país <sup>(143)</sup>. Mas os padres, em questão, daquela época, já diziam que o Regime opressor os usava sem que se dessem conta que, no enaltecimento à Pátria, estariam indiretamente trabalhando para defender os interesses da Ditadura. Os desfiles tinham a intenção de impressionar o povo e convencê-lo da grandiosidade do país governado pelos militares.

Os discursos proferidos nos momentos comemorativos também eram vistos como falsos recheados de manifestações muitas vezes apenas românticas. Geralmente preconizavam o Brasil como o melhor lugar do mundo para se viver, um verdadeiro paraíso.

[...] Nosso povo é unido, alegre e trabalhador. Aqui tem fartura, sol brilhante o ano inteiro, rios de águas límpidas, florestas que ajudam o mundo respirar. Aqui vive em paz um povo ordeiro e de garra, despido de todo e qualquer preconceito. Nos orgulhemos de termos nas veias, o sangue de brancos, índios e negros <sup>(144)</sup>.

<sup>143</sup> CASTRO, Maria da Conceição Monteiro, professora, sindicalista e vereadora em Coronel Fabriciano.: depoimento não gravado – informal.

<sup>144</sup> Professor Aurélio Simões, na Semana da Pátria de 1970, em comemoração interna do Colégio João Calvino em Coronel Fabriciano, escola por ele então dirigida. As palavras não estão repetidas com total fidelidade daquele do momento. Lembra-se que as mesmas foram buscadas da memória de pessoas que o assistiu. O principal objetivo da exposição é exemplificar como eram os discursos à época. Não foi encontrado referencia de discurso escrito deixado pelo mesmo, que já é falecido. Era muito comum o Sr. Aurélio,

Era também comum o uso de frases extraídas de conhecidas poesias: “[...] A natureza aqui perpetuamente em festa, é o seio de mãe a transbordar carinhos”<sup>(145)</sup>.

Algumas frases, hoje discutidas como fruto da emoção ou da ingenuidade de quem as criava: “[...] Nosso país é vigoroso, um galopante corcel rumo à glória<sup>(146)</sup>”. Somavam-se a estes, elogios as autoridades do governo e suas atuações firmes na busca do desenvolvimento e da ordem.

Outras vezes, frases e expressões de grande uso na mídia daquela época, sobretudo nas propagandas do governo: “Ninguém segura este país<sup>(147)</sup>”; milagre econômico; em ritmo de Brasil Grande.

Sessões solenes que glorificavam a pátria, suas datas e seus heróis: “[...] o Vereador Cyro Cota Poggiali, em eloqüentes, palavras enalteceu a data magna da Pátria”<sup>(148)</sup>.

[...] todas as comemorações, todos os festejos cívicos celebrados durante o ano, tem fundamento no 7 de setembro. E aqui nós estamos hoje a comemorar o de nº 147. Sem o nosso 7 de setembro, qualquer outra comemoração seria destituída de fundamento<sup>(149)</sup>.

[...] Reverenciamos neste momento aqueles vultos históricos cuja participação foi decisiva na declaração da independência, bem como na sua consolidação, tais como José Bonifácio de Andrada e Silva, Evaristo da Veiga, o padre Feijó, Bernardo Vasconcelos e D. Pedro I<sup>(150)</sup>.

---

improvisar uma fala em meio às solenidades cívicas, inclusive por ocasiões do aniversário da instalação do Regime Militar. Ele próprio era um ardoroso defensor dos ideais do sistema, ao qual atribuía o grande desenvolvimento econômico e a ordem vigente no país naquele momento. Entre as pessoas ouvidas que confirmam as informações aqui expostas, consta Neide Thomaz Teixeira, Professora que à época lecionava geografia no Colégio João Calvino.

<sup>145</sup> Trecho do poema *A Pátria*, de Olavo Bilac.

<sup>146</sup> Frase de um discurso proferido por um aluno do ensino médio, por ocasião da Semana da Pátria, à época do Regime Militar, numa comemoração interna do Colégio Imaculada de Coronel Fabriciano. Não há referência ao nome do aluno, nem ao ano. [memórias do autor desta Dissertação].

<sup>147</sup> PONTES, Mariano Pires, prefeito de Coronel Fabriciano entre 1967 e 1971, em seus muitos discursos em solenidades públicas.

<sup>148</sup> Reunião especial solene, realizada em 06 de setembro de 1969, na Câmara Municipal de Timóteo.

<sup>149</sup> SILVA, Antônio. Discurso proferido em reunião especial da Câmara Municipal de timóteo, em 06 de setembro de 1969.

<sup>150</sup> Idem.

Já as palestras, eram realizadas principalmente nas escolas durante as horas cívicas internas, nos dias letivos da Semana da Pátria. Eram proferidas por um convidado ou professor da escola, geralmente o professor de história. Mas as vezes até mesmo por um aluno de destaque <sup>(151)</sup>. Os temas eram previamente escolhidos e anunciados. Como exemplo, temos a programação unificada para as escolas do Município de Timóteo, editado em 1970: Seis dias de palestras com temas relacionados à História do Brasil, começando com o Descobrimento, passando pela Inconfidência Mineira, culminando com o Grito do Ipiranga. Cada tema era trabalhado com objetivo de construir uma consciência de forte sentimento de amor à pátria, com base na valorização dos mitos que cada época poderia transmitir. Destaque especial para o “Grande Herói Dom Pedro I”, “aquele que libertou o Brasil da dominação portuguesa”.

Nas comemorações internas das escolas eram momentos de muita alegria: Entoavam-se belos hinos de exaltação à pátria, preparados em seguidos dias de exaustivos ensaios, onde os alunos aprendia entre outros, os hinos à Bandeira e à Independência. Recitava-se emocionantes poesias alusivas a pátria, onde Olavo Bilac era um dos prediletos.

As cidades contavam os dias dos anos se preparando para as comemorações da Semana da Pátria. Já em principio do mês de agosto, diminuía-se o numero de aulas, utilizando-as para ensaiar os alunos para o grande dia. A partir daí, não se falava noutra coisa. Todos queriam discutir o que cada escola ia apresentar na “parada do sete”. Os alunos empolgados, levavam as informações para casa. Os pais por sua vez, se sacrificavam para comprar os uniformes e outros apetrechos que os filhos orgulhosamente apresentariam. As balizas davam um toque de elegância ao desfile, com coreografias encantadoras. Os pelotões em engomados uniformes de gala demonstravam organização. Os carros alegóricos completavam com ar de suntuosidade: muitas vezes exibiam figuras heróicas da

---

<sup>151</sup> Muitos alunos considerados destaque naquela época, são hoje discutidos como inoportunos e vaidosos. Eram apenas alunos brilhantes por que se adaptavam totalmente as idéias que o sistema impunha. Inclusive entendia como bom, um padrão de juventude que concordava com os valores do Regime e, acima de tudo, buscavam na vida escolar, apenas a oportunidade de sucesso profissional. CASTRO, Maria da Conceição Monteiro, professora, sindicalista e vereadora em Coronel Fabriciano: depoimento não gravado – informal.

pátria: Tiradentes no cadafalso ou Dom Pedro I magnificamente montado sobre um cavalo e empunhando uma espada <sup>(152)</sup>.

### **A construção da defesa:**

Logo que ficaram sabendo que iam ser processados, reuniram-se os padres para discutir a defesa. Escolheram como seus advogados: Emilio Edstone Duarte Gallo e Dalton Villela Eiras. O primeiro, sediado em Coronel Fabriciano, era considerado um grande criminalista, com um vasto currículo de difíceis e polêmicas causas. Entre elas, defendera um operário da USIMINAS que havia assassinado um engenheiro em recinto de trabalho. Emilio atribui a sua escolha ao padre José Maria De Man, de quem era amigo pessoal e por que também era advogado da Universidade do Trabalho. Foi prontamente aceito pelos demais. O segundo, de Juiz de Fora, escolhido com estratégia, para manter na cidade sede da justiça militar, um advogado que pudesse acompanhar de perto o processo e especialmente oferecer informações importantes para a construção da defesa. Era preciso saber em detalhes: Quem era o juiz e o promotor, a personalidade, a visão e atuação deles à frente do trabalho naquela vara de justiça.

Ao instaurar o processo, a primeira providencia do juiz auditor, foi convocar as testemunhas que poderiam confirmar ou desmentir os fatos, entre elas: o Padre Ilídio Demétrio Quintão, e Cônego José Higino de Freitas, ambos veteranos do sacerdócio na Diocese, atuando em João Monlevade; Silvio Cordeiro Filho, operário da USIMINAS e Silas Augusto da Costa, industrial, ambos residentes em Ipatinga. Somaram-se a estes os testemunhos previamente selecionados pela defesa. Eram eles, respeitados nomes da sociedade local, dentre os quais: Geraldo Perlingeiro Abreu, advogado e superintendente de Pessoal da companhia ACESITA; Sydney Alfredo de Melo e Ademar de Carvalho Barbosa, componentes da diretoria da USIMINAS. Até mesmo um pastor protestante constava entre os defensores dos padres: Francisco Rosa Alves, especificamente em favor do padre Monção.

---

<sup>152</sup> MENDONÇA, José Batista de: depoimento [06 de jun. de 2005], Coronel Fabriciano.

Os depoimentos foram colhidos no Fórum de Coronel Fabriciano, para onde, a pedido da defesa, transferiu-se, no mês de junho de 1971, o Conselho Permanente de Justiça para o Exército. Segundo Emilio, o objetivo estratégico da transferência do Conselho para Coronel Fabriciano era colocar os seus membros em contato com a realidade social, política e econômica do Vale do Aço.

Afirma Emilio Gallo, que seu pedido foi prontamente atendido, o que fez perceber a seriedade da Justiça Militar. Encontrou nesta, mais facilidade de trabalho que na justiça comum.

Os primeiros a depor foram os padres Ilídio e o Cônego José Higino, que apesar de serem do seguimento tradicional, sempre foram respeitados como elementos muito éticos no seio do clero <sup>(153)</sup>. Por forte convicção, não aceitavam as reformas pastorais pretendidas na Diocese, conforme atestam em seus depoimentos. Não acreditavam especialmente nas idéias apregoadas pelo Concílio, mas em nenhum momento somaram forças contra seus colegas <sup>(154)</sup>.

Nos depoimentos, eles esclareceram o conteúdo e as divergências ocorridas na reunião do clero da Zona II, acontecida em meados de 1968, a qual o padre João Batista se referiu em seu depoimento. Confirmaram as diferenças de idéias entre o padre Monção e a maioria dos padres, o que qualificaram apenas como divergências de metodologias pastorais, a serem discutidas internamente na igreja. Em nenhum momento as idéias do religioso poderiam ser interpretadas como uma atuação política contra o Regime. Esclareceram ainda que o centro da polêmica estava na proposta de Monção, de suspender a aplicação dos sacramentos aos fieis. Justificava que as pessoas de uma forma geral participavam dos atos religiosos sem entender devidamente o seu papel diante dos mesmos. Defendia que o povo tinha que, antes de tudo, ser conscientizado do seu verdadeiro compromisso para com Deus e a religião, conhecendo inclusive os objetivos e valores dos sacramentos que lhes eram ministrados. O Cônego Higino e o Padre Ilídio, em particular, achavam o método de risco extremo, o que chamam alguns de revolução pastoral. Achavam que os fieis não estavam

---

<sup>153</sup> BRASIL, José Índio do: depoimento [17 de out. de 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>154</sup> Idem.



preparados para mudanças tão bruscas e repentinas, pois estes entendiam a religião como fruto das tradições e dos costumes.

Com relação a Silvio Cordeiro Filho, este fora convocado como dirigente da Gráfica Santa Lúcia, responsável pela impressão do jornal *O Fato*. Informou o número de jornais impressos e como era feita a sua distribuição nas várias paróquias do Vale do Aço.

Confirmou que havia participado da reunião da Liga Desportiva de Ipatinga, quando da discussão sobre a programação da Semana da Pátria de 1969 e que de fato informara a Fassheber das conversa que lá ouvira, quando um determinado religioso, ligado ao Colégio São Francisco, o qual não se lembrava do nome, dizer: “[...] que independência iriam comemorar, uma vez que o país não o era? [...] que as festividades eram uma palhaçada” <sup>(155)</sup>. Na mesma reunião houve comentários de que não se permitiria repique de sinos para comemorar o Sete de Setembro; que ele próprio ajudara a colocar a corda, a meia noite, quando não só o repicaram, como também cantaram o Hino Nacional. Informou que não teve nenhum encontro com o padre Wilson para discutir a questão e, que sabia da negação por ouvir dizer. No momento da colocação da corda e repique do sino, nenhuma objeção aconteceu por parte dos padres.

Quanto ao depoimento de Silas, entre os muitos fatos colocados, expôs que também participou da inserção da corda e do repique de sinos na igreja do Horto. Afirmou que nunca ouvira do Padre Wilson dizer diretamente que ele não aceitaria o repique, mas sim por comentários em uma reunião do Lions Club, feito pelo Major Gonçalves. Revelou que, sendo amigo pessoal do padre De Man, pediu a sua intermediação junto ao pároco do Horto, informando-lhe que aquele repique de sinos no Dia da Pátria era uma determinação da Presidência da República <sup>(156)</sup>.

Expôs também que contou a Fassheber o conteúdo de uma conversa entre ambos. Nesta conversa o padre lhe dissera que era contrário aos militares no poder. Mas a grande revelação deste depoimento foi a informação de que ele

---

<sup>155</sup> FILHO, Silvio Cordeiro. [22 de junho de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 413-414.

<sup>156</sup> COSTA, Silas Augusto da. [22 de junho de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972 fl.415-418.

próprio, o depoente, havia tentado antes da instalação do IPM, um diálogo entre os religiosos, Fassheber e o Major Ribeiro, responsável pela instalação do inquérito. Para tal, teria inclusive o apoio do Bispo Dom Marcos, a quem Silas havia procurado previamente. Mas os padres foram irredutíveis e não aceitaram a proposta.

Somaram a estes, os testemunhos de Luiz Carlos Bromonchenkel, que confirmou as informações dadas no depoimento do IPM. Mas as grandes novidades estavam nos novos depoimentos de Marcelo Lemos Montesanto e Ângelo Lemos Duarte, que retrocederam totalmente nas suas falas anteriores. Não confirmaram as informações que prestaram em seus depoimentos no IPM.

Apesar dos processados serem acusados de socialistas ou comunistas todos se defenderam, negando adesão a tais ideologias.

Segundo Nazareno, com confirmação de outros, nas reuniões do clero, o marxismo era rejeitado por difundir o ateísmo, apesar de positivo, no que concerne à difusão da idéia de distribuição dos bens, como fruto do trabalho coletivo. Consideravam também que a idéia de religião como ópio do povo era uma verdade que merecia ser discutida e, é justamente nesse ponto que acreditavam nas possibilidades da “Nova Igreja, desalienada, com cristãos engajados e conscientes dos seus deveres para com a construção de um mundo, acima de tudo, mais solidário e fraterno” <sup>(157)</sup>.

Todavia, desde o princípio, a defesa acreditou totalmente nos padres. Até por que, o Emílio Gallo sempre morou na região e sendo de formação católica e praticante da religião, conhecia pessoalmente a maioria dos padres envolvidos na questão e suas práticas de vida social e religiosa. <sup>(158)</sup>. Conhecia também a história da Igreja e concomitantemente a sua Doutrina Social, além de acompanhar a sua trajetória pós Concílio <sup>(159)</sup>. Ampliou as possibilidades sustentação argumentativa com o assessoramento sobre Direito Canônico, liturgia

---

<sup>157</sup> ATAÍDE, José Nazareno: depoimento [6 de jun. 2006]. Coronel Fabriciano.

<sup>158</sup> GALLO, Emilio Edstone Duarte: depoimento [ 09 jul. 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>159</sup> LARA, Dom Lélis: depoimento [08 abr. 2006], Coronel Fabriciano.

e teologia, oferecido pelo padre Lélis Lara <sup>(160)</sup>. Assim, construiu a defesa impondo a tese das “deturpações das idéias, dos discursos e das práticas dos religiosos”. Orientou-se através de uma revisão da atuação política e social da Igreja desde os primórdios, entendendo que visão de mundo social dos clérigos processados era de fato de esquerda. Não a esquerda radical de inspiração marxista, soviética ou chinesa, mas a esquerda que acreditava numa Igreja renovada pelas idéias de fraternidade e justiça social, difundidas como valores verdadeiros do cristianismo. Concluiu que cada um deles estava ao seu modo, tentando ser fiel a Doutrina Social da Igreja, que por sinal não era novidade na instituição. O advogado Emilio acreditou que temos hoje a mesma doutrina social de outras épocas. A Doutrina Social que sempre existiu e se adaptou a cada tempo. “[...] Uma mesma doutrina com outra roupagem. Ela vem do Próprio Jesus Cristo, sofrendo transformações ao longo dos tempos, se adaptando às diversas épocas da história” <sup>(161)</sup>. Os defensores dos padres concluíram em seus argumentos, que o mundo passou por muitos estágios de desenvolvimento econômico e político. Com a Revolução Industrial e a conseqüente expansão do capitalismo, e os problemas dele decorrente, no século XIX, acirrou-se os conflitos de classe. Passaram a se confrontar os patrões e empregados. A exploração capitalista era desumana contribuindo para o surgimento de idéias que questionassem o sistema, culminando na fundamentação do socialismo marxista. A Igreja que não o aceitou por ser ateu, contra - atacou com a Doutrina Social referendado pelo Papa Leão XIII, que editou a *Rerum Novarum*.

Concluiu ainda que ao longo de sua trajetória histórica, a igreja teve muitos comprometimentos com o poder dominante: Aliada da nobreza feudal na Idade Média; sustentáculo do poder real na Idade Moderna, com a *Teoria do Direito Divino*. Pela sua aliança com o poder temporal, ela passou por muitas reações, muitas divisões e subdivisões. E depois que ela se assentou mais próxima aos tempos de hoje, tornou-se uma religião mais contemplativa, voltada para o

---

<sup>160</sup> Padre da Congregação Redentorista, Doutor Em Direito Canônico. Foi vigário da Paróquia São Sebastião de Coronel Fabriciano, a partir de janeiro de 1971. Em 1977 foi nomeado Bispo auxiliar da Diocese de Itabira – Coronel Fabriciano e em 1998, bispo titular da mesma da mesma. Atualmente é Seu Bispo Emérito.

<sup>161</sup> GALLO, Emilio Edstone Duarte: depoimento [09 jul. 2006], Coronel Fabriciano.

espiritual e priorizando a oração. Ao lado disso, vieram os movimentos de reação da Igreja moderna, principalmente a partir do Concílio Vaticano II, cujos trabalhos culminaram na promulgação da encíclica, *Populorum Progressio*, em 1967, pelo papa Paulo VI. Esta, denuncia as estruturas econômicas injustas e afirma o direito de todos os povos ao desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico<sup>(162)</sup>. Em consequência, surgiram nos muitos lugares do mundo, movimentos que propunham a sua aplicabilidade. Exemplifica-se a Teologia da Libertação difundida em toda a América latina.

Esses movimentos reagiram contra a igreja predominantemente espiritual, sentindo que ela estava faltando com seu papel social quando houve o inevitável choque entre os padres conservadores e os progressistas.

Trazendo o debate para o hoje, discute-se<sup>(163)</sup> que esse choque aconteceu em algumas regiões do Brasil de forma clara e evidente. Considerava-se o Vale do Aço como uma região que não tinha uma interação social e, até hoje essa interação parece deficitária, mesmo sob evolução econômica. Como em todo o Brasil, a riqueza se manteve concentrada nas mãos de poucos. Para se chegar a esta conclusão, naquela época, bastaria circular pelas três cidades do Vale do Aço. Em Ipatinga, por exemplo, o bonito traçado dos bairros em volta da USIMINAS, com lindas praças, ruas asfaltadas e casas às vezes até suntuosas, destoava completamente da pobreza dos bairros da periferia. Naquela época, até o centro da cidade visto como um bolsão de pobreza, com um amontoado de casebres em todas as ruas, sujas e sem pavimentação. Percebemos que a maioria da população não usufruía dos bens necessários a uma vida materialmente digna.

Atualmente, estas diferenças continuam existindo e são mais visíveis na comparação entre as cidades. Coronel Fabriciano, por exemplo, acumulou ao longo dos seus mais de cinquenta anos de existência como município, um

---

<sup>162</sup> *Populorum Progressio*, “O Progresso dos Povos” - Sobre o Desenvolvimento dos Povos, Carta Encíclica promulgada pelo Papa Paulo VI, em 1967, se insere na relação de encíclicas sociais. Cf. Carta Encíclica *Populorum Progressio*, “O Progresso dos Povos” [Documentos Pontifícios]. 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1967

<sup>163</sup> Autor deste trabalho em debate com o advogado Emilio Gallo, o bispo Lélis Lara e Padre Abdala, em datas esparsas.

amontoado de favelas e muitos outros problemas, agravados pela falta dos recursos financeiros para solucioná-los. Suas vizinhas, Ipatinga e Timóteo, sedes de grandes siderúrgicas, são agraciadas como altas arrecadações de tributos.

Na região, observa-se que desde o início de suas atividades, as indústrias siderúrgicas controlam vários segmentos sociais. A vida da população praticamente depende da ACESITA e USIMINAS. No caso da segunda, esta colocou o seu setor de segurança totalmente militar, constituindo seu corpo de militares aposentados. Esses militares, por sua vez, no contexto da Ditadura sentiam-se verdadeiros donos do país, arvorando-se como defensores dos ideais de 1964 na região. Foram eles de certa forma, o poder reagente contra a Igreja católica naquele período, cujo bispo também era comprometido com a Doutrina Social. Defendia acima de tudo que a religião deveria diversificar suas ações, saído de uma visão apenas embevecida e partisse para uma ajuda efetiva à sociedade marginalizada, desassistida e todo aquele povo que padecia por falta de total recurso e, que segundo ele, o catolicismo permanecia quase que indiferente. Somaram-se ao trabalho dos padres o trabalho das congregações religiosas femininas presentes na diocese, especialmente irmãs, da Beneficência Popular cidade de Timóteo, as irmãs do Espírito Santo em João Monlevade, com trabalho de catequese, com forte penetração social. Elas também eram acusadas de comunistas, e pessoas nocivas. Eram acusadas pelas pessoas da classe dominante, que não admitiam as novas idéias, por que questionavam suas atitudes e levantavam suspeitas quanto à honestidade dos meios usados para enriquecimento. A Igreja conhecia a realidade, apesar não saber precisar os números dos empregados de empresas e famílias que não eram agraciados com seus direitos trabalhistas. Contudo, os defensores dos padres entendiam que os religiosos não vieram para contrariar os dominadores, mas assistir, de uma forma ou de outra, a população mais carente, melhorando a situação deles, aí incluindo ao trabalho de conscientização dos direitos. Porém, entre o propósito e a ação havia alguns exageros e havia uma reação que dava uma dimensão muito maior aos problemas, exatamente por que esse poder dominante estava sendo contrariado por essa visão de mundo da Igreja local. Os ricos e a classe média

não queriam ir a missa e lá ouvir sermões que conclamavam a luta por justiça social. Alguns se sentiam até ofendidos quando das denúncias de exploração dos trabalhadores pelos patrões. [...] Servia a carapuça? <sup>(164)</sup>.

A atuação dos funcionários da USIMINAS na perseguição aos padres não estava autorizada pela direção da empresa, o que também não tira sua responsabilidade por omissão. O próprio contexto da época levou muita gente a não gostar da nova atuação da Igreja, até por não entender seus objetivos e logicamente também dentro desta empresa.

Uma das atitudes estratégicas de grande êxito da defesa foi a orientação quanto aos novos rumos que deveria tomar o clero na suas atuações a partir do início do processo. Um recuo nos ideais, não como questionamento se estavam certos ou errados, mas por uma necessidade de construir um apoio da opinião pública. Destaca-se a reorientação dos editoriais de *O Fato* que incluíram a elaboração de dois textos especiais: o numero 94, editado em 14 de junho de 1970 e o numero 95, em 21 de junho do mesmo ano. Respectivamente intitulados: *O Que Queremos* e *O Que Sentimos*. Mais uma vez, somaram idéias na construção de editoriais, estes com objetivo de desabafo, ao mesmo tempo que informar a opinião pública o que de fato estava acontecendo em relação à Igreja da região naquele momento, quando a censura impedia que o assunto fosse aprofundado na imprensa <sup>(165)</sup>. Quiseram os padres demonstrar exatamente o que a defesa já havia percebido: a atuação deles tinha o propósito de buscar a tão já discutida Igreja Progressista.

Em ambos os textos, demonstram como se insere um religioso dentro do novo contexto, motivos de especulações, intrigas e angustias no seio da sociedade. No primeiro expõem as pretensões da nova Igreja.

---

<sup>164</sup> Referencia em debates, em grupos de reflexão, àqueles que não aceitavam um discurso religioso direcionado para a justiça social. Discutiam que às vezes eram pessoas, que na assistência as missas se sentiam como se o padre estivesse falando dele. Em alguns encontros, há caso de pessoas que chegaram a citar exemplos de ricos que assim se portavam, se referindo a eles como usurários, inclusive enumerando casos de injustiças cometidas pelos mesmos contra seus empregados.

<sup>165</sup> O jornalista, José Rodrigues do Amaral, conhecido como Carioca, afirma que recebeu, em sua residência, visita de agentes da Polícia Federal. No encontro, foi advertido verbalmente que não veiculasse em seu jornal, *Diário da Manhã*, nenhuma matéria questionadora, por mínima que fosse sobre o processo contra os padres. Advertiu também que não emitisse opiniões em relação ao assunto e que não assumisse papel de defensor dos religiosos. Cf. AMARAL, José Rodrigues do: depoimento [16 de abr. 2006], Coronel Fabriciano.

[...] Nós os padres queremos nos definir. Somos simples homens, escolhidos no meio do povo, a serviço do povo. Não somos seres excepcionais: temos nossos defeitos, nossas angustias, nossos desejos. Queremos ser bem melhores do que somos na realidade <sup>(166)</sup>.

[...] Queremos libertar-nos da carga secular, para servir à mesma verdade eterna, ao evangelho, mas nos moldes de hoje. Não apenas missas, batismos, casamentos ou coroações, por mais significativos e belos que às vezes pareçam ser <sup>(167)</sup>.

No segundo expõem, seus sentimentos, seus anseios e expectativas em relação ao trabalho religioso e aos problemas gerados na Nova Igreja.

[...] sentimos que devemos ser iguais à maioria do povo, na medida do possível: trabalhar como ele, sentir as necessidades como ele, viver como ele <sup>(168)</sup>.

[...] Vários colegas deixaram o ministério direto, seja para rever a situação de sua vida, seja para se casar. Aceitamos a idéia deles incondicionalmente e continuamos com a mesma amizade. [...] Eles continuam sendo padres e colegas. Quem sabe se eles não estão preparando corajosamente um novo tipo de padre. [...] Os tempos mudaram. Quase todos querem continuar no serviço do povo e do ministério <sup>(169)</sup>.

[...] Sentimos também que o único compromisso que podemos aceitar, nesta hora difícil e tão decisiva, é unirmos a àqueles para os quais Deus nos chamou: o povo <sup>(170)</sup>.

A defesa dos padres foi reconhecida como verdadeiro sucesso, culminando com a absolvição dos réus. Os advogados se valeram de grande habilidade, inclusive a diplomacia. Emílio Gallo, por exemplo, era visto como um dos grandes criminalista de Minas Gerais, com trânsito nas mais altas esferas da sociedade, da justiça e da política. Os dois defensores disponibilizaram todos os recursos que precisaram usar. No entanto, eles próprios consideraram como muito favorável, os

<sup>166</sup> Artigo publicada na primeira página do Jornal *O Fato*, número 94, ano 2, editado em 14 de junho de 1970, anexado ao *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972, fl. 569.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Artigo publicada na primeira página do Jornal *O Fato*, número 95, ano 2, editado em 21 de junho de 1970, anexado ao *Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972, fl. 570.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem.

méritos pessoais dos religiosos, embora fossem questionados por uns e reconhecidos por outros na sociedade. Destaca-se a atuação das testemunhas de favoráveis aos réus, que assumiram com muito empenho os seus papéis perante o júri. Expondo detalhadamente todas as informações que conferiam o bom caráter dos religiosos. Cita-se o caso do Ademar de Carvalho Barbosa, então Diretor de Relações Industriais da USIMINAS. Colocou-se como um dos apoiadores da vinda dos Padres do Trabalho para o Vale do Aço, para fomentar a criação da Universidade do Trabalho. Citou outras grandes empresas sediadas na região (CVRD, ACESITA e Belgo Mineira), que participavam do apoio a essa obra, que tinha a frente o Padre José Maria de Man. Informou que a conduta do religioso fora recomendada pela alta direção da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, sediada na Europa <sup>(171)</sup>.

Já o Alfredo de Melo, responsável pelo setor jurídico da USIMINAS, compareceu como testemunha de defesa do padre Bertollo, a quem atestou total dedicação ao trabalho da igreja, com uma atuação pastoral valorosa, sem vestígios da propalada subversão. Informou que sua atuação se estendia ao Colégio São Francisco, ao Hospital Marcio Cunha (cidade de Ipatinga) e outras instituições mantidas pela USIMINAS, onde seu nome era muito respeitado <sup>(172)</sup>.

Um instrumento que não pode ser excluído e que serviu de base para a absolvição foi um discurso que havia sido proferido pelo ex-irmão Petrus, numa solenidade interna da Câmara Municipal de Ipatinga, realizada em seis de setembro de 1969, em comemoração à Semana da Pátria. Irmão Petrus, falou na qualidade de diretor da Escola Municipal de Ipatinga.

No transcurso das suas palavras, ele chamou a atenção para o que a pátria tem de maior riqueza, que é a sua gente, com a sua cultura, seu modo de ser, e costumes, sua arte, literatura e música. Questionou, porém a Independência em relação a Portugal apenas política. Lembrou que os valores, já citados, peculiares

---

<sup>171</sup> BARBOSA, Ademar de Carvalho. Depoimento [27 de out. de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972 fl.555.

<sup>172</sup> MELO, Sidney Alfredo de Melo. Depoimento [27 de out. de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972 fl.552-554.



à cultura brasileira, é o que de fato promovem a independência da Pátria. Citou grandes nomes que retratam nossos valores na história:

[...] Num dia de Pátria, num dia de Independência celebramos o que? Celebramos o que nos somos, celebramos as riquezas todas acumuladas com a história. [...] a musica, desde o samba até Carlos Gomes, as obras de arte de Aleijadinho, a literatura de Anchieta até Fernando Sabino, toda a história, as poesias, o romantismo de José de Alencar e Gonçalves Dias. [...] festejar a Independência é festejar o homem brasileiro <sup>(173)</sup>.

O próprio Juiz ao pronunciar a sentença - a absolvição - confessou ter ficado emocionado com o conteúdo do discurso, o qual chamou de “Hino de Brasilidade”. Chamou a atenção dos presentes pelo fato de um discurso tão belo ter partido de um estrangeiro. [...] Deveríamos imitá-lo” <sup>(174)</sup>.

Nesse capítulo, assistimos, de um grupo de padres que se alinharam ao movimento progressista da Igreja, um conjunto de manifestações discursivas em conflito com os interesses políticos do Regime Repressivo e com as insuficiências de distribuição de renda do Capitalismo. Em razão disso, os padres foram acusados de apresentarem discursos que corroboravam com desordem social e de circular no Vale do Aço idéias políticas e sociais contrárias às representações de mundo social do Regime. Vimos também que foram indiciados por fazer circular discursos subversivos nos principais canais institucionais do Vale do Aço: a Igreja, imprensa, escolas e universidade.

No próximo capítulo, buscaremos em averiguar, as práticas exercidas pelos principais atores do movimento progressista da Igreja na região. Essas práticas, traduzidas em despimento de tudo àquilo que representasse distinção social entre padres e leigos; em uma administração do clero mais democrático e autônomo; modificações nos rituais de culto; formação de grupos de reflexão; estimulação da sociedade civil em participação política. Entretanto, enfocaremos também, que o progressismo, que os padres se faziam defensores, estavam amalgamadas por um modernismo que anulava as tradições culturais e costumes locais.

<sup>173</sup> Trecho do discurso preferido por Petrus Martinus, em sessão solene da Câmara Municipal de Ipatinga, em comemoração a Semana da Pátria de 1969.

<sup>174</sup> Manifestação de Mauro Seixas Teles, ao proferir a sentença de absolvição dos padres.

## AS MANIFESTAÇÕES PRÁTICAS DA IGREJA PROGRESSISTA NA ESFERA SOCIAL E POLÍTICA LOCAL

Desde a sua instalação, a Diocese de Itabira seguiu uma trajetória de trabalho moderno. Particularmente, parece que Dom Marcos Noronha procurava organizar a instituição sob o prisma da prática democrática. Uma de suas primeiras providências foi reunir o clero para traçar os rumos dos trabalhos diocesanos, quando elegeram o padre Otacílio como Coordenador Pastoral. Na mesma ocasião discutiram as diretrizes orientadas pelo Concílio, quando se definiu por dirigir convite ao povo para tomar um novo lugar na Igreja, envolvendo-os corajosamente na base das idéias e na programação das ações religiosas e evangelizadoras. Os grupos de reflexão, foram a partir de então, organizados por toda Diocese. Eram esses os espaços de encontro dos fieis, princípio de busca dos legítimos anseios da população, aliados ao trabalho de evangelização. O espaço estava aberto a todos, incluído os oprimidos e marginalizados, a que no conjunto foram chamados “Povo de Deus”<sup>(175)</sup>.

[...] Era preciso convidar o povo para participar de tudo. Participar como sujeito responsável da ação da igreja, como agente e não apenas paciente da história<sup>(176)</sup>.

Para solidificar esse propósito, Dom Marcos conclamou o clero a ser o “guia e o espelho”, renunciando aquela Igreja meramente contemplativa, abandonando o papel de religioso comandante, superior ao seu povo e dele isolado na sua autoridade eminente. Solicitou também ao clero para que pautasse

---

<sup>175</sup> Define-se *Igreja Povo de Deus*, todo o corpo que compõe a comunidade católica, desde os mais simples fiéis batizados e engajados nos grupos de reflexões e nas Comunidades Eclesiais de Base, até o membros hierarquia eclesial, que participam das decisões da Igreja. Cf. BOFFE, Leonardo. *Igreja Carisma e Poder* ed 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982 p. 184

<sup>176</sup> NORONHA Marcos Antonio. Marcos Noronha e a Igreja. In: Enio P. Giachini (org.). 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.39.

suas práticas no conteúdo do novo discurso, já tão debatido <sup>(177)</sup>. Resumindo, pediu-lhes que de fato caminhassem na busca de um projeto de amor. "[...] O ministério exige doação total, renúncias, dedicação integral, fidelidade [...]" <sup>(178)</sup>.

Concluiu-se que, uma religião mais perto do povo, significava despojamento dos excessos da pompa e até mesmo de alguns símbolos e indumentárias, que muitas vezes impunham um respeito acima do normal e conseqüentemente promovia um distanciamento da autoridade religiosa em relação aos fiéis <sup>(179)</sup>. Isso se insere num contexto global da Igreja, com orientações do Concílio, sobretudo na parte litúrgica <sup>(180)</sup>. As missas passaram a ser celebradas na língua pátria, em detrimento do latim, com um ritual menos carregado e com uso de paramentos mais simples. Até o altar foi reduzido a uma mesa, onde de frente um para o outro, padre e povo começaram a se comunicar nas celebrações.

Em suma, a idéia central das ações propostas era colocar a Igreja a serviço do que se chamou de verdadeira evangelização, cuja culminância seria a construção de uma sociedade mais justa em todos os sentidos. No entanto, entre o propósito e a ação, até hoje é motivo de discussões, algumas práticas são tidas como exageradas. Alguns padres concluíram que não deveriam mais usar a batina, nem mesmo no altar precisariam usar algum paramento para celebrar missa ou outro ofício. Acabaram, em muitos lugares, com festas tradicionais – o progressismo na igreja também parecia anular a democracia que eles mesmos defendiam <sup>(181)</sup>.

[...] O padre abandonou quase todos os signos sagrados que investia: batina, clausura para os padres e religiosos, simplificação da liturgia, moradias abertas ao povo etc. Passada esta experiência, hoje se questiona se o padre não foi longe demais.

<sup>177</sup> ABDALA, José Jorge: depoimento [09 fev. 2006], Timóteo.

<sup>178</sup> NORONHA Marcos Antonio. Marcos Noronha e a Igreja. In: Enio P. Giachini (org.). 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.53.

<sup>179</sup> Em muitos encontros de grupos de reflexão era comum o debate sobre o valor de certas vestes sacerdotais. Concluem que o uso da batina muitas vezes impunha um respeito exagerado ao padre. Exemplificam-se casos de padres que ao serem reconhecidos pela veste em órgãos públicos, bancos e muitos outros lugares, recebiam tratamento privilegiado.

<sup>180</sup> LARA, Lelis: depoimento [18 de abril de 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>181</sup> Há casos de padres locais que incorporavam um conceito de modernidade que supria a tradicionalidade presente em certas manifestações culturais de muitas comunidades. Por vezes, ainda, até impunham esse conceito modernidade.

[...] O povo se retraiu, mas não se entregou. Sentiu-se agredido  
(182).

Somou-se a todas essas ações novas, a adoção do já discutido discurso sócio-político, na visão de mundo da ala progressista do clero. Como qualquer mudança, em qualquer situação, aconteceram as previsíveis consequências.

Segundo depoimentos diversos, que incluem padres e fiéis contemporâneos a Dom Marcos, ele próprio era o testemunho da nova vivência. Antes de mais nada, um homem de muita paciência, perseverança e fé <sup>(183)</sup>. Acima de tudo, ele primava pelo respeito as diferentes opiniões do seu clero. Não interferia nas decisões dos padres. Buscava com eles sempre o diálogo, encorajando-os quando dos momentos difíceis. Afirmam ainda a sua firmeza de caráter, demonstrada nos seus gestos e atitudes ao longo da sua trajetória como bispo. Consta que logo que assumira a Diocese, recebera de presente da prefeitura de Itabira, um automóvel Itamaraty <sup>(184)</sup> e da USIMINAS recebera um Symca <sup>(185)</sup>. Vendeu o segundo e rifou o primeiro, comprando uma Rural <sup>(186)</sup> e um fusca <sup>(187)</sup>. Carros mais simples, que considerava mais adequado para trabalhos. “[...] foi uma violência para o burguês vaidoso, mas a consciência ficou em paz”  
(188).

Dom Marcos procurou em todas as praticas ser fiel às orientações do Concílio. Levou com muita responsabilidade a idéia de que a evangelização

<sup>182</sup> BOFFE, Leonardo. Igreja Carisma e Poder ed 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982 p. 206.

<sup>183</sup> Idem

<sup>184</sup> Automóvel de luxo, fabricado no Brasil, a partir de 1966, pela Willys Overland do Brasil. Era uma versão melhorada de outro automóvel do mesmo fabricante, o Aero – Willis. O nome do automóvel foi inspirado no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Em 1968 houve a união da Willys Overland do Brasil com a Ford Motors do Brasil e os modelos do primeiro foram aos poucos sendo retirados do mercado. Cf. Willys Overland do Brasil. Disponível em <www.angelfire.com/wi/willysbr/willys.html>. Acesso 25 out. 2006.

<sup>185</sup> Automóvel de luxo, fabricado no Brasil, a partir de 1959, pela empresa francesa do mesmo nome. SYMCA – Societé Industrielle de Mécanique et Carrosserie Automobile. A marca desapareceu quando em 1967 foi adquirida pela norte-americana Chrysler. Cf. História da Fábrica Simca. Disponível em <http://packard37.sites.uol.com.br/simcahistoria.htm>. Acesso em 25 out. 2006.

<sup>186</sup> Carro utilitário, fabricado no Brasil a partir de 1959, pela Willys Overland do Brasil. Cf. Willys Overland do Brasil. Disponível em <www.angelfire.com/wi/willysbr/willys.html>.

<sup>187</sup> Pequeno sedan, produzido no Brasil a partir de 1959, pela Wolksvagem, fabricante alemão de automóveis. Cf. site da Wolksvagem do Brasil, seção, história da Wolksvagem. Disponível em: [www.vw.com.br/default.asp](http://www.vw.com.br/default.asp). acesso em 20 de outubro de 2006.

<sup>188</sup> Noronha Marcos Antonio. Marcos Noronha e a Igreja. In: Enio P. Giachini (org.). 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p.66.

deveria ser precedente à aplicação dos sacramentos. Isto quer dizer que a Igreja deveria preparar as pessoas para receber os sacramentos de uma forma geral, para que todos o fizessem consciente do seu real valor. Por isso a Diocese adotou, em todas as paróquias, os cursos de preparação para o batismo e o casamento. O primeiro visava orientar pais e padrinhos sobre o valor desse sacramento, inserindo-os na responsabilidade social e moral do ato, evitando que o fizessem mecanicamente, ou apenas por tradição, ou baseados em superstições <sup>(189)</sup>. Com relação ao segundo, a Igreja criou os “Cursos de Noivos”, com palestras médicas e muitas reflexões sobre o papel do marido e pai, da mulher e mãe, além de conscientizar o casal, dos aspectos morais da Igreja em relação ao casamento e a união final como um sacramento <sup>(190)</sup>. Reformulou ainda a catequese para crianças e adolescentes, no sentido de inseri-la no novo contexto.

As ações pastorais da Igreja de Itabira deveriam, então, ser planejadas coletivamente pelos padres que por sua vez buscariam as bases nos consolidados das reuniões dos grupos de reflexão. Os encontros do clero eram constantes, em cada uma das zonas administrativas, onde se discutia de tudo, sempre com vistas ao entendimento à coesão das idéias e dos rumos a serem tomados. Nesses encontros eram debatidos, desde os problemas sociais da nação, com forte argumentação em bases estatísticas, pobreza, miséria, desnutrição, mortalidade infantil e outros, passando pelas análises das supostas causas destes. Apontavam sempre para a injusta distribuição das riquezas vigente no país, das quais a questão fundiária era reconhecidamente a mais debatida. Taxavam de absurda a concentração de terras e seus efeitos, sentidos pelas classes desfavorecidas do país.

Assim, o trabalho diocesano situava-se dentro do que preconizava a CNBB, e sua orientação para o estabelecimento de um Plano Pastoral Conjunto. Nesse propósito, Dom Marcos procurou fazer um intercambio com outras dioceses. Encontrou respostas naquelas onde seus bispos também acabaram por enfrentar

---

<sup>189</sup> Muitas pessoas batizavam seus filhos por temer azar para a criança, para não morrer pagã ou para não ser atingida por raio.

<sup>190</sup> Para a Igreja, o casamento é um dos sete sacramentos: Batismo, eucaristia, crisma, penitência, ordem e matrimônio e extrema unção, instituídos por Jesus Cristo.

quase que intransponíveis barreiras para ver algum fruto dos seus trabalhos. Dom Waldir Calheiros, bispo de Volta Redonda; Dom Luiz Gonzaga Fernandes, Arcebispo de Vitória, Dom Estevão Avelar, Bispo de Uberlândia, Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús. Esses eram considerados entre os mais progressistas dos bispos brasileiros, à época, em consonância com Dom Helder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, o expoente principal. Com ele comungavam um trabalho religioso de aproximação da doutrina com a realidade popular. Criaram todos eles muitos desafetos, opositores às idéias de uma igreja que não acreditavam.

Gradativamente o conhecimento dos rumos pastorais adotados na Diocese se estendeu por todo o Brasil, chegando ao exterior. As lideranças diocesanas foram muito procuradas pela imprensa nacional e internacional. Os trabalhos de Dom Marcos foram retratados até no *Le Monde* <sup>(191)</sup>. A esse jornal, Dom Marcos dera entrevista, onde entre outros assuntos relatou sobre prisões e torturas sofridas por padres durante o Regime Militar.

A fama das renovações pastorais implantadas na Diocese serviu também para atrair cada vez mais, padres em crise com a vocação e com a Igreja. Estes, a partir das idéias do Concílio, entraram em choque com a formação que receberam no berço e nos estudos de seminário, ascendendo neles as dúvidas de que se adeririam às novas orientações ou se manteriam nas antigas. Alguns questionavam o celibato, a hierarquia. Não sabiam ao certo que rumo tomar: Ficar na Igreja? Sair? se casar?. Alguns ficaram até mesmo abalados na fé.

A vinda para essa região foi para muitos a derradeira opção. Vinham na esperança de se reconciliarem com Igreja, agora renovadas numa outra visão e realidade, ou dela se despediriam definitivamente. A Diocese de Itabira foi então ao mesmo tempo, um campo de provas e ao mesmo tempo o coração acolhedor daqueles que a Igreja não poderia descartar de qualquer jeito. Traziam consigo seus anseios e idéias. Logo aceitos, assumiam com todo empenho.

A partir de então que aprofundam os conflitos. Duas diferentes visões de mundo: a visão de uma Igreja tradicionalista e a visão da Igreja progressista,

---

<sup>191</sup> Jornal francês fundado em 1944. Tem grande aceitação internacional

perpassando a população, ocasionando diferentes comportamentos e práticas sociais que culminaram num inevitável confronto.

Os padres veteranos, enraizados na região não aceitaram a “Revolução Pastoral”<sup>(192)</sup>. Somou o clero conservador com a ala da sociedade que igualmente não aceitavam as reformas, evoluindo gradativamente para o conflito. Estes perduraram enquanto permaneceu Dom Marcos à frente da Diocese. Intrigas de todo tipo envolvendo os nomes de muitos religiosos que culminaram no já estudado processo contra os oito membros da chamada ala progressista local. A defesa no processo jurídico contra os padres se pautou na argumentação de que deturparam completamente as atitudes e comportamento desses. Levantaram mentiras diversas sobre a atuação dos mesmos.

### **O Caso Monção**

Padre Geraldo Monção era um dos padres, que em situação de crise, procurou abrigo na Diocese de Itabira, chegando em 1967, oriundo da ultratradicional Arquidiocese de Diamantina. Trabalhou inicialmente em Ipatinga, sendo transferido para a cidade de João Monlevade em 1968, para assumir como vigário a Paróquia do bairro de Loanda, recém desmembrada da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, sediada no bairro Carneirinhos. Logo que chegou, o padre Monção resolveu colocar em prática um plano pastoral audacioso. Havia aqueles, que no meio da sociedade, aceitavam suas idéias e, uma outra parcela divergente. No entanto, o forte trabalho de oposição a ele foi liderado pelo Padre João Batista Neto, vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição. Este era considerado como o mais conservador e reacionário de todos os padres da Diocese daquela época.

Entre as diversas denúncias que pesaram sobre o padre Monção encontramos as acusações de incentivar o concubinato, extinguir os sacramentos, difundir concepções comunistas e semear idéias protestantes.

---

<sup>192</sup> Foi chamada de *revolução pastoral*, as modificações litúrgicas e catequéticas introduzidas na Diocese de Itabira, à época de Dom Marcos Noronha.

Em meio a tantas polêmicas em torno das intenções de Monção, a defesa enuncia que foi um exagero por parte da acusação, quando não, deturpação na interpretação daquele padre. Com relação ao incentivo do concubinato e promiscuidade sexual, a justificativa da defesa é que Monção estava abrandando o rigor da norma religiosa de seu antecessor, Padre João Batista – este não dava nenhum atendimento às mulheres amasiadas e mães solteiras que o procuravam além de condená-las. Padre Monção as acolhia e as confessava, apoiando-as com base no ditado popular: “Quem ama com Fé, casado é”. Por isso, ele não só foi acusado de incentivar as relações irregulares <sup>(193)</sup> de casais, mas até de estimular a promiscuidade sexual:

[...] Quando passaram a dizer aos nubentes que não mais oficiariam casamentos, aconselhando-os ao concubinato, objetivando a grande quantidade de mães solteiras naquela região <sup>(194)</sup>.

Com relação à segunda acusação, ele não extinguiu os sacramentos, retrucou a defesa. O que de fato aconteceu é que o padre, exagerando na interpretação das orientações do Concílio resolveu suspender temporariamente a administração de todos os sacramentos e adotando como único trabalho às reuniões dos grupos de reflexão <sup>(195)</sup>. Nem mesmo a missa aceitava celebrar. Só retornaria à rotinas dos ofícios religiosos e sacramentos quando toda a população estivesse consciente do seu papel diante da Igreja e dos valores por ela apregoados, além da completa consciência do que representava os sacramentos, deles só participando quem realmente estivesse preparado. No entanto, as acusações com relação a este tema, ultrapassaram as fronteiras da figura de Monção, sendo no processo relatado como uma ação do conjunto “[...] Quando os denunciados extinguiram os Sacramentos da Santa Madre Igreja <sup>(196)</sup>.

Quanto à acusação de comunista, novamente houve um desvirtuamento das suas idéias. Justamente por acreditar que seria possível a existência de uma

<sup>193</sup> Os casais que viviam juntos, mesmo casados no civil eram vistos como amasiados, em situação moral irregular perante a Igreja.

<sup>194</sup> Autuação dos religiosos, dando início ao no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 2-9.

<sup>195</sup> Lara, Lelis: depoimento [18 de abril de 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>196</sup> Idem 17.



Igreja composta de fiéis conscientes, comprometidos com as verdades do evangelho, ele trabalhava com muito empenho nas discussões dos muitos problemas da sociedade, dentro de um contexto da já discutida Doutrina Social Católica. O marxismo não era descartado dos trabalhos nos grupos de reflexão. A religião discutia alguns de seus valores, especialmente a proposição de uma sociedade sem classes, comparando-os com os princípios básicos do cristianismo, de solidariedade e fraternidade.

Por fim, dado ao bom relacionamento mantido com os seguidores não católicos, Monção foi acusado de destruir o catolicismo em detrimento dos valores e idéias protestantes. Basearam-se no fato do diálogo que ele mantinha especialmente com os batistas e presbiterianos e, que segundo testemunhos diversos, estudavam a possibilidade de um trabalho conjunto.

Consta inclusive que Monção fora alvo de insultos e afrontas, quando em ambiente público era chamado por crianças de pastor protestante <sup>(197)</sup>.

## **As Práticas Sociais**

Logicamente que a construção da mentalidade progressista na Igreja não chegara repentinamente e nem do imediatismo das idéias do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín. Como dissera Dom Marcos Noronha, o Concílio não trouxe nada de novo. “[...] Ele respondeu aos anseios que já estavam no coração das pessoas” <sup>(198)</sup>. A mentalidade renovadora na região da Diocese já assim existia sedimentada sob a influencia dos problemas sociais que há muito eram vivenciados pela população. Problemas esses, muitas vezes comuns às regiões industriais. No caso aqui em questão, o Vale do Aço como a presença de grandes empresas siderúrgicas e mineradoras, a atuação de algumas delas eram motivos de questionamentos, denunciados pelos operários e sindicatos de classes. A Igreja diante desses, concluiu que teria que se posicionar.

---

<sup>197</sup> Monção, Geraldo Ferreira. Depoimento [19 de abril de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 231-234..

<sup>198</sup> ABDALA, José Jorge: depoimento [09 de fevereiro de 2006], Timóteo.

Um expoente do clero, que talvez mais tenha respondido nas práticas a esse novo chamado, foi o padre Abdala. Como vigário da Paróquia São José no município de Timóteo, ele sempre teve uma atuação pastoral de proximidade com os setores mais pobres. Sua casa é um misto de escritório paroquial, residência e serviço social: num cômodo uma farmácia; noutro um depósito de alimentos e num terceiro, roupas usadas, todos com o mesmo propósito, fruto de campanha entre os fieis para amenizar a condição das famílias mais pobres. Mas sua atuação não se reduz à filantropia, pelo contrário ele sempre disse que a caridade é muito pouco diante do que a pessoa humana realmente precisa, que é a justiça social. Por isso, ele sempre esteve em conflito com a ACESITA, empresa que era uma das grandes estatais brasileiras, a única siderúrgica produtora de Aço Inox, privatizada em 1992. Desde a sua instalação a partir de 1944, ela acumulou um vasto currículo de desmandos contra famílias pobres da região, a quem explorou, deixando um enorme rastro de problemas sociais graves. Cita-se o caso BENEPO - Beneficência Popular, uma congregação religiosa criado por Monsenhor Rafael, em 1946, na cidade de Alvinópolis. A entidade congregava jovens que viviam em comunidades e faziam os votos religiosos de pobreza, castidade e obediência sem a estrutura rígida das outras congregações. Alguns tinham a permissão de fazer os votos e se manterem em suas casas com suas famílias. As irmãs dessa congregação não usavam hábito, numa antecipação dos ideais do Concílio Vaticano II. Não tinham capelão, estando sujeito à assistência do vigário do local onde trabalhassem. Monsenhor, quando veio para Timóteo em 1950, trouxe as irmãs e assumiu as obras assistenciais locais. A companhia aproveitou o máximo dele e o enganou por muito tempo, pedindo que assinasse papéis diversos, sem que se desse conta que a empresa estava contratando pessoas para trabalhar no reflorestamento e fabricação de carvão, fichando tais trabalhadores na BENEPO. Usava-se do seu status de congregação visando ficar isenta da contribuição previdenciária. Assim, a Companhia lucrou muito com a exploração de centenas de operários, pessoas simples e sofridas, usando como agente, o confiante e ingênuo religioso. Os “empregados” trabalhavam sem horário, expostos á doenças e sem equipamentos de segurança. Havia ainda outros agravantes, como o

endividamento dos operários nos armazéns de propriedade de empreiteiros de carvão. O que ganhavam nunca pagava o que consumiam, somando sempre contas sobre contas.

Padre Abdala, recém ordenado, chegara a Timóteo em 1953. Viera como coadjutor de Monsenhor Rafael. Nessa época, ambos tinham muito bom relacionamento com a Companhia. As relações começaram a gerar desconfiança quando Abdala percebeu que Monsenhor estava sendo usado pela empresa.

Monsenhor Rafael mantinha estreitas relações com as autoridades, acreditando que lhe poderiam ser úteis, ajudando na sustentação e facilitação dos trabalhos sociais. Ele era muito simples e totalmente desprendido. Não exigia nada para ele. Dormiu vários anos na sacristia da igreja até que a ACESITA construiu a Casa Paroquial, por sinal muito rudimentar. Possuía apenas três cômodos. Depois de pronto o novo hospital da empresa, no bairro Timirim, foi cedido o hospital velho, localizado ao lado da igrejinha de São José, para residência das irmãs.

Afirma padre Abdala, que as injustiças que vira a ACESITA praticar contra seus empregados, não só o caso BENEPÓ, contribuiu para que ele construísse a personalidade que mantém até hoje, que conjuga as idéias políticas com as idéias da religião, fundamentado em muitas literaturas, dentre as quais uma revista chamada *Carta aos Padres*. Arrisca em demarcar o ano de 1959 como o marca da sua mudança de direção ideológica na religião. Anteriormente era muito conservador. Chega a dizer que se continuasse na mesma linha de sua formação, hoje faria parte da TFP <sup>(199)</sup>.

Em seu currículo de ações políticas, ajudou os operários sediados na Cava Grande <sup>(200)</sup> a fundar o primeiro sindicato rural da região. Tinha como objetivo ajudar os operários a se organizarem em busca de soluções para seu problemas em relação à ACESITA. Participou diretamente das eleições para o sindicato dos metalúrgicos, sempre orientando os trabalhadores metalúrgicos na formação de

---

<sup>199</sup> TFP – Tradição Família e Propriedade: entidade Católica tradicionalista de extrema direita, fundada no Brasil em 1960. Entre suas muitas ideologias, era totalmente contra as reformas introduzidas pelo concílio Vaticano II.

<sup>200</sup> Bairro da cidade de Timóteo, à época citada no texto era apenas uma pequena comunidade rural.

uma diretoria de oposição à empresa. Com isso acumulou uma coleção de desafetos pela diretoria da empresa. Apesar disso, afirma não acreditar que a ACESITA tenha articulado para que fosse perseguido pelo Regime de 1964.

Padre Abdala é o único entre os processados que assume que é socialista. Defende que, salvo o caráter ateu do marxismo, seu objetivo de igualar as classes é totalmente compatível com o Cristianismo. Propõe-se a fazer a justiça, redistribuindo os frutos do trabalho do homem de maneira igual, para que não haja ricos e pobres, explorados e exploradores. Foi, então, uma utopia que passou a perseguir. Tem em Stalin, um verdadeiro inimigo do socialismo, que desacreditou o sistema pela forma violenta que usou para fazer valer suas idéias. Por muito tempo acreditou em Kruchthov, o líder socialista, desde o Congresso Comunista de 1950, Kruchthov defendia na vitória do socialismo sem o disparo de um tiro. Foi ele quem derrubou as estatuas de Stálin na praça Vermelha. Demonstrou ser de uma linha mais aberta. A grande decepção veio quando da invasão da Tchecoslováquia em 1968 pelo Exército Vermelho, sob suas ordens, no episódio conhecido como Primavera de Praga.

Padre Abdala, conforme ele mesmo se define, sempre foi uma pessoa polêmica. Emilio Gallo também afirma que ele foi o mais difícil entre os padres, tal a sua franqueza em dizer tudo o que pensa, além de desobedecer totalmente às orientações da defesa. Os advogados tinham sempre que arranjar artifícios para justificar sua ausência em audiências, o que ele fazia de propósito, pois como já visto, ele gostaria de ter sido preso.

### **As novas experiências no Vale do Aço.**

Com o advento da nova Diocese, concentrou-se na Zona III, o clero de tendência mais progressista. O Vale do Aço acabou funcionando como um lugar de experimentação de uma mentalidade religiosa bastante diferente da convencional. As reformas pastorais empreendidas na Paróquia São Sebastião, em Coronel Fabriciano, foram as mais visíveis. Esta é a mais antiga instituição religiosa da região, fundada em 1948, e entregue à sua administração aos

Missionários Redentoristas <sup>(201)</sup>. A partir dela, foram criadas as outras paróquias: São José, em Timóteo; Nossa Senhora da Esperança, no Bairro Horto em Ipatinga e Santo Antônio, no bairro Melo Viana em Coronel Fabriciano. Ao longo de sua história acumulou muitas tradições, que incluía um calendário anual de festas religiosas, que atraía a população de toda a redondeza: a festa do padroeiro, passando pelas atividades de Semana Santa, Mês de Maria, Sagrado Coração, Festa do Rosário, Imaculada Conceição e Natal. As procissões aconteciam o ano inteiro, eram ricas, abrilhantadas pela banda de música e acompanhadas pelas muitas agremiações tradicionais, com seus componentes, usando as indumentárias e insígnias próprias.

De forma brusca acabaram com tudo. O ano de 1969 é o marco. A partir de então, a onda de “modernidade” varreu as tradições da paróquia. Já nesse ano, a Semana Santa se limitou às atividades litúrgicas internas bastante simplificadas e a única procissão foi a do enterro <sup>(202)</sup>. A partir de 1970, nem mesmo essa aconteceu. Também não aconteceram mais nenhuma das outras procissões, nem mesmo a do padroeiro. A demolição das tradições chocou profundamente a população que assistiu atônita e revoltada o que não aceitavam com nenhuma justificativa. As mudanças já se processaram gradativamente nos anos anteriores, com pequenas mudanças nas atividades, que iam desde a simplificação nos ritos à eliminação de festas e costumes. Um dos atos que mais chocou o povo foi o fato de ir para igreja nos domingos e deparar com o padre, que ao subir ao altar para celebrar, trajava simplesmente terno e gravata. Foram essas abruptas mudanças empreendidas especificamente por quatro padres, do rol daqueles, que em crise no meio redentorista, se concentraram em Coronel Fabriciano: João Batista Bastos, João Vicente Weitzel, Guido Gonçalves Vieira e Severino Eloi de

---

<sup>201</sup> Congregação religiosa Católica, fundada por Santo Afonso Maria de Ligório, na Itália, em 1732. Tem como princípio de trabalho a pregação de missões populares. A Congregação mantém atualmente, trabalhos em 77 países, com 5.500 componentes. No Brasil eles estão presente desde 1893, quando instalaram a primeira missão em Juiz de Fora, MG. Atualmente são responsáveis pela administração de diversos centros de peregrinação em todo o Brasil, destacando-se o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida.

<sup>202</sup> Procissão de Sexta Feira Santa, em que os fieis acompanham a imagem do Senhor Morto.

Rezende. Como se não bastassem, as radicais mudanças nos ritos e eliminações de tradições, casaram-se todos eles o que acirrou na cidade um verdadeiro rebuliço.

Abriu-se uma crise na Igreja local a ponto da Congregação passar por dificuldades em conseguir sacerdotes para servir a Paróquia. Nenhum padre queria ir para Coronel Fabriciano. No entanto, o casamento de sacerdotes não foi um fenômeno só da paróquia de São Sebastião, nem do Vale do Aço, quando também se casaram o Nazareno, o Wilson Moreira, Petrus e muitos outros. Em toda a Diocese somaram mais de trinta abandonos do sacerdócio para esse fim, nesse período <sup>(203)</sup>. Talvez, isso não fosse apenas de natureza local, já que estava ocorrendo no mundo inteiro. Apoiaram-se na abertura promovida pela Igreja, durante o pontificado do Papa Paulo VI. O clero pode abrir processo de pedido de dispensa, quando não demorava o retorno. Anteriormente a Igreja era muito fechada e não permitia nem que se tocasse no assunto.

Um caso que merece destaque relaciona-se ao padre João Batista Bastos, ou simplesmente, Padre Bastos. Afirmam alguns de seus colegas de congregação, que ele se dirigiu para o Vale do Aço, acreditando na Nova Igreja implantada nessa região. Depois de total dedicação ao trabalho de reflexão e busca de uma consciência de uma religião renovada, teve a maior decepção de sua vida, ao ver em 1970, o povo de sua paróquia, somados a outros de muitos lugares, se dirigir em massa, em romaria à cidade de São José do Goiabal <sup>(204)</sup>. Iam atraídos pelos supostos milagres que aconteciam no túmulo do padre Ermelino: cegos enxergavam, paráliticos andavam, mudos falavam. Por mais que os padres e o bispo tentassem conscientizar a população, da falta de provas científicas dos milagres e das possibilidades dos perigos de fanatismo em torno da questão, mais e mais pessoas se dirigiam a Goiabal <sup>(205)</sup>, em busca de curas e outras necessidades.

---

<sup>203</sup> BRASIL, José Índio do: depoimento [17 out. 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>204</sup> Pequena cidade, com 5.926 habitantes, integrantes da Diocese de Itabira - Coronel Fabriciano, localizada na Zona II.

<sup>205</sup> Assim, geralmente se refere a população das redondezas, em relação ao nome da cidade de São José do Goiabal.

Também merece discussão a adoção de uma linguagem e uma metodologia pastoral que parece priorizar a discussão política e social, uma possível interpretação errada das idéias do Concílio. Por isso, Dom Marcos orientava que cada grupo buscasse, antes de tudo, o discernimento do verdadeiro papel cristão nos grupos de reflexão. Ele próprio, em nenhum momento desfez do lado espiritual. Sempre se manteve firme nas orações, inclusive o terço e a leitura diária do breviário <sup>(206)</sup>. Enquanto isso alguns grupos desviavam muito para o lado das discussões e pouca atividade espiritual enquanto outros frutificaram num trabalho real de evangelização. Num caso muito especial, o grupo de reflexão da Igreja de Santa Rita, localizada no bairro Caladinho, em Coronel Fabriciano, num momento de dúvida, como era comum, tentou buscar respostas aos questionamentos. Inicialmente o fizeram entre os próprios integrantes. Não obtendo o êxito desejado tentaram busca no Padre Bastos, Vigário da paróquia São Sebastião, da qual faziam parte. Com ele também não obtiveram respostas satisfatórias. “[...] Talvez as respostas fossem duras demais e o padre preferiu não dá-las <sup>(207)</sup>. Reclamavam que o padre fugia do assunto. Da decepção acabaram os fieis em dezenas, se transferindo para outras denominações, especialmente igrejas pentecostais.

A adoção do jornal *O Fato* completou o rol das modificações na liturgia. Os fiéis passaram a se guiar por eles durante os ofícios religiosos, sempre completados pela homilia que comentava o editorial do dia.

Consta inclusive, que na Semana da Pátria de 1969, celebradas na região Zona III, na maioria das missas, nas quais fora usado *O Fato* que continha o texto *Independência ou Morte???*, o tema central foi exatamente uma severa crítica à falta de liberdade que vigorava no país.

Com base na proposição de trabalho coletivo, o semanário litúrgico era

---

<sup>206</sup> Livro que reuni todos os elementos do *Ofício Divino*: salmos, antífonas e leituras, a que os padres estariam obrigados a rezar diariamente.

<sup>207</sup> As respostas talvez estivessem num contexto de uma visão de mundo particular do padre Bastos, que em crise na igreja não acreditava em certos valores enraizados na religião e na sociedade de então. Assim concluem algumas pessoas ao discutir o assunto. Assim avaliam pessoas do bairro Caladinho em Coronel Fabriciano, e naquela época conviveram com o padre Bastos e, que não gostaria de ter seus nomes identificados.

sempre redigido em rodízio pelos padres processados, que se reuniam todas as quintas feiras, cada semana numa casa paroquial da região. Ali realizavam o que chamavam de “tempestade cerebral”: Um tema de destaque na mídia local ou nacional naqueles dias era escolhido por votação. Depois cada um citava frases ou palavras soltas alusivas ao tema. Assim as idéias de todos eram anotadas por aquele que seria o responsável pela compilação do texto final, num rodízio que contemplava a todos eles, um por semana. No caso específico, este exemplar ficou a cargo do Padre Nazareno, embora tenha sido referendado por todos.

As reformas empreendidas na Igreja do Vale do Aço foram muito além das mudanças na liturgia. Foram, antes de tudo, fruto da consonância entre os religiosos. Nas reuniões do clero, que eram organizadas por zonas geográficas, debatiam-se os problemas e direcionavam em conjunto as medidas a serem tomadas. Em todas as ações estavam seguindo as suas interpretações do Concílio. E assim, os padres passaram a se recusar a atos simples, como a solicitação de benzer objetos diversos, coisas que as pessoas estavam a vida inteira já acostumados. Diziam alguns religiosos que era pura superstição. Quando a eles recorriam, voltavam alguns cabisbaixos, outros assustados e outros indignados. Há casos de recusa em abençoar inaugurações de lojas, residências, agências bancárias e obras públicas, motivo de sentimento de ofensa por parte de pessoas ricas ou políticos. As justificativas para as recusas eram muitas. Há por exemplo, padre que se recusava a Benzer uma agência bancária por questionar o os lucros, obtidos pelos juros altos, oriundos de empréstimos a pessoas em dificuldades financeiras.

Na seqüência de modificações introduzidas na Igreja, acabaram com a confissão individual e introduziram a confissão comunitária, onde o fieis faziam coletivamente uma reflexão sobre suas atitudes de rotina.

As imagens foram todas retiradas dos templos, com exceção do padroeiro. Alegavam os redentoristas que não existiam motivos para manter nos altares, tantos santos, frutos de doações de pessoas, motivados pela sua devoção particular. Cada um fazia a sua doação à igreja como pagamento de promessa. Ficava assim o povo preso aos interesses da fé de outros, com os templos sem ter



onde mais colocar tantos santos. Mas todas as paróquias afirmaram que guardaram as imagens em casas de famílias de paroquianos, sacristias ou casas paroquiais. Quanto às imagens danificadas pela ação do tempo ou por quedas acidentais, essas sim, eram quebradas e jogadas fora. Sobre esse assunto, cita-se no processo um caso que envolve o Diácono Guy Laroy, em um templo da Paróquia Santo Antônio, no bairro Melo Viana, em Coronel Fabriciano. “[...] Atirava imagens do coro para a porta da Igreja, cumprindo assim outro princípio de dessacralização [...]” <sup>(208)</sup>. Segundo expusera certa vez, padre Élio de Ataíde, em sala da aula no extinto <sup>(209)</sup> Colégio Imaculada de Coronel Fabriciano, Guy Laroy estaria jogando fora estátuas de santos muito avariadas que ocupavam o recinto da Igreja <sup>(210)</sup>. Ao retirarem as imagens, também subtraíam as cantoneiras, suportes e pedestais, descaracterizando assim os templos. Antigos moradores da cidade de Antônio Dias, hoje lembram, pesarosos, a reforma <sup>(211)</sup> realizada na igreja matriz de Nossa Senhora de Nazaré, nos anos sessenta, pelo então vigário, padre Wilson Moreira. Ele retirou os altares laterais do templo, excluindo os objetos de devoção local já consolidados <sup>(212)</sup>.

No que concerne à parte administrativa, introduziram a cobrança do dízimo, ficando os pagadores habituais dispensados das taxas e emolumentos quando da solicitação dos serviços religiosos: batizados, crismas, casamentos e outros. Sobre este tema, era muito discutido em Coronel Fabriciano, uma frase que se fazia figurar bem visível ao público no escritório da Paróquia: “[...] O padre desta paróquia não faz milagres. Pague o dízimo”.

---

<sup>208</sup> Relatório do IPM, Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 115-168.

<sup>209</sup> Élio de Ataíde, padre da Congregação do Santíssimo Redentor. Nos anos setenta, servia na paróquia São Sebastião em Coronel Fabriciano, quando lecionava Educação Moral e Cívica no Colégio Imaculada.

<sup>210</sup> Memórias do autor, à época, aluno da citada escola.

<sup>211</sup> Anterior à reforma realizada à época do padre Wilson, nos anos sessenta, a Igreja Nossa Senhora de Nazaré já estava descaracterizada de seu estilo original.

<sup>212</sup> MARTINS, Eduardo Gomes: depoimento [03 de fevereiro de 2006], Coronel Fabriciano.

## Além do altar

Dos oito religiosos do Vale do Aço, apenas O padre Geraldo Ferreira Monção e o padre Abdala não atuavam na área de educação. Os demais eram professores ou diretores de escola. Ao clero secular <sup>(213)</sup>, sempre foi permitido que exercessem uma profissão paralela, para sustento de suas necessidades particulares, não estando sujeitos ao voto de pobreza. Estes tinham o direito de exercer atividades fora do contexto religioso.

[...] A grande maioria dos padres da baixada profissionalizou-se, quer dizer, procurou trabalhar em funções de interesse do povo, para obter a sua sustentação. Estamos trabalhando, lecionando, dirigindo escolas, agindo em diversos serviços públicos, tentando ganhar o pão com o nosso próprio esforço. Os apóstolos também trabalhavam e ganharam sua própria vida, apesar de terem o direito de serem sustentados pela comunidade <sup>(214)</sup>.

O fato de ocuparem estes postos era justificado pela deficiência de número de profissionais qualificados para o exercício do magistério. Naquela época, o clero fazia parte do que se considerava uma elite intelectual, cuja aceitação e respeito eram muito grande. A Igreja possuía enorme experiência nos diversos níveis da educação. A própria USIMINAS ao criar o Colégio São Francisco Xavier, para atender aos filhos dos seus funcionários, confiou sua organização e administração aos jesuítas. A ACESITA apoiou a instalação do Colégio General Macedo Soares, em Timóteo, nos anos sessenta, uma obra dos Salesianos.

O trabalho do clero na educação acabou então, sendo mais uma forma de contato do clero com a sociedade, naturalmente sujeito a uma maior exposição pública de sua própria imagem. Acabaram sendo alvo de vigilância das pessoas às suas ações. Muitas das acusações que sofreram foi em decorrência da atuação em sala de aula, fruto do julgamento da sociedade as suas atitudes e discursos. Citam-se os exemplos: as aulas do irmão Petrus, denunciadas por Fassheber,

---

<sup>213</sup> A Igreja se divide em clero secular e clero regular. O primeiro é constituído de padres autônomos, sujeito diretamente à autoridade do bispo local. O clero regular, está subordinado a uma congregação, com todas as regras específicas da mesma, sendo inclusive a obrigatoriedade do voto de pobreza.

<sup>214</sup> O Fato, n 95, editado em 21 de junho de 1970, ano 02.

conforme relatado no primeiro capítulo deste trabalho. Na sua versão, o religioso professor explicou que sua fala visava responder aos questionamentos dos alunos da primeira série ginasial e, que o conteúdo fora deturpado por eles, naturalmente pela imaturidade da idade, por volta dos doze anos <sup>(215)</sup>. Entre esses alunos, estava a filha do capitão, que informava ao pai os acontecimentos em sala de aula <sup>(216)</sup>. Acusado de lançar um trabalho cujo título “Por que comemorar a Independência se o país não o é?”, irmão Petrus teve que se juntar ao processo, em sua defesa, uma declaração conjunta de suas alunas do curso normal, onde o fato foi desmentido.

O Padre Wilson Moreira, fora acusado de incentivar o boicote às comemorações do Dia da Pátria, de 1969, em Ipatinga. Desmentiu em seu depoimento em juízo, informando que participou acompanhado dos alunos da Escola Municipal, a qual ajudou a fundar. Juntou ao processo, a declaração da diretora, Arlete Magalhães, comprovando sua presença nas festividades.

Um caso que sempre serviu até de piada entre réus é o fato de ter entre eles, um religioso como o padre Bertollo. Ele era conhecido no meio do clero como “sem linha”, por não ter ideologia política definida. Só entrou no processo por ter assinado o artigo sobre a independência, sem muito opinar na sua elaboração. Dom Marcos se referia a esse jesuíta com um elemento de grande bondade e espiritualidade. Alguns de seus alunos daquela época afirmam hoje de que ele jamais tocou sobre qualquer assunto ligado à política em sala de aula.

Padre Cícero de Castro lecionava a disciplina História na Escola Municipal de Ipatinga. Todos na instituição, inclusive os alunos achavam estranhos seus sumiços repentinos. Afastava-se para cumprir com as exigências do processo contra ele, assunto que tinha dificuldade em comentar com os colegas e demais seguimentos da comunidade escolar. Também seus ex-alunos, afirmam-no como cauteloso, em matéria de assuntos políticos.

O nome mais marcante, não só entre os religiosos aqui em questão, mas também reconhecido como o maior empreendedor de educação na região do Vale

---

<sup>215</sup> ROSSUM, Petrus Martinus Von: depoimento [20 de abril de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fls 240 -245.

<sup>216</sup> Idem.

Aço, foi o padre De Mam. Considera-se a maior obra educacional da região, o UNILESTE, que mantém atualmente vinte e seis cursos superiores espalhados em três *campi*, com o número de alunos em torno de nove mil. Trata-se de uma instituição oriunda da Universidade do Trabalho, fundada pelo padre De Man em 1969. Considerava-se um feito de vanguarda para a época, com laboratórios equipados com o que havia de mais moderno nas áreas de elétrica, eletrônica e mecânica. Tudo fruto de dinheiro trazido da Europa pelos Padres do Trabalho, proveniente de entidades católicas de ação social, entre elas a *Miserior*, entidade alemã que, é a maior financiadora de projetos sociais em países em desenvolvimento do mundo. Padre Joseph Cornelius Maria De Man, viera da Europa com a missão de ajudar a educação no Brasil com a criação de uma obra pioneira e, resolveu implantá-la em Coronel Fabriciano. Pesou muito na sua defesa os testemunhos do seu desprendimento. Saiu da Europa, onde convivia com uma sociedade rica e desenvolvida, aceitando a missão de iniciar na base, um trabalho educacional numa região que ainda não tinha uma infra-estrutura condizente.

Percebendo as carências do lugar, elaborou dois projetos residenciais: o bairro Universitário com casas para a população de baixa renda, e o bairro dos Professores. Esse último, inicialmente, visava dar condições de alojar os docentes da própria universidade, os quais em sua maioria vinha de outros lugares. O projeto acabou se estendendo ao professores de todos os seguimentos da educação pública e particular, ampliando em muito o alcance social da obra.

Fundou na região o MOC – Movimento Operário Cristão que arregimentava pessoas nas cidades vizinhas para a ação social e assistência às pessoas necessitadas. Essas eram preparadas com cursos diversos, entre os quais o de visitadoras sociais, em sua maioria mulheres, que ensinavam economia doméstica, noções de higiene e cuidados da saúde nas comunidades locais.

Padre De Man se ocupava quase que integralmente da administração da universidade, com poucas atividades de fato religiosas. Celebrava geralmente nos finais de semana, nas igrejas de Ipatinga, ou algumas vezes por ano no campus da Universidade.

Segundo muitas pessoas que relacionaram diretamente com ele, era uma pessoa muito franca, sinônimo de honestidade. Valorizava as pessoas trabalhadoras, dando a elas oportunidade de crescimento profissional na universidade. Oferecia emprego e abrigo a padres que saíram da Igreja, nos momentos de “crise” em que não tinham destino. Depois de anunciado a absolvição dos padres, no dia “D”, em Juiz de Fora, todos foram cumprimentar os absolvidos. Padre De Man se recusou a corresponder aos cumprimentos do promotor. “[...] Não dou a mão àquele que pediu a minha condenação”<sup>(217)</sup>.

Diante das práticas dos padres em outros campos além do altar, seus acusadores diretos os viram mais ainda como contrários à ordem então vigente. No sentido de rebatê-los, a defesa acumulou uma série de informações que pudessem desacreditá-los e as expôs através dos depoimentos dos réus, em juízo. Estes foram carregados de contra-acusação.

Com relação a Fassheber, Padre Wilson a ele se referiu como uma pessoa obcecada no que tange aos ideais da “Revolução”, o que teria favorecido a criação de problemas pessoais com os padres. Afirmou também que o Capitão chegou certo dia a interpelá-lo, na porta da casa paroquial, pedindo satisfação do conteúdo de uma homilia.

Wilson Moreira, hoje residindo em Juiz de Fora, afirma que não tem dúvida que este excesso de comprometimento de Fassheber com o Regime, o teria levado, juntamente com outro militar de igual comprometimento, o Major Manuel Gonçalves, a construir acusações que ele considera escabrosas. Cita como exemplo o caso em que foi acusado de se recusar a repicar o sino da Matriz do Horto, em comemoração ao Dia da Independência de 1969. Acusaram-no inclusive de tirar a corda do mesmo para impedir que outros o fizessem. A defesa informou ao júri que na verdade a corda já havia sido retirada há algum tempo, motivada pelo fato de que as crianças, indo ou vindo das escolas, sempre acionavam os sinos, incomodando a vizinhança. Aproveitavam-se os alunos dos orifícios da estrutura das paredes da torre, quando introduziam objetos para alcançar a corda e puxá-la para tocar o sino.

---

<sup>217</sup> ATAÍDE, 3Ataíde: depoimento, [06 de junho de 2005], Coronel Fabriciano.

Quanto ao depoimento, realizado por Petrus, este foi mais veemente, ao afirmar que Fassheber era um extremista. Incluem-se as críticas aos seus escritos sobre educação moral e cívica, a qual afirma que ele demonstra nada entender da matéria. Acusou ainda o Major Manuel Gonçalves de homem de pouca cultura, neurótico e subalterno a Fassheber.

Emilio Gallo o coloca como um militar de viseira, que só enxergava numa direção. Por causa disso, ele via o mal onde não existia. Incluiu no processo, uma declaração da Universidade do Trabalho, onde informa que Fasscheber chegou a se matricular, em 1969, no curso de Licenciatura e Ciências Exatas e, no mesmo mês, desistiu de sua continuidade. Acredita-se que o fez apenas com intenção de assistir algumas aulas, com objetivo final de espionagem, para acumular informações incriminadoras contra o De Man.

Com relação ao irmão Cornélius, sobre ele foi relatado por Petrus e outros, que ele sofria de epilepsia, o que inclusive seria a causa de acidente automobilístico que sofrera, questionando com isso a credibilidade de suas idéias em relação aos fatos.

Sobre o Padre João Batista, pesam até hoje, inúmeras acusações, inclusive de faltar com a ética, ao denunciar colegas do clero às autoridades não religiosas. Prevê o Código de Direito Canônico, sanções contra este pelas suas atitudes. Muitos fatores levam a crê que a saída do padre Monção, da paróquia de Loanda tenha sido obra das articulações desse clérigo. Monção foi alvo de pressões diversas e até insultos públicos. Afirmou no seu depoimento em juízo que não foi expulso da paróquia como queria fazer crer João Batista. Mas concluem religiosos contemporâneos seus que os fatos de Loanda influenciaram para que tomasse a decisão de entregar a administração paroquial.

A sociedade discute que o padre João era o mais conservador de todos os padres da Igreja local. Não admitia as mudanças litúrgicas preconizadas na Diocese. Muito menos aceitava as mudanças na mentalidade religiosa, principalmente as de cunho político e social progressista. Não se conformava com a criação da Paróquia de Loanda, que desmembrada de Carneirinhos, diminuiu a sua área de influencia. Autoritário, impunha valores, manipulador que envolvia as

peessoas nos seus interesses. Informam testemunhas, que quando de sua exoneração da Diocese, ele articulou abaixo assinados junto ao povo como forma de pressionar o bispo a mantê-lo <sup>(218)</sup>.

Concluem que ele foi o grande responsável pelos maiores problemas da Diocese de então. Excluído, os já salientados problemas com relação ao padre Monção, ventila-se a possibilidade dele ter articulado com o setor tradicionalista do episcopado brasileiro uma seqüência de perseguições que culminou com a renúncia de Dom Marcos da direção da Diocese de Itabira. Consta que ele renunciou por pressões conservadoras, seja da hierarquia católica, seja dos setores sociais a ela ligada. Envolveram-no até em acusações de cunho moral.

Estava Dom Marcos, certa vez na cidade de Três Corações, para uma sagração episcopal, quando foi chamado para uma conversa reservada com o núncio. Ele lhe informou sobre um processo contra ele no Vaticano. Ele fora acusado de dormir com freiras e moças numa assembléia dos bispos. A partir disso, as relações de Dom Marcos com a Igreja, ficaram muito enfraquecidas. “[...] Em matéria do que me acusaram eu era então um ingênuo <sup>(219)</sup>. Considerou o tiro de misericórdia na sua carreira religiosa”. Recebera a solidariedade daqueles bispos com quem mantinha o trabalho conjunto, seus grandes amigos. Estes tentaram inclusive convencê-lo a mover um processo jurídico canônico para esclarecer os fatos. Mas Dom Marcos preferiu não o fazê-lo, renunciando ao bispado de Itabira, em 1970 <sup>(220)</sup>.

Mas a decisão da renúncia se deu a partir da sinalização do Núncio Apostólico, Dom Humberto Mosconi, sobre a possibilidade dele assumir a Diocese de Ribeirão Preto, em São Paulo. Dom Marcos chegou a receber em Itabira, a visita de cinco padres daquela Diocese. Foram conhecer aquele que seria o novo chefe da Igreja daquela localidade. Ao fim confiante, Dom Marcos renunciou e a Nunciatura não confirmou o chamado para a Diocese paulistana. Afirmam os padres e ex-padres da época, que por traz de tudo estaria Dom Agnelo Rosse,

---

<sup>218</sup> BRASIL, José Índio do: depoimento [22 out. 2006], Coronel Fabriciano.

<sup>219</sup> NORONHA Marcos Antonio. Marcos Noronha e a Igreja. In: Enio P. Giachini (org.). 1 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 111.

<sup>220</sup> Anotações de Dom Marcos, em Poder de Zélia Quintão Froes, Belo Horizonte

então Cardeal Arcebispo de São Paulo. Chegou aos ouvidos do clero de Itabira, que o Cardeal Rosse, quando queria chamar atenção de algum padre da sua jurisdição, por atitudes mais progressistas, ele assim dizia: “[...] Se você quer avacalhar, para a Diocese de Itabira (<sup>221</sup>) “.

Acabou rompendo também definitivamente com a Igreja, assinalado pelo casamento com Zélia Quintão Fróis, uma velha amiga e confidente com quem viveu até a sua morte em 1998.

Mesmo já estando fora da Igreja, Dom Marcos continuou acompanhando de perto o processo contra os padres. Esteve nas audiências e no dia do julgamento. Manteve-se firme até a sentença final, em 28 de junho de 1972, quando da absolvição de todos eles. Estava o plenário da Auditoria Judiciária Militar, em Juiz de Fora, repleto de religiosos e religiosas de muitas congregações e lugares, além de leigos interessados na questão. O único padre que não compareceu foi o Abdala, dado ao falecimento de sua mãe nesse dia, na cidade de São João Del Rei.

O processo contra os religiosos, enfocado neste trabalho, apesar terminar com a absolvição dos religiosos não os isentaram dos traumas diversos, conforme relatam muitas das pessoas que com eles conviveram: Padre Cícero de Castro, cuja saúde era muito fragilizada, acabou falecendo um ano depois. Também morreu o Bertollo, que contraiu câncer. Nazareno e Wilson deixaram o ministério religioso. Afirmam hoje os réus ainda vivos que não houve muito que comemorar quando do resultado da absolvição. Tinham total consciência, que nos porões das instituições militares, aconteciam as torturas as mortes de muitos inocentes, sem contar os exilados e muitas outras formas de humilhação que a ditadura impôs a toda a sociedade brasileira.

---

<sup>221</sup> ABDALA, José Jorge: depoimento [09 de fevereiro de 2006], Timóteo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme vimos, o processo de interiorização do Regime Militar e sua chegada à região do Vale do Aço, a partir de 1968, com a instauração do AI 5, coincidiu com uma ligeira retomada das orientações da Diocese de Itabira (criada em 1965) sob inspiração do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín na América Latina. Visto a Diocese de Itabira alinhar-se às orientações progressistas da Igreja, assistimos visões de mundo divergentes no interior da Instituição, culminando em várias denúncias com objetivos últimos de derrubar a ala progressista. Desse modo, detectamos, empiricamente, numa região interiorana brasileira, dois cleros divergentes: os conservadores e os progressistas. Disputavam representações do mundo social, ocasionado um confronto que perpassou a sociedade e culminou no processo jurídico contra os religiosos conforme expostos no trabalho.

Procuramos assim, estudar esse episódio que é de pouco conhecimento pela sociedade local, não tendo sobre ele realizado sequer uma monografia, nem publicação em livro, muito menos uma reportagem mais aprofundada em jornais locais. Pretendeu-se realizar uma análise das questões político-ideológico relacionadas ao processo e dos seus envolvidos, inseridos no contexto nacional e local da luta por democracia e justiça e contra a repressão do regime militar.

Um conjunto de manifestações discursivas advindas dos padres indiciados se colocou em conflito com os interesses políticos do Regime Repressivo e com as insuficiências de distribuição de renda do Capitalismo. Em razão disso, os padres foram acusados de apresentarem discursos que corroboravam com desordem social e de circular no Vale do Aço idéias políticas e sociais contrárias às representações de mundo social do Regime. Vimos também que foram indiciados por fazer circular discursos subversivos nos principais canais institucionais do Vale do Aço: a Igreja, imprensa, escolas e universidade.

As representações tidas pelos atores envolvidos no processo: os réus, os denunciadores, a promotoria, a defesa e as testemunhas foram, nessa pesquisa, relevados. Discorremos as visões de mundo que embasavam a acusação, as provas, os argumentos e o veredicto, incluindo os acontecimentos nos bastidores da justiça e os pormenores negligenciados no transcorrer do processo judicial.

Averiguamos que as práticas exercidas pelos principais atores do movimento progressista da Igreja foram traduzidas em despimento de tudo àquilo que representasse distinção social entre padres e leigos; em uma administração do clero mais democrático e autônomo; modificações nos rituais de culto da Igreja; formação de grupos de reflexão; estimulação da sociedade civil em participação política. Entretanto, enfocamos também, que o progressismo, que os padres se faziam defensores, estavam amalgamadas por uma prática modernista que anulava as tradições culturais e costumes locais.

As práticas políticas e sociais reproduzidas e compartilhadas pelos diferentes atores - líderes da igreja e setores sociais correlacionados - estavam em alguma medida alinhadas às visões de mundo da matriz latino-americana da Igreja Católica e destoante ao Movimento Militar.

Essa pesquisa merece mais estudos e investigações, na medida que verificamos no transcorrer dessa pesquisa, um silêncio dos envolvidos, familiares, imprensa e até mesmo pela própria instituição – a Igreja Católica. Acreditamos que um universo de rede social invisível que se encontra alojado no processo instaurado contra os padres ditos subversivos poderá ser desvendado com mais pesquisas acadêmicas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do concílio: conclusões de Medellín*, Conselho Episcopal latino-americano. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

*A Igreja no mundo de hoje* Carta Encíclica: **Populorum Progressio**, “**O Progresso dos Povos**”. [Documentos Pontifícios] Petrópolis, RJ: Vozes, 1967.

*A Igreja no mundo de hoje: Concílio vaticano II – constituição pastoral Gaudium et Spes* [Documentos Pontifícios]. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.

BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: 2004.

BERNAL, Sergio: **CNBB - Da Cristandade à Igreja dos Pobres**. ed São Paulo SP: Loyola, 1989.

BETO, Frei: **Batismo de Sangue**. 13 ed. São Paulo SP: Casa Amarela, 2004.

BOFFE, Leonardo. **Igreja Carisma e Poder** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

**Brasil Nunca Mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**: São Paulo, SP: Contexto, 1988.

CHARTIER, Roger: **A História Cultural, Entre práticas e Representações**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1990.

*Espaço Acadêmico* (revista digital) n.35 – abril de 2004.  
[www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm](http://www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm).

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2005.

FILHO, Daniel Aarão Reis; MORAES, Pedro de. **1968-A Paixão de uma Utopia**. 2. ed. Rio de Janeiro RJ: FGV, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro, RJ: 1998.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 10 ed. São Paulo, SP: Loyola, 2004.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. 3 ed. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

Jornais que circularam na região do Vale do Aço em diferentes épocas: *O Canaã*, de 1959 a 1963; **A Verdade Impressa**, em 1963 e 1964; *O Flan*, de 1964 a 1969.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

NORONHA Marcos Antonio. **Marcos Noronha e a Igreja**. In: Enio P. Giachini (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

O Brasil de JK. Disponível em  
[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/O\\_Brasil\\_de\\_JK/Revolta\\_de\\_aragarcas.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/Revolta_de_aragarcas.asp)

O Brasil de JK. Disponível em: [www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/O\\_Brasil\\_de\\_JK/Revolta\\_de\\_jacareacanga.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/Revolta_de_jacareacanga.asp)

PENNA, Lincoln de Abreu. **Republica Brasileira**. 3 Ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

REVEL, Revel (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da micro análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROSSI, Waldemar; GERAB, William Jorge. **Industria e Trabalho no Brasil**. São Paulo, SP: Atual, 1997.

SEDOC - Serviço de Documentação, Revista de publicação do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis, n. 102, 9 jul. 1977, p. 1263-1330.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária: do golpe militar à redemocratização 1964/1984. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 1990.

SILVA, Hélio. **1964 - Golpe ou Contragolpe?**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. 2. ed. Porto Alegre RS: L&PM: 1984.

Site: A História da Fábrica Simca - *Sigla da Société Industrielle de Mécanique et*  
 Disponível: ><http://packard37.sites.uol.com.br/simcahistoria.htm>

Site: A História da Willys Overland do Brasil. Disponível em:  
>[www.angelfire.com/wi/willysbr/willys.html](http://www.angelfire.com/wi/willysbr/willys.html)<.

Site da Wolksvagem do Brasil, seção, história da Wolksvagem. Disponível em:  
>[www.vw.com.br/default.asp](http://www.vw.com.br/default.asp)<

SJ, Francisco Ivern. *Doutrina Social da Igreja e Teologia da Libertação*. In. Maria Clara L. Bingemer (org.) São Paulo SP: Loyola, 1994, p. 275-294

SKIDMORE, Thomas: **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas: *Brasil: de Getulio a Castelo*. 5 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1976, p.181 – 202.

## DOCUMENTOS

Ata da Câmara Municipal de Timóteo: Reunião Especial realizada em 6 de setembro de 1969, em comemoração à Semana da Pátria.

Manuscritos de Dom Marcos, em poder de Zélia Quintão Froes, Belo Horizonte.

Jornal litúrgico *O Fato*, Coronel Fabriciano n. 54, 07 set. 1969.

\_\_\_\_\_, n. 94, 14 jun. 1970.

\_\_\_\_\_, n. 95, 21 jun. 1970.

*Processo nº 2.931*, 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 jun. 1972.

Texto de orientação aos participantes do *Décimo Primeiro Intereclesial*, (encontro nacional de participantes das CEBs), realizado em Ipatinga, em julho de 2005.

## DEPOIMENTOS ORAIS

ABDALA, José Jorge: depoimento [02 fev. 2006], Timóteo.

ABDALA, José Jorge: depoimento [05 fev. 2006], Timóteo.

ABDALA, José Jorge: depoimento [09 fev. 2006], Timóteo.

AMARAL, José Rodrigues do: depoimento [16 mar.. 2006], Coronel Fabriciano.

ATAÍDE, José Nazareno Ataíde: depoimento [6 jun. 2005], Coronel Fabriciano.

ATAÍDE, José Nazareno: depoimento [3 jun. 2006], Coronel Fabriciano.

ATAÍDE, José Nazareno: depoimento [6 de jun. 2006]. Coronel Fabriciano.

BRASIL, José Índio do: depoimento [17 out. 2006], Coronel Fabriciano.

BRASIL, José Índio do: depoimento [22 out. 2006], Coronel Fabriciano.

GALO, Emilio Edstone Duarte: depoimento [09 jul. 2006], Coronel Fabriciano.

IVO, Luciano Silveira: depoimento [11 mai. 2006], Coronel Fabriciano

LARA, Lélis: depoimento [08 abr. 2006], Coronel Fabriciano.

LARA, Lelis: depoimento [18 abr 2006], Coronel Fabriciano.

MARTINS, Eduardo Gomes: depoimento [03 fev. 2006], Antônio Dias.

MATOS, Lenini Ribeiro: depoimento [8 mar. 2006], Coronel Fabriciano.

MENDONÇA, José Batista de: depoimento [06 jun. de 2005], Coronel Fabriciano.

MOREIRA, Wilson [3 jul. 2006], Juiz de Fora.

QUINTÃO, Adolfo Martins da Costa: depoimento [16 mar. 2006], Coronel Fabriciano.

SABARÁ, Ana Ângela Godoy: depoimento [06 de maio de 2006], Timóteo.

SQUIAVENATO, Teresa Maria: depoimento [02 de set. de 2006], Coronel Fabriciano.

WEITZEL, João Vicente: [06 jul. de 2006], Coronel Fabriciano.

TEIXEIRA, Neide Thomaz [26 set. 2006], Coronel Fabriciano.

### **DEPOIMENTOS NO IPM – Inquérito Policial Militar**

BERTOLLO, José Valentim. Depoimento [05 de agosto de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972.

BROMONSHENKEL, Luiz Carlos. Depoimento [30 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, p. 40-41.

COSTA, Manuel Gonçalves. Depoimento [29 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 35-36.

COSTA, Silas Augusto da. [22 de junho de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972 fl.415-418.

FILHO, Silvio Cordeiro. [22 de junho de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 413-414.

MONÇÃO, Geraldo Ferreira. Depoimento [19 de abril de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl. 231-234.

MOREIRA, Luiz Policarpo. Depoimento [29 de abril de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972.

NETO, João Batista. Depoimento [08 de agosto de 1970] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fl.100 -1102. 40-41.

ROSSUM, Petrus Martinus Von: depoimento [20 de abril de 1971] encontrado no Processo nº 2931, Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar: Juiz de Fora, 28 de jun. de 1972, fls 240 -245.

### **Bibliografia**

ABREU, H. **O outro lado do poder. Rio de Janeiro:** Nova Fronteira 1979.

CALADO. Antônio. **et al. 64 DC**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

BRANCO, Carlos Castelo. **Introdução a Revolução de 1964**. Rio de Janeiro, RJ. Artenova, 1975..

DARAÚJO et al. **Visões do Golpe – A Memória Militar Sobre 64**, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D'ARAÚJO et al. **Os Anos de Chumbo – A Memória Militar Sobre a Repressão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994

**Documentos do Vaticano II: Constituições, decretos e declarações. Petrópolis, RJ. Vozes, 1966.**

DREIFFUS, R. 1964: **A Conquista do Estado**. 2 ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 1981

GASPARI, Élio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo, SP. Cia. Das Letras, 2002.

GASPARI, Élio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo, SP. Cia. Das Letras, 2002.

GUEDES, C.L. **Tinha que Ser Minas**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira 1979.

MOURÃO FILHO. **Memórias: A verdade de um revolucionário**. In. Hélio Silva (org.) 5 ed. Porto Alegre, L&PM, 1978.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. 2 ed. São Paulo, SP. Paz e Terra, 1995.

VIEIRA, Evaldo **A República Brasileira**. 1964-1984. São Paulo: Moderna, 1984.